

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

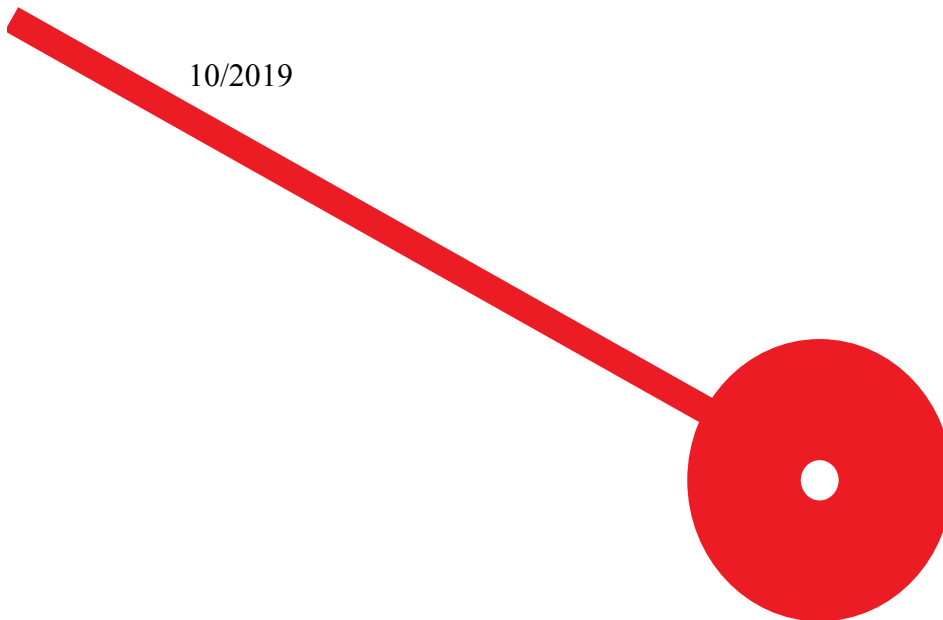
M

MESTRADO
EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis por
Parte das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de
Goiânia – Go, sob a ótica dos Contabilistas Certificados

Juarez Rodrigues dos Santos

10/2019



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

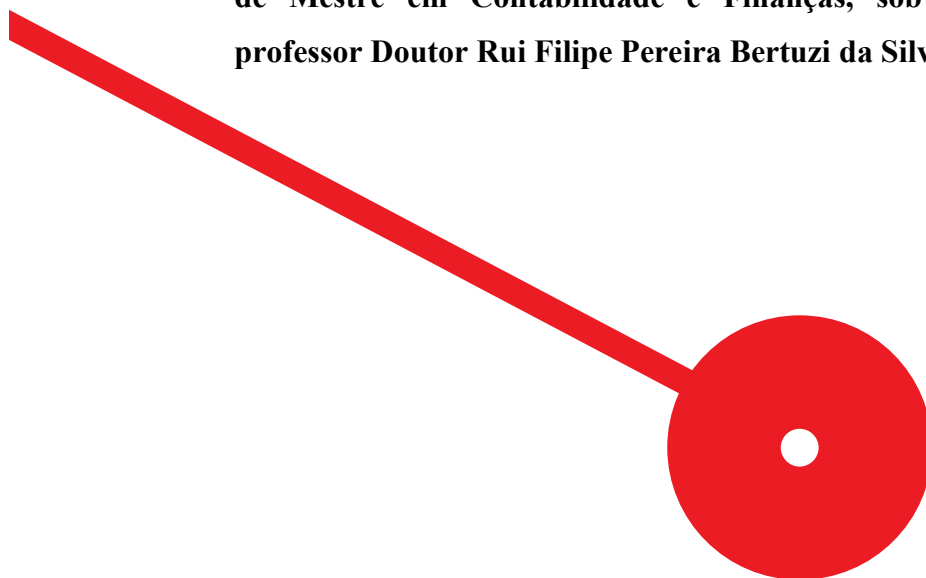
M

MESTRADO
EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis por Parte das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos Contabilistas Certificados

Juarez Rodrigues dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do professor Doutor Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva.



RESUMO

A contabilidade desponta como uma forma de se obter e fornecer informações confiáveis sobre a empresa ou o profissional. A exigência de divulgações, atualmente é apenas para empresas de capital aberto, entidades com ações de títulos de dívidas negociados publicamente ou que se encontre em processo de emitir papéis. O objetivo central do trabalho a ser realizado é debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos contadores certificados, pois acredita-se que divulgação dos relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado pode vir a ser uma ferramenta para transparência e responsabilidade social das empresas. Quanto à metodologia, este estudo está apoiado na abordagem qualitativa, mesmo havendo alguns aspectos de natureza quantitativa. As informações serão colhidas, por meio de um questionário com questões fechadas disponibilizadas na plataforma Google Forms, encaminhados por email, aos contabilistas da cidade de Goiânia – Goiás e região metropolitana, que estejam devidamente registrados no órgão competente da categoria, para responderem questionamentos acerca da importância e do uso das informações contábeis para a tomada de decisões. A conclusão a que se chegou a partir dos resultados obtidos junto aos contadores de pequenas e médias empresas de capital fechado de Goiânia – GO foi no sentido de que, para estes profissionais, a importância da divulgação de relatórios contábeis é reconhecida, posto que contemplada como forma de se favorecer a transparência do negócio, tão importante em tempos de governança corporativa e *compliance*. Sugere-se, porém, realização de novas pesquisas com esse mesmo objeto de estudo, dada a limitação do presente, tendo em vista o seu recorte (somente 65 contadores certificados participaram da pesquisa).

Palavras-chave: Contabilidade. Divulgação de Relatórios Contábeis. Capital Fechado.

ABSTRACT

Accounting emerges as a way to obtain and provide reliable information about the company or professional. The disclosure requirement is currently only for publicly traded companies, publicly traded or in the process of issuing securities. The main objective of the work to be done is to debate the importance of disclosure of accounting reports by privately held companies in Goiânia - Go, from the perspective of certified accountants, as it is believed that disclosure of accounting reports by small companies and privately held midsize companies can prove to be a tool for corporate transparency and corporate social responsibility. Regarding the methodology, this study is supported by the qualitative approach, even though there are some aspects of a quantitative nature. The information will be collected through a questionnaire with closed questions available on the Google Forms platform, sent by email, to accountants in the city of Goiânia - Goiás and metropolitan region, who are duly registered with the competent body of the category, to answer questions about the importance and use of accounting information for decision making. The conclusion drawn from the results obtained from the accountants of small and medium-sized companies in Goiânia - GO was that, for these professionals, the importance of the disclosure of accounting reports is recognized, since it is considered as business transparency, so important in times of corporate governance and compliance. However, further research with this same object of study is suggested, given the limitation of the present, in view of its cut (only 65 certified accountants participated in the research).

Keywords: Accounting. Disclosure of Accounting Reports. Closed Capital.

Dedicatória

Dedico este trabalho a primeiramente a Deus, porque Ele é o meu socorro nas horas mais difíceis, também a minha esposa Vânia Rosa e aos meus filhos Raquel Rosa e Isaac Gabriel, pela paciência e compreensão no período de desenvolvimento desta pesquisa, pois esta não é uma conquista só minha, mas também de minha família a quem sempre procuro dedicar todo o meu esforço.

AGRADECIMENTOS

A dedicação de uma escrita de dissertação de mestrado é uma tarefa desafiadora e ao mesmo tempo enriquecedora, pois pessoas especiais foram fundamentais nessa árdua e longa caminhada. A estas pessoas deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

O meu primeiro agradecimento será ao meu Deus, que sempre está comigo pronto para me estender as mãos, por ter me capacitado e por ter me dado saúde, força e ânimo no período de confecção deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva que dispensou tempo e esteve sempre pronto para me auxiliar na produção deste trabalho.

As demais professoras de Pós-Graduação do ISCAP, pela dedicação, profissionalismo e saber compartilhado, e de modo especial, agradeço à Dr^a Ana Maria Alves Bandeira pela atenção e presteza dispensada aos estudantes brasileiros, que com prontidão sempre procurou nos auxiliar em tudo em que foi demandada, mesmo após o encerramento das unidades curriculares e de seu mandato como Diretora do Mestrado em Contabilidade e Finanças.

Agradeço ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto de modo especial, por ter aberto suas portas e ter nos proporcionados esta grande oportunidade de obtermos o nosso título de Mestre em Contabilidade e Finanças.

Agradeço também a toda minha família, principalmente minha esposa e filhos, que me deram toda força e apoio que precisava para me manter firme nesta tarefa tão árdua.

Agradeço aos meus colegas contabilistas que se prontificaram a responder o questionário desta pesquisa.

E por último, e não menos importante, agradeço ao Instituto Federal de Goiás - IFG na pessoa do Magnífico Reitor, professor Jerônimo Rodrigues da Silva, por ter me proporcionado esta oportunidade ímpar da participação neste programa de mestrado.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDF – Autorização para Impressão de Documentos Fiscais
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONEP – Comissão Nacional de Ética e Pesquisa
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN – Código Tributário Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ERP – Enterprise Resource Planning
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IASB – International Accounting Standards Board
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IFG – Instituto Federal de Goiás
IFRS – International Accounting Standards Board
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
MEI – Microempreendedor Individual
MPes – Médias e Pequenas Empresas
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PME – Pequenas e Médias Empresas
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RFB – Receita Federal do Brasil

ROB – Receita Operacional Bruta

S/A – Sociedade Anônimas

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SCP – Sociedade em Conta de Participações

SPE – Sociedade de Propósito Específico

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ÍNDICE

RESUMO.....	Error! Indicador Não Definido .
ABSTRACT.....	Error! Indicador Não Definido .
AGRADECIMENTOS.....	Error! Indicador Não Definido .
LISTA DE ABREVIATURAS.....	Error! Indicador Não Definido .
Capítulo I - Introdução.....	1
Capítulo II – Enquadramento, Tipos de Empresa, Enquadramento Tributários e Desenvolvimento.....	7
2.1. Enquadramento.....	7
2.2. Tipos de Empresas.....	8
2.3. Enquadramentos Tributários.....	9
2.4. Empresas de Capital Fechado.....	11
2.4.1. A importância das Médias e Pequenas Empresas – MPE, no cenário econômico brasileiro.....	12
2.4.2. A Responsabilidade Social das Empresas.....	21
Capítulo III - A importância do controle contábil nas micro, pequenas e médias empresas....	25
3.1. O modelo contábil para micro, pequenas e médias empresas.....	25
3.2. Fatores que interferem no ambiente interno e externo das micro, pequenas e médias empresas.....	26
3.3. Particularidades das micro e pequenas empresas.....	29
3.4. Tributação nas micro e pequenas empresas e o uso de demonstrações contábeis na gestão financeira.....	30
3.5. Pequenas e médias empresas brasileiras.....	31
3.6. A contabilidade como um sistema de informações.....	36
3.7. Escrituração contábil e a evolução do registro.....	38
3.8. A teoria da divulgação das informações contábeis.....	43
3.9. A Importância da Divulgação dos Relatórios por Parte das PMEs.....	45

3.10. Características qualitativas na divulgação.....	49
Capítulo IV – Objetivos e questões de investigação.....	55
4.1. Objetivos da pesquisa.....	55
4.2. Questões de investigação.....	55
Capítulo V - Metodologia.....	59
5.1. Caminho Metodológico.....	59
5.2. Questionário.....	61
5.3. Pré-Teste.....	62
5.4. População, processo de recolha de dados e amostra.....	63
5.4.1. População.....	63
5.4.2. Recolha de dados.....	63
5.4.3. Alcance da pesquisa.....	64
5.4.4. Limitações.....	64
Capítulo VI – Análise descritiva dos dados e discussão dos resultados.....	66
6.1. Análise descritiva dos dados.....	66
6.1.1. Caracterização dos participantes.....	66
6.1.2. Percepção dos profissionais da área de contabilidade sobre a divulgação de informações contábeis.....	71
6.2. Discussão dos Resultados.....	80
Capítulo VII – Considerações Finais.....	83
Referências.....	87
Apêndices.....	92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura do trabalho.....	6
Tabela 2 - Números de empresas formalizadas entre 2009-2014.....	14
Tabela 3 - Total de Empregados entre os anos de 2011 a 2017.....	15
Tabela 4 - Massa Salarial em bilhões de reais entre os anos de 2011 a 2017.....	16
Tabela 5 - PIB brasileiro referente 2011 a 2018.....	18
Tabela 6 - Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados de acordo com o Sebrae.....	32
Tabela 7 - Porte das empresas de acordo com o ROB.....	33
Tabela 8 - Instrumento de Coleta de Dados.....	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Números de empresas formalizadas entre 2009-2014.....	14
Gráfico 2	Total de empregados entre 2009-2015.....	15
Gráfico 3	Massa salarial entre 2009-2015.....	17
Gráfico 4	PIB entre 2011 - 2016.....	18
Gráfico 5	Participação das MPE no PIB por Ano.....	19
Gráfico 6	Distribuição dos participantes por categoria profissional.....	66
Gráfico 7	Distribuição dos participantes por gênero.....	67
Gráfico 8	Distribuição dos participantes por faixa etária.....	68
Gráfico 9	Distribuição dos participantes por ano de graduação.....	68
Gráfico 10	Distribuição dos participantes por área de atuação.....	69
Gráfico 11	Distribuição dos participantes por local de exercício da profissão.....	70
Gráfico 12	Distribuição dos participantes por tempo de atuação.....	70
Gráfico 13	Aferição da possibilidade da divulgação de relatórios contábeis ser facultativa.....	72
Gráfico 14	Importância da divulgação dos relatórios contábeis pelas PMEs.....	73
Gráfico 15	Relatórios contábeis utilizados como fontes de informações e métodos de controle	74
Gráfico 16	Não publicação de relatórios contábeis por partes das empresas de capital fechado	75
Gráfico 17	Responsabilidade social e transparência dentro da empresas.....	76
Gráfico 18	A importância da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	77
Gráfico 19	Acesso às informações contábeis.....	78
Gráfico 20	Divulgar relatórios contábeis é vantajoso.....	79
Gráfico 21	Empresas que omite informações pode ser considerada socialmente responsável!..	80

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndices 1	Instrumento de Coleta de Dados.....	92
Apêndices 2	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	98
Apêndices 3	Parecer Consubstanciado do CEP.....	104

Capítulo I - Introdução

1.1. Apresentação e fundamentação da investigação

Não foi por acaso, e sim por uma decisão, a escolha do tema dessa dissertação para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Devido a uma experiência vivida dentro de uma empresa, enquanto estagiário na área de contabilidade para conclusão de um curso em Ciências Contábeis, onde somente os sócios e o departamento de contabilidade tinha acesso aos relatórios contábeis. Estes relatórios eram guardados a “sete chaves”¹, onde nenhum empregado tinha acesso aos mesmos, nem mesmo os diretores dos altos escalões. E este paradigma por parte dos sócios das empresas tem sido uma constante em nosso meio. Isto causa muita inquietação, em não saber como está a saúde da empresa onde você labora, e estas incertezas, causa um grande desconforto principalmente aos empregados por não saberem se podem criar perspectivas futuras.

A globalização da economia trouxe consigo a necessidade da elaboração de demonstrações contábeis embasadas em normas e critérios uniformes, de forma que os gestores, investidores e analistas financeiros de todo o mundo, a partir destas demonstrações financeiras, possam se utilizar de informações de forma homogênea com transparência, confiabilidade em níveis possíveis de serem comparáveis.

E neste mercado cada vez mais competitivo somado a globalização e o emprego de inovações tecnológicas nos órgãos de controle estatal como a Receita Federal, têm pressionado as empresas e profissionais a buscarem uma gestão cada vez mais eficiente, visando manter suas finanças e controle patrimonial em dia.

Neste contexto, a contabilidade desponta como uma forma de se obter e fornecer informações que sejam confiáveis tanto sobre a empresa como sobre o profissional. No conceito de Iudicibus (1995, p. 21), a Contabilidade tem como objetivo principal o “[...]

¹ “Guardar a sete chaves” é uma expressão popular da língua portuguesa, utilizada no sentido de “algo que está muito bem protegido” ou “um segredo, muito bem guardado.”

fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Segundo Marion (2009, p. 28), “todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa”.

Assim, visando melhores resultados e uma gestão eficiente, a contabilidade é importante, pois possibilita um diálogo contínuo com seus usuários, tornando as informações mais claras e precisas e permitindo que sejam disponibilizadas aos interessados dentro do prazo desejado e necessário.

A harmonização das normas contábeis e a transparência requerida auxilia na maximização da confiabilidade atribuída às demonstrações contábeis, contribuindo, ainda, para a redução de riscos aos usuários internos e externos, quer sejam no formato de instituições financeiras ou sob forma de participação societária, tornando homogênea a comunicação no mundo dos negócios, elevação dos créditos comerciais e homogeneidade da comunicação internacional dos negócios.

A exigência de divulgações, atualmente é apenas para empresas de capital aberto, entidades com ações de títulos de dívidas negociados publicamente ou que se encontre em processo de emitir papéis.

Dada a importância da divulgação das informações contábeis, estas não deveriam ser restritas a apenas para este grupo de empresas, mas sim a todos que busquem maior comprometimento, clareza, transparência e detalhamento de seu negócio.

Neste cenário cada dia mais competitivo, as pequenas e médias empresas despontam como importantes atores na economia nacional. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (SEBRAE 2014, p. 06), as Micro e Pequenas Empresas são muito importantes no setor do comércio no Brasil, representando 53,4% do PIB deste setor. “No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios”.

Deste modo, esperamos contribuir para que os usuários fiquem satisfeitos com a abrangência do tema, já que a relevância deste tema tende a estar cada vez mais presente no cotidiano das médias e pequenas empresa – MPEs, portanto pretendemos atender com clareza quanto as necessidades da divulgação das informações contábeis

1.2. Problemática

As empresas de capital fechado podem ser caracterizadas como aquelas cujas ações não são negociadas no mercado de capitais – bolsas de valores – o que, anteriormente, lhes isentava da obrigatoriedade de apresentar seus relatórios contábeis. Todavia, com o advento da lei nº 11.638/07, as empresas de capital fechado de grande porte, se tornaram obrigadas a realizar revisão externa anual de suas demonstrações financeiras, por meio de auditoria independente.

Além disso, a legislação também determinou a essas empresas a obrigatoriedade de apresentar demonstrativos conforme as práticas contábeis internacionais, o que aproximou sobremaneira as práticas de divulgação de relatórios contábeis das empresas de capital fechado das que têm capital aberto. Essa divulgação é entendida como importante, pois, ainda que suas ações sejam negociadas de forma particular, com os relatórios contábeis gerando transparência e conferindo credibilidade aos investidores, credores, consumidores e funcionários dessas empresas.

O estudo resultante deste projeto justifica-se, pois pretende contribuir com o campo acadêmico, oferecendo à pesquisa na tela uma visão diferente sobre o assunto, ampliando o material teórico que pode ser utilizado para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas, estimulando novos estudos sobre o assunto, tópicos relacionados e outros aspectos científicos que possam surgir do seu interesse.

Além da relevância acadêmica, a pesquisa em questão também pretende servir como fonte de informação para a esfera social e pode oferecer dados relevantes às partes interessadas envolvidas na área para coletar dados para observar a importância da abordagem e a aplicabilidade do objeto em questão. estudo.

Além dos relatos mencionados acima, o trabalho também visa promover o conhecimento do pesquisador e de seu leitor, que durante o desenvolvimento da pesquisa será capaz de desenvolver um pensamento crítico-reflexivo, a fim de formar uma trajetória analítica do tema, culminando em assim, em sua conclusão, foi apresentado como resultado preliminar deste estudo, o que pode levar a novos estudos, outros aspectos e debates sobre o assunto.

Em vista do cenário supra exposto, desenha-se como questão central do trabalho a ser investigada a partir desse projeto a seguinte: qual a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado de Goiânia – GO sob a ótica dos contadores certificados?

1.3. Objetivo do estudo e metodologia

Considerando-se o cenário exposto, estabelece-se como objetivo central do trabalho a ser realizado a partir desse projeto, debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos contadores certificados, pois acredita-se que divulgação dos relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado pode vir a ser uma ferramenta para transparência e responsabilidade social das empresas.

Esta pesquisa poderá trazer vários benefícios à sociedade, no sentido de que esta pesquisa trará aos consumidores, fornecedores e governo a possibilidade de tomar decisões mais assertivas. Pois devido a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário, clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto. Pois são os consumidores que suportam a maior carga tributária, as empresas ficam apenas com as obrigações acessórias de repassar estes impostos a quem de direito, e com a divulgação dos relatórios contábeis estes consumidores pode verificar se realmente aquele imposto que foi pago por ele está chegando ao seu destino.

Com o objetivo de se delimitar um caminho com coerência para se proceder ao desenvolvimento do tema proposto, elencam-se como objetivos específicos os seguintes:

- Conceituar os tipos de empresas e enquadramentos tributários;
- Abordar sobre a responsabilidade social das empresas;
- Tratar sobre as demonstrações contábeis e a teoria da divulgação; e,
- Debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos contadores através de aplicação de inquérito.

Quanto à metodologia, este estudo está apoiado na abordagem qualitativa, mesmo havendo alguns aspectos de natureza quantitativa. As informações serão colhidas, por meio de um questionário com questões fechadas disponibilizadas na plataforma Google Forms, encaminhados por email, aos contabilistas da cidade de Goiânia – Goiás e região metropolitana, que estejam devidamente registrado no órgão competente da categoria, para responderem questionamentos acerca da importância e do uso das informações contábeis por parte dos *stakeholders*² para a tomada de decisões.

1.4. Estrutura do trabalho

Este trabalho será estruturado em 7 capítulos que serão distribuídos da seguinte forma: Primeiro capítulo – Introdução com o enquadramento ao tema da dissertação, justificativa e objetivo. O segundo e o terceiro contendo o embasamento teórico da pesquisa, onde será realizada uma revisão da literatura, para abordar os tipos de empresas e enquadramentos tributários e os enquadramentos contabilísticos, será abordado também sobre as demonstrações contábeis, teoria da divulgação e as vantagens da divulgação dos relatórios contábeis. O quarto com os objetivos, modelo teórico e hipóteses. O quinto com a metodologia de investigação. O sexto com a análise e discussão dos resultados e por último o sétimo com as conclusões. Esta estrutura é apresentada abaixo na forma da tabela 1.

² Qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou pode ser afetado pelos resultados de uma empresa.

Tabela 1 – Estrutura do trabalho

Capítulo	Temas
I	Introdução
II	Enquadramento, Tipos de Empresa, Enquadramento Tributários e Desenvolvimento
III	A importância do controle contábil nas micro, pequenas e médias empresas
IV	Objetivos e questões de investigação
V	Metodologia
VI	Análise descritiva dos dados e discussão dos resultados
VII	Conclusão

Fonte: Elaboração própria

Capítulo II – Enquadramento, Tipos de Empresa, Enquadramento Tributários e Desenvolvimento

2.1. Enquadramento

Este documento faz um estudo sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis emitidos por empresas privadas no Brasil, considerando uma quebra de paradigma, uma vez que a cultura dessas empresas é fechar esses resultados, nem abrir para seus funcionários. Foi feita uma tentativa de criar o projeto de lei do Senado no. 243/08 para impor às grandes empresas, mesmo que não constituídas como corporações, que publiquem suas demonstrações financeiras, na World Wide Web ou em um jornal de grande circulação, mas esse projeto de lei foi apresentado em dezembro de 2014.

Outra ferramenta seria o novo código comercial (projeto de lei nº 1.572 / 11), apresentado pelo Conselho de Administração da Câmara dos Deputados, em 31/01/2019, este código incluía em seu artigo 36 a obrigação de publicar orçamentos para todas as grandes empresas em veículos eletrônicos. (Brasil, 2019).

A atividade financeira de uma empresa requer monitoramento constante de seus resultados, para que seu desempenho seja avaliado, para que as alterações e correções necessárias possam ser feitas. O objetivo da função financeira é fornecer à empresa recursos financeiros suficientes, respeitando os compromissos assumidos e promovendo a maximização dos lucros.

A contabilidade está diretamente vinculada às operações executadas dentro de uma organização e a organização oferece inúmeras ferramentas para o benefício de suas operações. Esses instrumentos incluem demonstrações financeiras, que fornecem uma série de informações a serem examinadas, que consistem na composição, comparação e interpretação dos requisitos contábeis.

É interessante notar que as demonstrações financeiras devem ser apresentadas de acordo com a legislação vigente, de acordo com os princípios contábeis fundamentais e com

as normas brasileiras de contabilidade - NBC. Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada a Lei 11.638, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, modificando substancialmente algumas regras contábeis gerais. No entanto, embora as mudanças tenham sido significativas, elas são fáceis de entender.

Cumprir destacar, outrossim, que, no dia 11 de janeiro de 2008, foi divulgado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o pronunciamento conceitual básico, tendo como título “Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis”, esse documento é de grande importância e estabelece os conceitos que fundamentam e apresentam as demonstrações financeiras destinadas a usuários externos. Cabe elucidar também, que não deve haver conflitos entre o que foi estabelecido neste documento com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC (CPC, 2012).

2.2. Tipos de Empresas

Existem no Brasil diversos tipos de empresas e enquadramentos tributários possíveis. Dentre os tipos de empresas, a Sociedade Anônima (S/A) é um dos mais comuns, regida pelas leis nº 6.404/76 e 11.638/07.

A Sociedade de Quotas Limitadas (LTDA) é doutrinada pela lei nº 10.406/02 (Código Civil) arts 1.052 a 1.054, ao passo que a Sociedade em Nome Coletivo é disciplinada pela mesma legislação, especificamente disposta nos arts. 1.039 a 1.044, se apresentando como o tipo sociedade em que todos os sócios são pessoas físicas responsáveis de forma solidária pela obrigação social.

A Sociedade em Comandita Simples, que é a sociedade de pessoas contratual, doutrinada nos arts. 1.045 a 1.051 do mesmo código. Ao passo que a Sociedade em Comandita por Ações consiste naquela cujo capital se dá como em sociedades anônimas, dividido por ações, correspondendo aos acionistas tão somente o valor das ações subscritas. Suas regras se encontram dispostas também no mesmo mecanismo do código civil, entre os arts. 1.090 a 1.092.

Santos et al. (2006) explicam que a Sociedade de Contas de Participação (SCP) consiste em duas ou mais pessoas, das quais pelo menos uma deve ser comerciante. Nesse modo, não há empresa social comum com fins lucrativos em uma ou mais operações comerciais específicas, que trabalham uma, algumas ou todas elas em seu nome individual para fins sociais. Dessa forma, a associação é atribuída pelo nome da empresa devido à participação accidental, momentânea ou anônima.

Esta empresa não está sujeita às formalidades exigidas para a constituição de outras empresas e pode ser demonstrada por todos os tipos de evidências admitidas em contratos comerciais. É regulado de acordo com os artigos 991-996 do código civil.

Por fim, a lei de falências (Lei nº 11.101/2005, artigo 50, inciso XVI), que regulamenta a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da empresa, menciona a SPE, que é uma sociedade civil regulada pelo código civil, criada para solucionar um trabalho específico e ser extinta ou renovada após sua conclusão. A SPE compromete-se a entrar em um tipo de empresa, de modo que o capital seja formado pelos parceiros por meio de ativos, imóveis, dinheiro ou qualquer outro direito de representação econômica.

2.3. Enquadramentos Tributários

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (Código Tributário Nacional - CTN, através do art. 3º, BRASIL, 1966).

O enquadramento tributário de uma empresa é definido através da análise de suas operações e procedimentos contábeis, onde se deve optar pelo enquadramento que gere menos carga tributaria, com respaldo na lei, buscando a desoneração dos encargos.

De acordo com Souza e Pavão (2012, p. 06-07), o planejamento tributário tem por objetivos principais “evitar a incidência do tributo, reduzir o montante do tributo devido e postergar o momento de sua exigibilidade”.

Sobre os tipos de enquadramento tributário, Braga e Almeida (2008) explicam que o primeiro é o simples nacional, um regime tributário de arrecadação compartilhada em relação às cobranças e fiscalização de tributos que são aplicáveis às Microempresas e empresas de pequeno porte, como prevê a lei complementar nº 123/06, abrangendo os tributos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Sendo que empresas que se enquadram nessa modalidade tributária são aquelas cujo faturamento anual é de até R\$ 4,8 milhões de acordo com a nova redação da lei complementar 123/06 alterada pela lei complementar 155/16 com efeitos a partir de 01/01/2018.

O segundo tipo de enquadramento tributário, segundo os autores, é o lucro presumido, que consiste em uma fórmula de tributação simplificada a fim de determinar a base de cálculo do imposto de renda CSLL de pessoas jurídicas. Nesse tipo de modalidade enquadram-se as empresas com faturamento igual ou menos a R\$ 78 milhões anuais, ou então, com R\$ 6,5 milhões multiplicados pelo número de meses em que exerceu sua atividade no ano anterior, conforme os ditames da lei nº 12.814/13.

Braga e Almeida (2008) apresentam a modalidade de lucro da arbitragem, que é uma forma de cálculo baseada no cálculo do imposto de renda, autoridade fiscal ou contribuinte. É um método aplicado pela autoridade tributária ou pela pessoa jurídica quando ela não cumpre as obrigações acessórias relacionadas à determinação do lucro real ou presumido, dependendo do caso e quando a receita bruta da empresa é conhecida. Além disso, desde que ocorra qualquer dos casos de arbitragem previstos na legislação tributária.

Os autores comentam que, nesse tipo de renda arbitrada, o contribuinte pode pagar o imposto de renda correspondente, de acordo com as regras da renda arbitrada e de acordo com o disposto na lei 3000/99 artt. 530 e 531.

Por fim, explicam a classificação do lucro real, cuja tributação pelo IRPJ ocorre na contabilização dos resultados, com ajustes determinados pela legislação e com receita anual total superior a 78 milhões de reais ou 6,5 milhões de reais multiplicada pelo número de

meses em que exerceu sua atividade no calendário anterior - quando inferior a 12 meses, artigo 14 da Lei nº 9.718/1998.

2.4. Empresas de Capital Fechado

Conforme publicação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2014), as empresas enquadradas como de capital fechado no Brasil, majoritariamente, são formadas nas modalidades Ltda ou S/A.

De forma que optar por uma delas deve considerar elementos como: quantidade de sócios e quóruns de deliberação específicos, necessidade de participação desigual em capital e trabalho dos sócios, regime obrigatório em publicações, segurança jurídica, capital social e estrutura de financiamento, etc.

Dessa forma, as empresas de capital fechado serão, geralmente, empresas de portes menores, comumente formadas na qualidade de empresas familiares, prevista e regulada pelo Código Civil – Lei nº 10.406/2002 (artigos 1.052 ao 1.087). Podem ser formadas por um único sócio, emitir e vender ações de forma privada. Esse tipo de empresa não é registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, perante a lei, não possui obrigação de revelar seu balanço contábil, apenas o faz quando é de interesse de seus responsáveis, conforme a própria CVM e a lei nº 6.404/76.

Segundo a lei nº 6.404 de 1976 alterada pela lei 9.457 de 1997, existem algumas diferenças substanciais entre as sociedades de capital aberto e de capital fechado no que concerne à sua estrutura e funcionamento, as quais:

- As companhias fechadas podem ter ações ordinárias de classes diferentes, em função da conversibilidade em ações preferenciais, da exigência da nacionalidade brasileira do acionista ou do direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos (Art. 16);

- Não pode haver limitações a negociabilidade de ações nominativas em companhias abertas, ao revés do que sucede com as da companhia fechada, em que o estatuto pode impor limites à sua circulação (Art. 36);
- A companhia fechada pode ter conselho de administração e diretoria, ou apenas diretoria, enquanto as companhias abertas devem ter obrigatoriamente conselho de administração (Art. 138, § 2º);
- Os administradores da companhia fechada não terão restrita responsabilidade por atos que pratiquem dentro de suas atribuições específicas, ficando, assim, sempre solidariamente responsáveis com os outros pelos prejuízos que causem pelo não cumprimento de deveres impostos por lei aos mesmos administradores, para assegurar o funcionamento da companhia (Art. 158, § 3º);
- Na companhia fechada pode o estatuto aumentar o quorum estabelecido pela lei para certas deliberações, desde que especifique as matérias (Art. 129, § 1º).

Vale destacar que além das Sociedades de capital aberto e fechado, tem-se ainda as Sociedades mistas que são aquelas que seu capital social é constituído em sua maior parte por recursos advindos do Poder Público e em menor parte por particulares.

2.4.1. A importância das Médias e Pequenas Empresas – MPE, no cenário econômico brasileiro

No Brasil o empreendedorismo sempre foi grande, devido à capacidade empreendedora dos brasileiros, e tem crescido muito nos últimos anos, porém é de fundamental importância que este crescimento não seja apenas na quantidade de empresas, mas também em sua participação no cenário econômico, contribuindo assim com Produto Interno Bruto - PIB. Segundo o (SEBRAE, 2014), atualmente, as micro e pequenas empresas totalizam mais de 9 milhões no país, representando, assim, mais da metade dos empregos formais oferecidos no mercado. Também são as principais fontes geradoras de riqueza comercial no Brasil, respondendo por uma fatia de 53,4% do PIB Nacional. No PIB da

indústria, especificamente, a participação das micro e pequenas empresas é de 22,5%, se aproximando das médias empresas, que é de 24,5%. Já no setor de serviços, 36,3% do total de empresas registradas – ou seja, mais de um terço da produção nacional – vem de pequenas empresas.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, a nossa lei maior, dispõe em seu artigo 219 o fortalecimento do mercado interno, e como podemos perceber a participação das MPes é de suma importância para este fortalecimento.

Diante disto podemos perceber a importância das MPes para contribuição no PIB de um país, além do papel socioeconômico por elas desempenhado. Uma empresa sozinha pode representar muito pouco, porém juntas elas conseguem alavancar a economia e gerar empregos tanto quantos as empresas de grande porte.

Na tabela 2 juntamente com o gráfico 1, a seguir, podemos perceber que em relação ao número de empresas, as MPes representaram, em 2009, aproximadamente 99,5% do total de empresas formalizadas e este percentual se manteve estável até o ano de 2014 com uma leve queda de 0,02%.

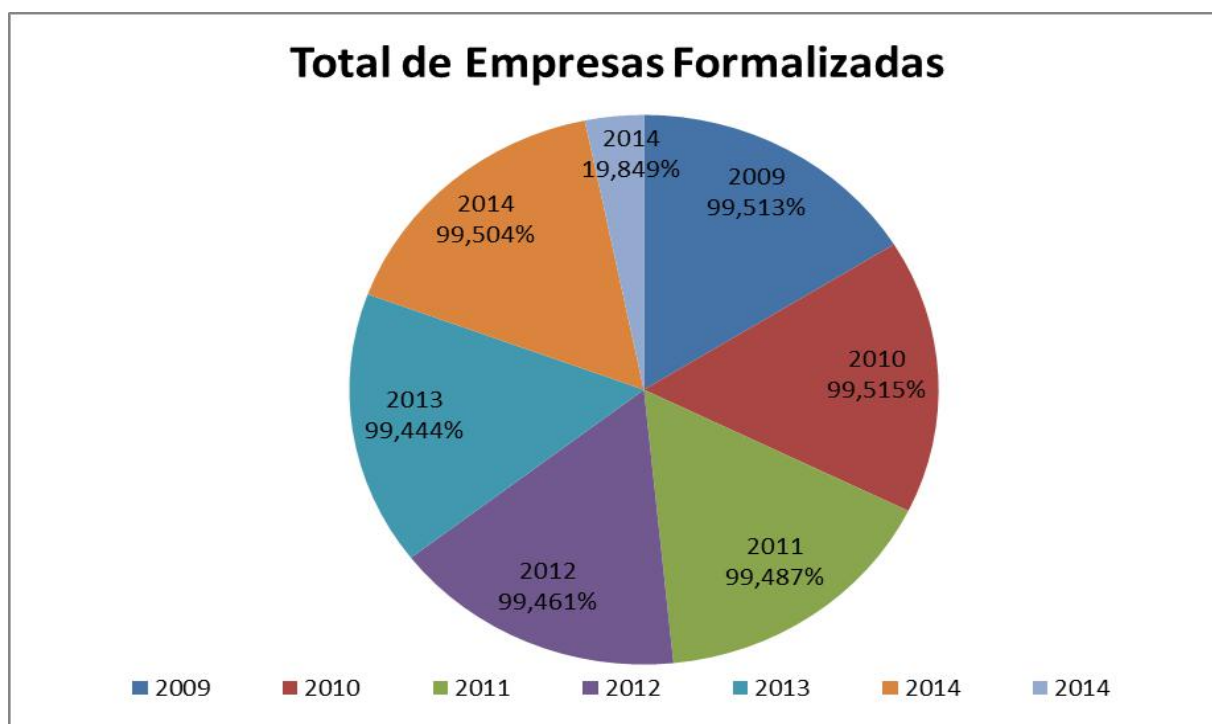
Longenecker et al. (2007) indica ainda que os pequenos negócios representem mais de 99,7% de todos os empregadores; Empregam mais da metade de todos os funcionários do setor privado; Eles pagam 44,5% do total dos boletos privados dos EUA; Eles geram 60% a 80% de todos os novos empregos a cada ano; Eles produzem 13 a 14 vezes mais patentes por funcionário do que as grandes empresas de patentes. Comprovando assim os números apresentados na tabela 2 juntamente com o gráfico 1.

Tabela 2 - Números de empresas formalizadas entre 2009-2014

NÚMEROS DE EMPRESAS FORMALIZADAS							
PORTES	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014
Microempresa	2.655.913	2.983.481	3.052.398	3.331.186	3.400.222	2.933.288	
Empresa Pequeno Porte	662.230	788.930	909.932	787.569	869.678	865.812	
Empresa Médip Porte	113.819	134.143	157.512	118.021	125.973	125.567	
Empresa Grande Porte	14.784	17.045	19.240	20.953	22.562	22.429	
Porte Não Informado						977.969	
Total Geral	3.448.755	3.925.609	4.141.093	4.259.741	4.420.448	4.927.079	
Total MPEs	3.431.962	3.906.554	4.119.842	4.236.776	4.395.873	3.924.667	
Percentual das MPEs em Relação as Grandes Empresas	99,513%	99,515%	99,487%	99,461%	99,444%	99,504%	19,849%

Fonte: Adaptada do sistema.datasebrae.com.br

Gráfico 1 Números de empresas formalizadas entre 2009-2014



Fonte: Elaboração própria

Em se tratando de números de pessoas ocupadas, ou seja, àquelas com empregos formais, os dados demonstrado na tabela 3 concomitante com o gráfico 2, nos revela dados muito interessantes em relação ao emprego formal, pois, de acordo com os dados aqui apresentados fica evidenciado que as MPEs superam as grandes empresas em mais de 67%, chegando a atingir mais de 68% em 2016, o seu maior percentual, do total das vagas de

emprego formal criados no período de 2011 a 2017. Neste cenário restou provado que as PMEs são responsáveis pela geração de renda de quase 70% dos brasileiros, devido a isto a importância dessas PMEs para a economia não podem ser ignorados. Devido ao grande número de empregos gerados, as PMEs podem ser consideradas como um grande amortecedor social e merecem que os governos dispensem mais atenção as mesmas, já que o desenvolvimento destas empresas pode ser crucial para o desenvolvimento de uma nação. Vejamos na tabela 3 e gráfico 2.

Tabela 3 - Total de Empregados entre os anos de 2011 a 2017

TOTAL DE EMPREGADOS							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Microempresa	7.711.587	8.195.212	8.487.311	8.731.445	8.737.277	8.551.305	8.467.314
Emp. Pequena Empresa	9.079.963	9.569.927	9.838.613	9.998.589	9.707.162	9.302.264	9.281.913
Emp. Médias Empresas	4.908.497	5.113.412	5.226.173	5.208.407	4.835.527	4.551.423	4.536.610
Emp. Grande Empresas	10.544.465	11.102.493	11.366.342	11.455.631	10.751.960	10.081.446	10.092.409
TOTAL	32.246.523	33.983.056	34.920.452	35.396.086	34.033.941	32.488.454	32.380.263
Percentual das MPEs em Relação as Grandes Empresas	67,294%	67,323%	67,445%	67,630%	68,402%	68,963%	68,825%

Fonte: Adaptada do sistema.datasebrae.com.br

Gráfico 2 Total de empregados entre 2009-2015



Fonte: Fonte: Elaboração própria

No período de 2011 a 2017, conforme dados do DATASEBRAE (2017), *plataforma sobre o ambiente dos pequenos negócios, desenvolvida pelo Sebrae* as PMEs juntas responderam por mais de 58% da massa salarial em 2011, atingido a marca de 61,65% em 2017, reforçando ainda mais a importância deste segmento de empresas para a economia do país.

Pois são mais de 22 milhões de brasileiros, com emprego formal, que dependem das PMEs para levarem o sustento para suas famílias. Para além disso, existe a ainda da facilidade que as pessoas encontram na hora de fazer uma entrevista de emprego, pois, não existe nas PMEs as dificuldades das grandes empresas, onde fazer uma entrevista de emprego, além de ser desgastante e muito informal.

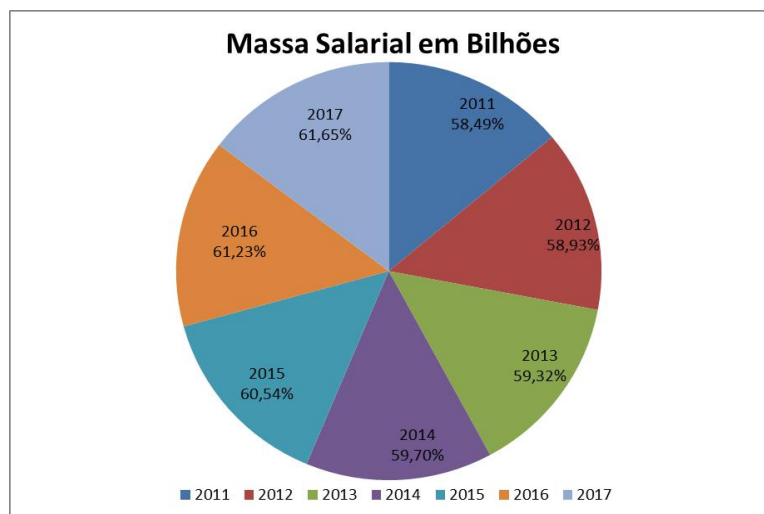
As PMEs são mais ágeis e com um processo bem mais simplificado na hora da contratação, e não têm a mesma frieza dos grandes conglomerados na hora de se fazer uma demissão. As mesmas até demoram mais tempo para demitir, quando a economia é desacelerada, devido ao relacionamento patrão-empregado serem mais próximos, e mesmos quando demitem não causam os mesmos impactos causados com as demissões feitas pelas grandes empresas.

Tabela 4 - Massa Salarial em bilhões de reais entre os anos de 2011 a 2017

MASSA SALARIAL EM BILHÕES							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Microempresa	7,63	9,05	10,33	11,53	12,51	13,26	13,74
Emp. Pequena Empresa	11,96	13,88	15,66	17,19	18,11	18,65	19,46
Emp. Médias Empresas	8,55	9,81	10,93	11,63	11,63	11,73	13,13
Emp. Grande Empresas	19,97	22,82	25,32	27,24	27,54	27,63	28,82
TOTAL	48,11	55,56	62,24	67,59	69,79	71,27	75,15
Percentual das MPEs em Relação as Grandes Empresas	58,49%	58,93%	59,32%	59,70%	60,54%	61,23%	61,65%

Fonte: Adaptada do sistema.datasebrae.com.br

Gráfico 3 Massa salarial entre 2009-2015



Fonte: Elaboração própria

O PIB consiste no somatório de todos os serviços e bens finais que são produzidos por um país, um estado ou uma cidade, normalmente no período de um ano. O PIB brasileiro, entre os anos de 2011 a 2018, teve o seu melhor resultado em 2013, quando atingiu uma variação positiva de 10,81% em relação a 2012. Desde então podemos perceber que o PIB do Brasil, está em um constante declive acentuado. Este declive é percebido na tabela 5, pois em relação ao seu melhor desempenho no período de 2011 a 2018, há uma variação negativa constante. Caso o crescimento do PIB atingido em 2013 tivesse mantido estável, no ano de 2018 o PIB teria atingido a marca dos 8,91 trilhões de reais. Diante disto fica evidenciado que a economia brasileira deixou de crescer 2,11 trilhões de reais. Este decréscimo foi de quase 50% se comparado com o PIB de 2011.

Tabela 5 - PIB brasileiro referente 2011 a 2018

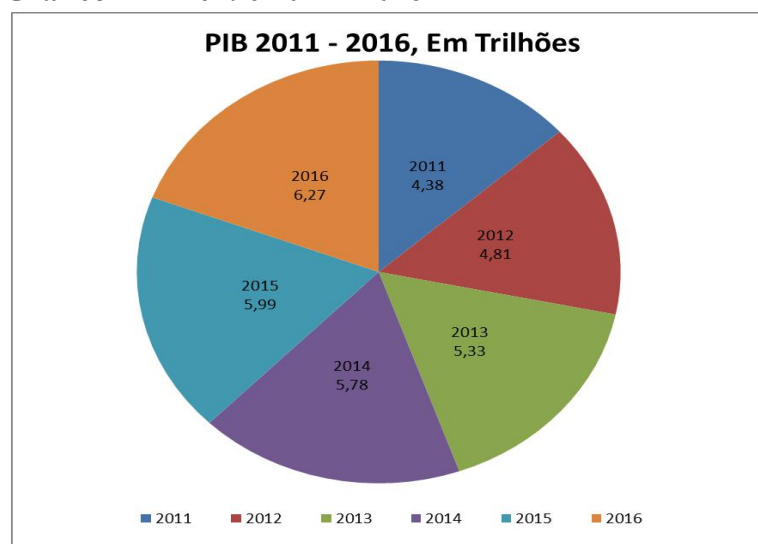
PIB 2011 - 2018, EM TRILHÕES		
Ano	Quantidade total	Variação
2011	4,38	
2012	4,81	9,82%
2013	5,33	10,81%
2014	5,78	8,44%
2015	5,99	3,63%
2016	6,27	4,67%
2017	6,60	5,26%
2018	6,80	3,03%

Fonte: Adaptada do sistema.datasebrae.com.br

PIB PROJETADO, EM TRILHÕES		
Ano	Quantidade total	Variação
2011	4,38	
2012	4,81	9,82%
2013	5,33	10,81%
2014	5,91	10,81%
2015	6,54	10,81%
2016	7,25	10,81%
2017	8,04	10,81%
2018	8,91	10,81%

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 PIB entre 2011 - 2016



Fonte: Elaboração própria

Em relação à participação das micro, pequenas e médias empresas, no PIB brasileiro, é percebido que estas empresas desempenha um papel muito importante, pois as mesmas são responsáveis por mais de 1/4 do PIB nacional.

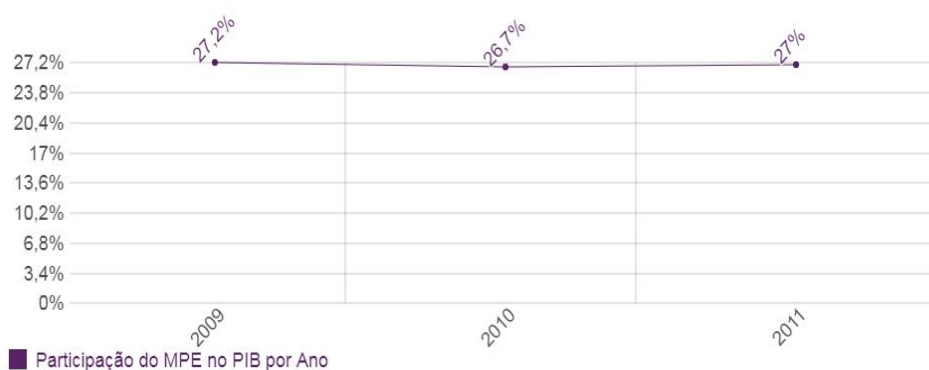
De acordo com o SEBRAE (2014), é notória a importância que as Micro e Pequenas Empresas representaram no período de 2009 a 2011, em todas as dimensões e atividades.

Estas empresas por menores que sejam, desempenham um papel muito significativo na economia nacional de qualquer nação, seja nos países de terceiro mundo, ou até mesmos nas economias mais desenvolvidas, como por exemplo a economia do Estados Unidos da

América, já que, há tempos é sabido que este país tem a economia mais desenvolvida do planeta. Devido ao grande número de pequenos estabelecimentos comerciais e por atuarem nos mais diversos segmentos, cobrindo praticamente todos os setores da economia, tem se a vantagem de serem mais flexíveis e adaptáveis às mudanças, além de estarem mais próximos aos consumidores e empregados, sendo assim mais ágeis nas respostas a que são demandada.

Em valores absolutos, quando aplicado o percentual de participação no PIB de 2011 das MPEs, na tabela do PIB projetado de 2018 – tabela 5-A – podemos perceber que as MPEs contribuiria com mais de 2.40 trilhões de reais, (8,91 trilhões x 27%).

Gráfico 5 Participação das MPE no PIB por Ano



Fonte: Sebrae

De acordo com Bizaio (2019), as Micro, Pequenas e Médias Empresas desempenham papel significativo na economia, podendo ele ser sintetizado da seguinte maneira:

- pelo seu número, são o motor da economia real;
- pela sua dimensão, tendo em vista que se adaptam facilmente às mudanças, revelando flexibilidade;
- pela sua natureza, pois consistem na essência da iniciativa empresarial, verdadeiramente na fonte do empreendedorismo;
- pela sua diversidade, já que abrange praticamente todos os setores econômicos do país;
- pela sua heterogeneidade cultural; e

- pela sua capacidade de constante inovação, apresentando maior agilidade nas respostas que são entregues às necessidades do mercado.

Longenecker et al. (1997), trazem informações relevantes a respeito da importância econômica das pequenas empresas na maior economia do mundo (EUA). Pequenas empresas poderiam representar pouca importância em alguns setores, ou podem se tornar tão numerosas e produtivas que seu resultado coletivo exceda o das grandes empresas. Pode-se destacar algumas contribuições muito importantes:

Novos empregos: Os empregos gerados por essas empresas são de grande importância para economias em crescimento, enquanto grandes empresas cortam vagas para enfrentar momentos de instabilidade no mercado, as pequenas empresas fornecem muitas oportunidades e se beneficiam de profissionais qualificados que ficam disponíveis no mercado.

Introduzem Inovação: As grandes empresas estão focadas no aprimoramento de produtos já existentes, novas ideias acabam ficando em segundo plano. Nesse ponto é que as pequenas empresas se mostram superiores em inovação, não estão presas em um mercado, lançam novos produtos e serviços buscando conquistar seu espaço.

Estimulam a competição: Grandes empresas podem dominar o mercado, praticar altos preços, controlar desenvolvimentos tecnológicos, excluir novos concorrentes, entre outras práticas nada favoráveis aos consumidores. A competição regula essa situação, e pequenas empresas se tornam uma opção para os consumidores.

Auxiliam as grandes empresas: As pequenas empresas desempenham funções que auxiliam as grandes, como por exemplo, funções de distribuição e fornecimento. A distribuição realizada por pequenos estabelecimentos liga clientes e produtores a determinados produtos e serviços, bem como fornecem diretamente a outras grandes e pequenas empresas seus produtos e serviços.

Produzem bens e serviços com eficiência: Pode-se dizer que produzir bens e serviços é uma importante contribuição das pequenas e médias empresas ao sistema econômico. Por exemplo, a grande empresa é a melhor em fabricar automóveis, mas as pequenas são as melhores em consertá-los.

Como parte da comunidade empresarial, as pequenas empresas contribuem inquestionavelmente para o bem-estar econômico da nação. Elas produzem uma parte substancial do total de bens e serviços. Assim, sua contribuição econômica geral é similar àquela das grandes empresas. As pequenas empresas, entretanto, possuem algumas qualidades que as tornam mais do que versões em miniatura das grandes corporações. Elas oferecem contribuições excepcionais, na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997, p. 34).

2.4.2. A Responsabilidade Social das Empresas

Para Rui Silva, (2015, p. 8), foi na segunda metade do século XX que o tema da responsabilidade social começou a ganhar corpo no mundo empresarial.

Segundo Davis (1960, *apud* Rui Silva, 2015, p. 8) a responsabilidade social é influenciada pelo poder que a empresa tem na sociedade. O autor considera ainda que a empresa tem que dar resposta à sociedade nas questões económicas, técnicas e legais, sem nunca esquecer a obtenção de ganhos subjacentes à atividade económica que desenvolve.

No Brasil, conforme Lima (2009, p.113), antes da Constituição Federal de 1988, as empresas não se responsabilizavam pelos problemas sociais, atribuíam ao Estado a responsabilidade pelas questões sociais. Para a maioria dos empresários os problemas socioambientais se limitavam a ações filantrópicas muitas vezes relacionadas as suas convicções religiosas e morais sem se preocuparem com a emancipação do indivíduo, que segundo Lopes e Atauri (2009) significavam ações pontuais, assistencialistas, individuais e com objetivos diferentes do objetivo da empresa. Não era aceito entre os empresários implementar ações de responsabilidade social que promovesse a cidadania por meio de investimento em educação, saúde, lazer e meio ambiente.

Entretanto, houve por parte de alguns empresários cristãos um movimento que compreendia que as empresas deveriam cumprir sua função social e estes tomaram a iniciativa de realizar vários debates e seminários, dos quais se destacou o Fórum dos Líderes Empresariais nos anos de 1978, 1983 e 1997, cuja preocupação se voltava para a democracia e aos direitos políticos.

Com a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, e com a democracia reestabelecida no Brasil, foram assegurando os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais ao povo brasileiro. Nesse cenário as empresas brasileiras sentem-se a necessidade de cumprir sua responsabilidade social para além de ofertas de empregos, pagamento de impostos, circulação de mercadorias e acúmulo de riqueza e passam a cumprir a legislação e as exigências das novas demandas de mercado submetidos a regras e padrões éticos internacionais (Lima, 2009,p.118).

Nessa perspectiva, ascende, no país, um movimento de empresários que ressaltam a importância da responsabilidade social das empresas e criam entidades representativas com o objetivo de disseminar esse conceito nas empresas, como por exemplo: Instituto Ethos de Responsabilidade Social no Brasil, cuja criação é atribuída ao empresário Oded Grajew, no ano de 1998, em São Paulo - SP com a missão de ajudar, sensibilizar e mobilizar as empresas a gerenciarem seus negócios de maneira socialmente responsável, fazendo com que elas se tornem parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

O Instituto Ethos tem como proposição, pois, a disseminação da prática da responsabilidade social empresarial, auxiliando as instituições a:

- compreenderem e incorporarem de maneira progressiva o conceito de comportamento socialmente responsável à realidade organizacional;
- implementarem práticas e políticas capazes de atender a critérios éticos elevados, contribuindo, desse modo, para que se alcance, em longo prazo, o sucesso econômico sustentável;
- assumirem suas responsabilidades junto a todos os que são atingidos, de alguma forma, pelo desempenho de suas atividades;
- apresentarem aos acionistas a relevância de se adotar um comportamento socialmente responsável para que sejam obtidos, em longo prazo, retorno sobre os investimentos;
- identificarem formas eficazes e inovadoras de atuação em regime de parceria com as comunidades, buscando-se, a partir dessa união, construir o bem-estar comum;

- prosperarem, dando a sua contribuição para promover um desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável.

O Instituto de Análises Sociais (Ibase), organizado em 1996 pelo sociólogo Herbert de Souza que criou o “Selo Balanço Social”, esse selo certifica as empresas comprometidas com as áreas de educação, de saúde, de cultura e meio ambiente. Em 1996 cria-se o Gife que é a associação dos investidores sociais do Brasil, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil (Lima, 2009, p.119, 120).

Assim, pode se perceber, conforme Lima (2009) que as empresas têm assumido com seriedade o desenvolvimento sustentável da comunidade em que estão inseridas, comprometidas com o social.

Nada mais justo do que as empresas, que lucram tanto, reverter partes destes lucros para promover ações sociais e sustentabilidade no ambiente a que estão inseridas. E como exemplo prático temos a fundação bradesco, criada pelo segundo maior banco privado do Brasil, que desde de 1956, por iniciativa do Sr. Amador Aguiar, implantou um dos primeiros projetos privados de investimento social no Brasil, onde criou uma fundação para oferecer educação gratuita e de qualidade a crianças, jovens e adultos, principalmente em regiões com vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo educação gratuita e de qualidade a milhares de pessoas em suas 40 escolas distribuídas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, procurando contribuir para a elevação do nível de ensino no país. Nos últimos dez anos foram investidos pela Fundação Bradesco no custeio de suas atividades em torno R\$ 6,913 bilhões, em valores atualizados, beneficiando 94.256 alunos. Porém se compararmos com patrimônio líquido do primeiro trimestre de 2019, isto representa pouco mais de 0,54% de investimento neste fundação no período de 1 ano.

A responsabilidade social vai para além da doação de bens e dinheiro em espécie para organizações não governamentais, isso integra a responsabilidade social, mas hoje as empresas já estão além, porque o conceito de doações já é arcaico, não se adapta mais a essa nova realidade na qual essas empresas estão inseridas. De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia (2001, apud Bezerra, 2016), responsabilidade social é um conceito pelo qual as empresas tomam decisões voluntárias em contribuir para construir uma sociedade mais justa, bem como um ambiente mais limpo.

E é neste cenário que encontra as MPE's, por está mais próxima da comunidade ela pode fazer a diferença, mesmo sem fazer nenhuma doação de bens e valores monetários. Mesmo com recursos humanos e financeiros limitados as PME's podem contribuir e muito, já que estas são milhões de entidades que juntas podem se tornar uma enorme bola de neve em favor da comunidade a que estão inserida.

De acordo com Longenecker et al (2007), as pequenas empresas podem demonstrar senso de responsabilidade social de maneiras especiais. Eles citam como exemplo uma pequena de serviços de encanamento, com uma equipe de 5 profissionais, incluindo o proprietário, fazem reparos nas instalações sanitárias e torneiras, desentopem canos e consertam vazamentos de água para pessoas idosas de baixa renda e incapacitados. Ainda segundo os autores o proprietário desta empresa de encanamento, declarou o seguinte: “Gosto de pensar que devo um pouco para a comunidade que nos tem apoiado há 40 anos, e por isso que podemos contribuir com nossos serviços às pessoas em necessidade”.

Pequenas ações podem trazer grandes benefícios não só para a comunidade, mas também para as empresas que praticam estas ações, também isto é responsabilidade social.

Capítulo III - A importância do controle contábil nas micro, pequenas e médias empresas

3.1. O modelo contábil para micro, pequenas e médias empresas

Nesta seção, é feito um breve resumo de um modelo de controle contábil para micro e pequenas empresas, que torne mais racional, mais econômico e mais seguro este controle. A seção baseia-se em Fedato, Goulart e Oliveira (2011).

Fedato, Goulart e Oliveira (2011), visualizam as demonstrações contábeis como um elemento possuidor de caráter preditivo, pois possibilita ao usuário tomar decisões sobre alocação de recursos, com razoável grau de confiança no momento da decisão. Isto permite que se maximize valores colocados à sua disposição, inclusive aqueles pertencentes a terceiros e os que compõem o patrimônio da empresa.

Nesse contexto, há dois aspectos fundamentais para aquele que se utiliza das informações contábeis. Em primeiro lugar, a informação influencia diretamente nas decisões que serão tomadas após esta informação; em segundo, os dados contribuem para uma análise mais competente.

Atente-se, também, para a continuidade e a uniformidade da apresentação, que devem caracterizar as demonstrações, e que permitem o fácil acesso e a compreensão.

Segundo Gimenez e Oliveira (2011), as demonstrações contábeis são um conjunto completo de demonstrações destinadas à tomada de decisão, compreende-se o conjunto de informações apresentadas pela empresa aos usuários externo da contabilidade, composta pela posição patrimonial.

A contabilidade entende-se como apresentação adequada à representação confiável do efeito das transações, outros eventos e condições de acordo com critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas, com a divulgação adicional, caso seja necessária,

resulte na adequada apresentação da posição financeira, do desempenho e do fluxo de caixa da entidade.

Ainda de acordo com esses autores, o modelo de controle contábil faz parte da norma NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas - PMEs tem como objetivos as demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas e fornece informações sobre a posição financeira (balanço patrimonial), desempenho (receita e receita total) e fluxo de caixa dessas entidades, úteis para a tomada de decisões pela ampla gama de usuários que não conseguem solicitar relatórios elaborados em adequado para atender às suas necessidades de informações específicas.

De acordo com as declarações gerais da NBC T 19.41, as regras, interpretações e declarações técnicas são projetadas para serem aplicadas às demonstrações financeiras de uso geral e a outros relatórios financeiros de todas as empresas com fins lucrativos.

As demonstrações financeiras de propósito geral respondem às necessidades comuns de uma ampla gama de usuários fora da entidade, como parceiros, acionistas, governo, credores, funcionários e público em geral.

O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição financeira (balanço patrimonial) da entidade, sobre o desempenho (demonstração do resultado) e sobre o fluxo de caixa útil para os usuários na tomada de decisões econômicas.

3.2. Fatores que interferem no ambiente interno e externo das micro, pequenas e médias empresas

O atual mercado em que as empresas estão inseridas encontra-se cada vez mais acirrado, e a luta pela sobrevivência e pelo avanço frente aos concorrentes é cada vez mais difícil, sendo de grande importância que considerem os fatores de influências internas e externas, ou seja, os fatores que tanto podem vir a ajudar ou prejudicar a empresa.

Quanto aos fatores que influenciam o ambiente externo, pode-se citar as mudanças políticas, econômicas, legais, tecnológicas, comportamento social, as ameaças, oportunidades e expectativas da sociedade.

Quanto aos fatores internos, cita-se o relacionamento com os fornecedores, clientes, acionistas, concorrentes, e os valores pessoais da administração.

De acordo com Barros (1978) os fatores limitantes do crescimento da microempresa, consistem em: Forças restritivas de natureza intrínseca, aquelas sob o controle da empresa; e forças restritivas de natureza extrínseca, quando fatores inibidores de crescimento são externos e não estão sob seu controle.

Fatores inibidores de natureza intrínseca podem ser resumidos em dois componentes básicos: administrativo-gerencial e tecnológico. Quanto ao problema de gerenciamento administrativo.

No entanto, o crescimento da empresa indica o comportamento corporativo ou a cultura de micro e pequenos empresários.

Na realidade, os obstáculos ou dificuldades encontrados pelas micro e pequenas empresas são função do padrão de comportamento dos empresários em relação à competitividade que, por sua vez, resulta da educação que tiveram e do ambiente em que vivem. (ARRUDA, 2002, p. 69)

Quanto ao comportamento dos empresários de micro e pequeno porte, ressalta-se que existe um distanciamento entre as empresas que dificultam a consolidação de programas de parcerias, existe entre eles uma aversão à cooperação.

Outro grande problema consiste na ausência de uma comercialização capacitada, enfrentam problemas estruturais, como a falta de escala de produção ou de faturamento insuficiente para reduzir os elevados custos de comercialização.

Em geral, as empresas de micro e pequeno porte não possuem um conhecimento sobre seus clientes, bem como a concorrência, e não investem em pesquisa de mercado.

O conhecimento da concorrência é de grande importância para que se possa aprender com as experiências de seus concorrentes, defender seus interesses e ainda possibilitar a escolha da melhor estratégia em função da ação de seus concorrentes.

Outro fator a considerar é que as micro e pequenas empresas não são muito agressivas, por exemplo, no desenvolvimento de tecnologias de produtos e processos, o que torna o desenvolvimento tecnológico uma das suas vantagens competitivas.

E você não entende a relevância dos intangíveis nos negócios, os proprietários de micro e pequenas empresas não dão a devida importância à utilidade de uma boa marca para seu produto ou serviço na conquista de participação de mercado.

Kassai (2001) afirma que as dificuldades que as micro e pequenas empresas encontram na obtenção de crédito com instituições financeiras giram em torno das altas taxas de juros cobradas na economia brasileira e da falta de contabilidade adequadamente estruturada para gerar as informações necessárias para facilitar o processo de captação de recursos.

Desta forma, pode-se dizer que as instituições financeiras tratam-se apenas de repassadoras de capital para as empresas que possuem um nível mais alto, e podem oferecer maiores garantias sobre o dinheiro emprestado.

De acordo com o Arruda (2002), ela limita os empréstimos as micro e pequenas empresa não administram empréstimos às micros e pequenas, pois alegam alto custo administrativo.

Os fatores de influência interna são expressos como um conjunto de práticas e costumes que muitas vezes são transmitidos de pais para filhos e influenciam o crescimento da empresa.

Algumas dessas práticas, comuns às pequenas empresas e que afetam negativamente, são destacadas por Barros (1978, p. 185-186):

- uso da contabilidade com o objetivo principal de satisfazer apenas um requisito tributário;
- O objetivo básico da contabilidade é pouco aplicável, que é orientar o gerente em suas decisões;
- Geralmente, as decisões de importância capital para a empresa são tomadas com base na intuição do empreendedor;

- Decisões inseguras de estudos técnico-administrativos baseados em informações ou dados estatísticos relacionados à coleta de experiências da empresa;
- No caso de pequenas indústrias, não há controle de matérias-primas, trabalhos em andamento, produtos acabados, resíduos etc.

Raramente o controle das horas trabalhadas pelos trabalhadores é realizada, o mesmo se repete no que diz respeito ao desempenho das máquinas e dos equipamentos e das matérias-primas utilizadas.

Nesse contexto, os micros e pequenos empresários devem ficar atentos aos fatores que interferem no ambiente interno e externo da empresa, pois são determinantes para a sobrevivência e sucesso da mesma.

3.3. Particularidades das micro e pequenas empresas

As pequenas empresas são tidas como impulsionadoras do crescimento econômico proporcionando emprego e renda. Assim, tem crescido o número de instituições fomentadoras de seu desenvolvimento auxiliando-as mediante questões como: dificuldade de investimentos, estrutura e aprimoramento de suas capacidades. (BASTOS JUNIOR, 2005).

Os novos pequenos empreendimentos têm papel crucial na geração de renda e de emprego o que proporciona uma maior efetividade nos resultados.

Tachizawa e Faria (2004) afirmam que a sobrevivência das micros e pequenas empresas consiste em um grande desafio, sendo que sua fonte está no seu diferencial, na qualidade oferecida e no preço compatível com o mercado. Todavia, acrescentam que o principal item é o conhecimento, pois a mudança é uma realidade essencial que exige constante atenção.

Assim como no Brasil, de acordo com Bhattacharya (2015), as pequenas empresas australianas também são importantes para economia local, todavia, também enfrentam o problema da mortalidade dos negócios nos primeiros anos, para modificar essa realidade é

fundamental entender a dinâmica de comportamento dos negócios, havendo relação entre a maturidade e o tamanho das firmas e o sucesso do negócio, quanto mais tempo e mais maturidade, maiores as chances de sobrevivência.

Acredita-se que esse fator esteja relacionado ao conhecimento do negócio por parte do gestor, entendendo a melhor forma de gerenciá-lo.

Chan, Bhargava e Street (2006) destacam a importância do estudo sobre o crescimento dos negócios na área de gestão, destacando ser de interesse de pequenos e médios empresários, investigadores de gestão, consultores de negócios e agências de desenvolvimento econômico em conhecer os fatores organizacionais e estratégicos que influenciam a capacidade de uma firma para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável.

Pasanen (2007) complementa afirmando que apesar dos inúmeros estudos realizados sobre o crescimento das empresas, os pesquisadores não conseguiram chegar a um consenso sobre tais motivações.

Por sua vez, Delmar e Wiklund (2008) afirmam que o crescimento de uma empresa é resultado dos esforços de seus gestores, por isso está diretamente relacionado à motivação destes.

3.4. Tributação nas micro e pequenas empresas e o uso de demonstrações contábeis na gestão financeira

O Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, prevê um tratamento tributário diferenciado às micro e pequenas empresas, se configurando como uma forma de pagamento mensal unificado, incluindo impostos como: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e das Contribuições para a Seguridade Social a

cargo da pessoa jurídica, além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS e do Imposto sobre Serviços – ISS.

Esse sistema aqui detalhado revogou o sistema anterior, denominado SIMPLES Federal e vinculou Estados-membros, Distrito Federal e Municípios. (SEBRAE, 2009).

Ressalta-se que o contribuinte não é obrigado a aderir ao Simples Nacional, ele poderá optar em aderir ou não ao sistema, sendo assegurado esse direito no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Apesar de garantir a opção de manifestar-se ou não pelo Simples Nacional, não deixou claro quais contribuintes poderiam manifestar-se, fazendo-se necessárias algumas modificações realizadas por meio de Lei Complementar, como a nº 127/2007 que trouxe pequenos ajustes e a nº 128/2008 que unificou o tratamento favorecido na área tributária, estendendo-o também ao empresário individual com a criação do Microempreendedor Individual – MEI. Ressalta-se que a alta carga tributária e a escolha do regime de tributação traz reflexos no montante de impostos a ser pago.

De acordo com Hronec (2001) os indicadores de desempenho tratam-se de sinais vitais para que uma Organização qualifique e quantifique o modo com as atividades da empresa atinja as metas traçadas.

Por meio dos indicadores de desempenho financeiro é possível se ter uma previsão para todas as áreas de uma empresa, haja vista que pode-se basear os acontecimentos dos meses anteriores, traçar panoramas futuros, as tendências de mercado, a capacidade de produção, de venda e financeira.

Desta forma, através dos indicadores financeiros é possível visualizar o desempenho de todas as áreas da empresa, contudo, é essencial que se observe não só os indicadores internos, devendo-se analisar o desempenho dos concorrentes, bem como a situação de mercado, no caso de não considerar esses dois últimos indicadores a empresa não terá a previsão correta.

3.5. Pequenas e médias empresas brasileiras

As empresas de médio porte costumam focar sua atenção na eficácia operacional por meio de programas voltados para a qualidade total e de benchmarking, o que contribui para a melhoria de desempenho de suas atividades e otimização da administração.

No entanto, essas empresas estão sempre em busca de eficiência de processos focando na redução de custos, automatizando e racionalizando a organização, sem que ocorra uma formulação estratégica e elaboração de um planejamento para a eficiência operacional (RODRIGUES, et. al, 2004).

Em relação aos critérios de classificação das empresas por porte, há vários utilizados por diversos órgãos, no entanto vamos nos ater aos critérios utilizados pelo SEBRAE e o BNDES, onde o SEBRAE utiliza o critério do IBGE (por número de empregados) para classificar as empresas por porte, para fins diversos (exportação, ações de tecnologia, bancários, e outros), subdividindo em duas categorias, indústria e comércio e serviços.

Tabela 6 - Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados de acordo com o Sebrae.

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Adaptado do site do Sebrae

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES classifica seus clientes com base no tamanho, na receita ou na receita operacional bruta (ROB), o que lhes permite operar de acordo com as características de cada segmento, oferecendo linhas de crédito, programas e condições específicos. O apoio a micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o objetivo principal de facilitar o acesso ao crédito.

Tabela 7 - Porte das empresas de acordo com o ROB

Classificação	Receita operacional bruta anual ou renda anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: Adaptado do site do BNDES.

É salutar o conhecimento que no Brasil atual, as PME (Pequenas e Médias Empresas) possuem uma performance de gestão em evidência onde convergem todos os seus ativos em ações estratégicas para sua movimentação.

Num mercado em franca expansão para as PME ainda mais quando há situação de crise no país como agora, o desenvolvimento de novos produtos e serviços são demandados pela procura interna e principalmente externa que vê no Brasil, oportunidades de negócios nesse tempo.

Assim, a contabilidade dessas PME deve caminhar no mesmo nível do padrão internacional contábil, haja vista o volume de importações de matérias-primas como também exportações dos bens de consumo.

Nessa linha, as pesquisas de Riva e Salotti (2015) relatam que, após vários anos de discussões, em 2009 o IASB desenvolveu um conjunto independente de princípios contábeis baseado na versão completa do IFRS, mas simplificado para pequenas e médias empresas.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2010) o Brasil antecipou-se a diversos outros países de economia avançada na adoção das IFRS para PME, com a aprovação do CPC para PME, transformando-a em norma e, ao final de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, pela Resolução CFC n. 1.255/2009, a norma “Contabilidade para PME”, derivada do Pronunciamento Técnico CPC-PME, elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base nas IFRS for SME do IASB, tendo sua vigência iniciada a partir dos exercícios começados em 1º. de janeiro de 2010. (CFC, 2010 apud RIVA E SALOTTI, 2015 p. 307)

As pequenas e médias empresas são tidas como impulsionadoras do crescimento econômico proporcionando emprego e renda.

Assim, tem crescido o número de instituições fomentadoras de seu desenvolvimento auxiliando-as mediante questões como: dificuldade de investimentos, estrutura e aprimoramento de suas capacidades. (BASTOS JUNIOR, 2005).

No Brasil, a maioria das empresas de pequeno porte encerram suas atividades por volta dos 12 meses de existência, tendo como um dos principais motivos a falta de tecnologia.

Santos e Pereira (1995, p. 13) informam alguns motivos que podem acarretar na mortalidade desses micros ou pequenos empreendimentos: “os aspectos técnicos do empreendedor, a área mercadológica, à área técnico-operacional, à financeira ou à jurídica, e ainda o pagamento de tributos.”

Pesquisas do SEBRAE (2007) apontam como principal razão para a mortalidade das empresas de micro e pequeno porte as falhas gerenciais, dando destaque à localização inadequada, ausência de conhecimentos gerenciais e o desconhecimento de mercado.

Vale ressaltar ainda que outro motivo principal para o fechamento dessas empresas está na dificuldade de acesso ao mercado, destacando as propagandas inadequadas.

Tachizawa e Faria (2004, p. 47) afirmam que a sobrevivência das micros e pequenas empresas consistem em um grande desafio, sendo que sua fonte está no seu diferencial, na qualidade oferecida e no preço compatível com o mercado. Todavia, acrescentam que o principal item é o conhecimento, pois a mudança é uma realidade essencial que exige constante atenção.

Assim como no Brasil, de acordo com Bhattacharya (2015, p. 121), as pequenas e médias empresas Australianas também são importantes para economia local, todavia, também enfrentam o problema da mortalidade dos negócios nos primeiros anos, para modificar essa realidade é fundamental entender a dinâmica de comportamento dos negócios, havendo relação entre a maturidade e o tamanho das firmas e o sucesso do negócio, quanto mais tempo e mais maturidade, maiores as chances de sobrevivência.

Acredita-se que esse fator esteja relacionado ao conhecimento do negócio por parte do gestor, entendendo a melhor forma de gerenciá-lo.

O crescimento das empresas tem sido alvo de muitos estudos nos últimos tempos, como é o caso das pesquisas de Chan, Bhargava e Street (2006), Pasanen (2007), Delmar e Wiklund (2008), Cardoso, Bomtempo e Pinto Júnior (2006) e Bhattacharya (2015), tendo basicamente o propósito de conhecer a dinâmica de crescimento de pequenas e médias empresas, os fatores que as impulsionam.

Na pesquisa realizada por Bhattacharya (2015) foi verificado uma relação entre o tempo de empresa e o alcance de resultados positivos, sendo fundamental o papel dos gestores nesse contexto, quanto maior a experiência do gestor na empresa, mais positiva será sua tomada de decisão.

Cardoso, Bomtempo e Pinto Júnior (2006, p.72) destacam a existência de indutores internos e externos que influenciam no crescimento das empresas, sendo os internos aqueles que surgem a partir de um *pool* de serviços produtivos, recursos e conhecimentos não utilizados totalmente.

No caso, cada vez que se tem um recurso novo ou a tentativa de uso mais eficiente de um mesmo recurso se tem o início de novos ciclos de crescimento. Já os indutores externos estão relacionados à estrutura competitiva do ambiente de negócio.

Os autores destacam que quando se for analisar os fatores que influenciam o crescimento de uma empresa se faz necessário que se considere um caráter longitudinal, visto que é preciso verificar as mudanças nos seus indutores no decorrer de sua história.

Chan, Bhargava e Street (2006, p. 52) citam as políticas públicas de investimentos de pequenos e médios empreendimentos como grandes impulsionadores do seu crescimento, todavia, os autores destacam existir uma heterogeneidade nos fatores que influenciam o crescimento, não havendo um padrão único, com a maior parte dos modelos de crescimento compartilhando três pressupostos gerais: as fases são sequenciais; eles ocorrem em uma progressão hierárquica que não é normalmente invertida; e envolvem alterações a uma ampla gama de atividades e estruturas.

Na pesquisa realizada por Pasanen (2007, p.28) foi encontrado como motivação para crescimento das pequenas e médias empresas têm implicações gerenciais, estando associado a características próprias do negócio.

Assim, pode-se dizer que a adoção de normas contábeis internacionais por pequenas e médias empresa foi uma consequência natural de sua expansão, com suas atividades alcançando diferentes países do mundo, sendo necessária a adoção de um padrão internacional para que suas demonstrações contábeis pudessem ser avaliadas por investidores externos.

3.6. A contabilidade como um sistema de informações

Com a finalidade de informar acerca da economia e das finanças de um patrimônio, surge a contabilidade. Através da mesma toda a situação da empresa é analisada de modo sistemático com base nos dados monetários, daí tem-se todo o esqueleto da situação da empresa.

Marion (2009, p. 30) quando trata da questão da utilização das informações contábeis para gestão, afirma que “a função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões”. Todas as operações necessárias ao bom andamento da empresa são atreladas a informações contábeis que orientam o poder de decisão dos empresários.

A gestão da empresa pode inclusive alterar o organograma funcional de acordo com os resultados apresentados pelo contador.

É a contabilidade que guia o rumo das empresa, é ela que determina e aglutina todos os setores da organização.

Segundo Beuren (2009, p. 43), “o desafio maior da informação é o de habilitar os gestores a alcançar os objetivos propostos para a organização, por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis”.

A contabilidade levanta todos os dados de relevância para a empresa, sobretudo quanto a questão monetária e daí os gestores de posse destas informações podem tomar decisões acerca do andamento e dos avanços da organização, haja vista a elaboração de estratégias baseadas no informações passadas pelo setor contábil.

É necessário para tanto, a boa administração das informações contábeis que serão repassadas aos gestores da organização. É com esta informação que difere dos ativos da empresa, pois estas podem ser utilizadas inúmeras vezes sem causar prejuízos de desgaste, desta forma, os empresários tomarão medidas para crescimento da empresa, e para isto, se faz necessário a boa conduta do setor de contabilidade.

Quando o objetivo da informação é orientar os empresários visando melhorias na empresa para boa administração de recursos, desta forma, é preciso decidir a análise realizada pela contabilidade.

O alicerce para tomada de decisões pelos gestores é fundamentado a partir da mensuração dos dados coletados pelo contador. Contudo, ao adaptar o estilo de mensuração a ser implantado para realização de atividades que estão por vir, pode não ser tarefa tão simples, haja vista a peculiaridade da situação.

As decisões deverão ser tomadas com base em dados confiáveis e em informações relevantes para que as comparações e mensurações sejam precisas (BEUREN, 2009).

Todos os processos das empresas são alicerçados com as análises contábeis, é através do estudo dos dados que se chega ao problema, bem como as possíveis soluções e metas a ser seguidas.

Quando se está no processo de averiguação da problemática, a contabilidade faz o papel fundamental para o reconhecimento do problema e principalmente nas etapas de sugestões de alternativas de melhoria e avanços na organização. (BEUREN, 2009)

Marion (2009, p. 30) quando trata da questão da utilização das informações contábeis para gestão, afirma: “A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões”.

Com isso, é necessário que a informação em si, seja precisa, pois pressupõe-se que a mesma é recurso primordial para a gerência da organização como um todo. É a informação adequada que dá a segurança ao empresário quanto à tomada de decisões.

Através delas é que o gestor tem ciência dos riscos que corre ao tomar uma decisão. Respalda o empresário para administrar o seu negócio, colocando-o no mercado com noção clara da sua real situação.

Desta forma, pode-se dizer que o empresário toma suas decisões baseado nas informações transmitidas ao mesmo pela contabilidade.

É imprescindível que o empresário situe sua empresa no mercado como um todo, sempre de olho nos dados mensurados e guiando a organização para o bem dela.

3.7. Escrituração contábil e a evolução do registro

A contabilidade é uma ciência que existe desde os primórdios da existência do homem racional, sendo que a cada dia ajustada de forma melhorada, e para que se possa entendê-la melhor, faz necessário um estudo desde as suas origens até os dias de hoje e suas expectativas para o futuro.

Na concepção de Sá (1997), a contabilidade, a escrita e a matemática são ciências que surgiram na dependência de uma da outra e são usadas como base para os registros dos fatos ocorridos.

A contabilidade mesmo de forma despercebida já era evidenciada e com a evolução dos tempos, o homem de maneira involuntária, porém racional, passou a fazer sozinho os registros de seus bens. Eram indícios de uma necessidade de controle.

Na época eram usadas peças de argila para que fossem feitos os registros de cada fato. Daí foi quando surgiu a expressão “meu” e “seu”, de Débito e Crédito, sendo “Débito” (o que alguém tem que me pagar) e “Crédito” (o que eu devo pagar a alguém).

Os estudiosos Silva e Martins (2009) afirmam que só o método das partidas dobradas não era o suficiente para acompanhar a evolução da contabilidade, sendo necessário assim, com objetivo de definir melhor o que é essa ciência e suas necessidades, surgiram as escolas da teoria contábil, que se constituíram em Contista/Contismo, Personalística ou Cerboniana, Controlistas ou de Veneza, Escola Nova ou Reditualistas, Patrimonialista e Norte Americana ou Neopatrimonialista

Percebe-se assim a evolução da contabilidade sendo motivada pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que afetam a sociedade e modificam suas necessidades de informações e controles. McFarland (1957, p.1, apud OTT; PIRES, 2009, p. 58) define a contabilidade com sendo a “arte de sistematicamente registrar, apresentar e interpretar as transações financeiras de uma empresa”.

No dia 07 de outubro de 2005, através da Resolução nº 1055/05 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o objetivo de buscar a convergência da contabilidade brasileira nos padrões internacionais.

O mercado exige agilidade nas informações e em meio ao desenvolvimento tecnológico, o governo brasileiro ao mesmo passo, vem buscando o aperfeiçoamento de seus métodos, com objetivo de reduzir as fraudes e minimizar a sonegação de impostos.

Conclui-se que o que hoje é que o temos de mais moderno no sentido tecnológico de informações, amanhã será obsoleto. Nesse mundo tecnológico e mentes privilegiadas, tudo se cria e se transforma, numa velocidade igual às necessidades.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a escrituração contábil somente poderá ser executada exclusivamente por contadores ou técnicos em contabilidade, que estejam inscritos regularmente no Conselho Regional de Contabilidade.

Moura (2002, p. 76), define escrituração contábil da seguinte forma: “[...] é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, de todos os fatos administrativos resultantes da gestão do patrimônio da entidade”. Vale ressaltar que no Brasil, os livros da escrituração comercial (Diário e Razão) passaram a ser escriturados digitalmente a partir de 2008 e 2009, conforme obrigatoriedade do SPED -. Sistema Público de Escrituração Digital.

De acordo com o IOB (2003, p. 44), toda organização empresarial precisa possuir de um sistema de escrituração contábil, sendo que “esse sistema deve ser uniforme para todos seus atos e fatos administrativos, utilizando um processo manual, mecanizado ou eletrônico”.

Importante frisar que a organização pode e deve fazer uso do processo de escrituração contábil que melhor atender suas necessidades e expectativas, porém, não pode deixar de fazer ou atrasar a escrituração, sendo passiva de penalidades.

Para Rezende e Abreu (2003, p. 260) existem muitos benefícios no uso de um sistema de informação com impacto direto no sucesso da empresa.

A informação tem seus efeitos avaliados em relação ao seu produto, ao seu uso relacionado aos processos organizacionais, da utilização dos SI's pelos usuários e pelo impacto causado na empresa, principalmente no tocante ao desempenho organizacional.

O uso de vários SI sem integração pode atrapalhar a visualização e entendimento das informações pela gerência como também por outros níveis organizacionais ou inclusive apresentar a informação de forma errônea e incoerente causando possivelmente grandes problemas.

Hoje existe a possibilidade de sistemas únicos integrarem vários módulos em apenas um software. São os Sistemas Integrados de Gestão, cujos principais atores são os (ERPs) Enterprise Resource Planning, Sistemas de Informação de planejamento empresarial que modelam e automatizam os processos de negócio atendendo todos os níveis da empresa, coletando e armazenando em um único arquivo os principais dados dos processos de negócio podendo ser acessadas por todos os setores da empresa, proporcionando aos gerentes informações precisas para coordenar com ampla visão os processos de negócio e fluxo das informações.

Kalota e Robinson (2001) Afirma que, o ERP é um sistema operacional de uma empresa, semelhante ao que é o sistema operacional Windows para as operações internas de um escritório. O'Brien (2004) completa dizendo que o ERP, é um sistema interfuncional que atua como uma estrutura para integrar e automatizar muitos dos processos de negócios.

A maioria dos sistemas integrados são chamados de ERP, ou ainda Planejamento de Recursos da Empresa, sendo que na realidade o planejamento dos recursos é feito pelas

peças e não automaticamente pelos softwares ou computadores, as peças são na realidade os responsáveis por extrair as informações, pois elas que alimentam o sistema com dados reais.

Os sistemas ERPs podem integrar todos os setores de uma empresa, desde a área operacional, como também financeiro, comercial, setor de pessoal, inclusive a alta gerência.

Como aponta Cassarro (1999), tomar decisões implica correr riscos. É importante observar o ciclo de negócios: decisão, execução e controle.

Essas funções podem ser desempenhadas adequadamente se houver o que chamamos de coordenação.

Podemos observar que um fator muito relevante para o processo de tomada de decisão é a qualidade das informações, que devem ser comparativas, confiáveis, geradas em tempo hábil e no nível adequado de detalhes.

Seguindo essa linha, Figueiredo e Caggiano (2008) acreditam que uma empresa é um investimento de recursos escassos e que todo investimento visa agregar valor aos recursos inicialmente consumidos.

Os autores concluem que um processo de gestão é excelente, pois as decisões tomadas levam à minimização de custos e à maximização de receitas, visando aumentar o valor.

Logo é acrescentada por Rezende e Abreu (2003) que a decisão é uma escolha entre diversas proposições, seguindo critérios pré-estabelecidos onde é inquestionável o grau de importância das informações, sejam elas adequadas e oportunas ou ainda de total relevância para a tomada de uma decisão eficaz.

Esse tipo de informação pode ser disponibilizada de várias maneiras. Um formulário muito comum usado em empresas com relatórios gerenciais, que podem ser resumidos ou mesmo detalhados e são ferramentas muito úteis no processo de tomada de decisão. Pode-se observar que este conceito envolve os elementos e os componentes das organizações como

também um fim que é o alcance de metas. Estes autores ainda citam que, o sistema é composto por entradas, mecanismos de processamento, saída e *feedback*³.

De maneira geral, verifica-se que o conceito de sistema pode ser aplicado em várias abordagens que envolvem um conjunto maior com a soma de todas as partes. De acordo com Cruz (1997), ao contrário das tecnologias de antes, hoje elas são integradas e passou a compor um banco de dados ficando disponíveis para as aplicações comerciais.

Com isso, os arquivos foram sendo reduzidas quantidades e sistemas começaram a processar dados comuns a várias atividades no início da mesma função dentro da empresa.

A contabilidade juntamente com a Tecnologia da Informação, juntamente, possibilitou melhores análises econômicas e financeiras, introduzindo novos modelos gerenciais, uma vez que atualmente, a Contabilidade utilizar-se de documento eletrônico que oferece mais rapidez e agilidade no trânsito das informações.

A implantação da nota fiscal eletrônica é um exemplo que interfere diretamente na Contabilidade através do uso da Tecnologia da Informação, que substitui a sistemática de emissão do referido documento em papel.

Uma das vantagens que a nota fiscal eletrônica trouxe foi a redução dos custos das empresas com papéis, no caso, formulários contínuos e ainda os custos com obrigações acessórias.

A implantação do *SPED*⁴ - Sistema Público de Escrituração Digital passou a unificar informações fiscais dos contribuintes obrigados, substituindo a escrituração de livros fiscais no formato físico.

³ Nome dado ao procedimento através do qual parte do sinal de saída de um sistema (ou circuito) é transferida para a entrada deste mesmo sistema, com o objetivo de diminuir, amplificar ou controlar a saída do sistema.

⁴ Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Este sistema consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

A tecnologia da informação permitiu a implantação do SPED, o que, conseqüentemente, trouxe inúmeras vantagens para as empresas a partir da emissão da nota fiscal eletrônica, que são: redução de custos de impressão, aquisição de papel, envio de documento fiscal, armazenagem de documentos fiscais; eliminação de digitação de notas fiscais; redução de erros de escrituração e simplificação de obrigações acessórias, e dispensa de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - *AIDF*⁵.

Além da nota fiscal, todas as transações financeiras, desde 2008, passaram a ser feitas diretamente no novo sistema do Governo Federal, as quais são feitas com agilidade e em tempo hábil, permitindo que o fisco em obter as informações contábeis, de forma mais centralizada e ágil, minimizando as fraudes e a sonegação de impostos.

Para os contadores, todo o trabalho foi facilitado, pois requer menos tempo para execução dos serviços e ainda tornou-se possível a correção de erros de lançamentos, a qualquer momento.

Para as empresas, assim como em qualquer outro seguimento, existem as vantagens e as desvantagens. Com a tecnologia da informação, no ponto de vista das informações contábeis, também gera custos como os gastos com impressão do *DANFE*⁶ e investimentos com equipamentos de informática para adaptação do sistema.

Conclui-se, portanto, que a tecnologia da informação é de fundamental importância para a contabilidade, quando é exigido melhor qualidade nas informações contábeis, com a interdependência dos progressos tecnológicos da informática.

3.8. A teoria da divulgação das informações contábeis

⁵ Autorização para Impressão de Documentos Fiscais”, fornecida pelo fisco estadual ao estabelecimento gráfico requerente, autorizando-o a confeccionar os documentos fiscais nela relacionados, a estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

⁶ É o acrônimo para Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, que é uma representação gráfica da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica). ... O **DANFE** deve ser impresso antes da circulação de uma mercadoria, acompanhando o seu trânsito e providenciando informações sobre o emitente, destinatário, valores, etc

Divulgação financeira por meio de publicações de relatórios anuais desempenha um papel importante na eficiência alocação de recursos limitados de um país. Além disso, relatórios financeiros conotam a comunicação de demonstrações financeiras e informações relacionadas de empresa a terceiros, incluindo acionistas, credores, agências governamentais e o público. (BILLINGS; MORTON, 2002).

Assim, comunicação financeira é, de fato, um assunto da comunicação componente da contabilidade. É um processo de fornecer a uma ampla variedade de usuários certas informações financeiras relevantes para as suas necessidades de dados relativas ao desempenho de entidades específicas. Pode-se, contudo, enfatizar que o relato financeiro não implica unidirecional e fluxo ilimitado de todos os tipos de informação. Na verdade, é uma comunicação eficaz da informação contábil. (SILVA, 2000).

Divulgação pode ser definida como um processo que uma empresa de negócios comunica com a empresa externa. Existem três conceitos de divulgação geralmente propostos: divulgação adequada, justa e completa. Destes três, o mais comumente usado é a Divulgação Adequada, por ser justa e completa e apresentar conceitos mais positivos. Divulgação justa implica num objetivo ético de proporcionar igualdade de tratamento para todos os potenciais leitores de demonstrações financeiras.

No entanto, afirma-se que não existe diferença entre esses conceitos. Divulgação de informações significativas para investidores e outros usuários devem ser adequados, justos e completos para que possa ajudá-los a tomar decisões econômicas nos melhores caminho possível. (BRAGA, 2001)

A adequação da divulgação não pode ser testada com precisão e precisamente porque não existe nenhum teste definitivo para medir em relatórios financeiros, mas quando a informação é relatada fora da empresa, a adequação da divulgação pode ser testado. A base do teste é a extensão de quais os itens de informação são úteis para os usuários na tomada de decisão econômica.

A informação contábil financeira é usada por uma variedade de grupos e para diversos fins. Alguns usuários têm interesse direto em informações relatadas. Tais usuários são proprietários, credores, fornecedores, administradores, autoridades, funcionários e clientes.

Proprietários querem podem reter ou adquirir ações nessa companhia; funcionários e trabalhadores sobre a continuidade emprego e perspectivas futuras; gestão para julgar a eficiência e desempenho; credores para julgar seu crédito status; clientes sobre suprimentos regulares a preços razoáveis incluindo boa qualidade de produtos. (BRASIL, 2005).

Além destes, existem outros grupos de usuários que tem interesse indireto nos assuntos financeiros de corporações de capital aberto como analistas financeiros e consultores, corretores da bolsa de valores, imprensa financeira e agências relatadas, associações comerciais, sindicatos trabalhistas.

Esses grupos de usuários com interesse direto / indireto, objetivos diferentes e necessidades informacionais diversificadas. O enfatizar na contabilidade financeira tem sido um propósito para todos os relatórios, atendendo às necessidades de todos e não satisfazendo quaisquer necessidades especializadas.

3.9. A Importância da Divulgação dos Relatórios por Parte das PMEs

A contabilidade financeira apresenta todos os propósitos e informações financeiras projetadas para servir as necessidades comuns dos proprietários, credores gerentes e outros usuários, com ênfase principal sobre as necessidades dos proprietários presentes e potenciais dos credores. (BROWN, 2005).

Essa dependência de informações de uso geral é baseada a suposição lógica de que um número significativo de usuários precisa de informações semelhantes. Relatórios para fins especiais satisfazem necessidades particulares dos usuários individuais.

A emissão de relatórios separados para diferentes usuários não é viável. O custo do desenvolvimento de relatórios especializados satisfazer os requisitos especiais dos utilizadores pode exceder o benefício quando a política de divulgação corporativa é examinada sua totalidade.

Sendo necessário para servir os vários grupos diferentes de interesses, eles compreenderão diferentes materiais e figuras diferentes. Necessidades especializadas de

grande número de os usuários não podem ser determinados com qualquer grau de certeza. (DANTAS, 2004).

Por conseguinte, sugere-se que os relatórios financeiros devem ser relatórios para todos os fins com ênfase especial em acionistas. Para atender a esse objetivo, as declarações existentes (nos termos da lei existente) destinada principalmente aos acionistas deve ser adequadamente expandida e deve incluir detalhes para atender às necessidades dos outros também - debenturistas, credores, empregados, clientes, fornecedores, analistas etc.

A maioria das empresas está confinando eles próprios para os requisitos mínimos legais e são apresentando uma imagem que atende às necessidades dos leitores imediatos - os acionistas. Apenas algumas empresas, como Dunlop, Associated Cement, Hindustan Lever, Phillips, Tata Iron and Steel, Tata Chemicals, etc. fornecem uma massa de dados para todos - dos acionistas aos compradores dos produtos da empresa e além; e incluir um número de parágrafos que revelam outros assuntos, por exemplo, relações empregador-empregado, efeito da tributação sobre os lucros, descentralização de participações, domínio de operações, fotos dos produtos, planos futuros, contribuição para economia da nação, e assim por diante. (DECHOW, 1994).

O conceito de divulgação dos relatórios para as médias empresas envolve identificação do propósito para o qual a informação deve ser divulgada, onde os usuários não conhecem os objetivos ou metas, os contadores não podem decidir quais informações devem ser comunicadas a eles. Identificação do alvo pelo grupo de usuários leva ao propósito do usuário em formação.

Existem muitas visões disponíveis na literatura sobre o propósito da informação a ser divulgada nos relatórios anuais. Tradicionalmente, a informação tem sido usada em (i) decisões de investimento e (ii) ao fazer exercício de investidores, e controle sobre a administração. Do gerenciamento do ponto de vista, a medição do desempenho passado é a principal finalidade do relatório financeiro. (DYE, 2015).

No mercado de investimento de hoje, os principais objetivos para o qual as informações são direcionadas são, para ajudar na avaliação para a extensão do crédito, para ajudar no investimento, na tomada de decisão e julgar a qualidade da administração e desempenho no passado.

O propósito do conceito de divulgação em finanças baseia-se em informações econômicas relevantes. Desses propósitos, os seguintes são bastante significativos:

i) Fornecer informações úteis para investidores e credores para prever, comparar e avaliar potenciais fluxos de caixa em termos de quantia, e incerteza relacionada;

ii) fornecer informações aos usuários para prever, comparar e avaliar o poder aquisitivo de uma empresa;

iii) fornecer informações úteis para julgar a capacidade de utilizar os recursos de forma eficaz alcançando os objetivos principais da empresa;

iv) informar sobre as atividades da empresa que são importantes em seu ambiente social. (GOMBOLA, 2009).

Embora a informação em relatório anual sirva principalmente ao investidor, tanto existente e potencial, mas deve atender às informações e necessidades dos outros também.

A quantidade e a qualidade da informação dependem das necessidades e expectativas dos usuários e o grau de incerteza que prevalece no mercado de investimento são determinantes da quantidade de informação a serem reportadas e dependem principalmente de uma avaliação crítica das necessidades de informações relevantes para um conjunto específico de usuários. (GREEN, 1999).

O tipo e quantidade de divulgação contábil necessária no mercado de investimento dependem do grau de incerteza sob o qual os marcadores de decisão estão operando, ou seja, quanto maior a incerteza do decisor econômico, maior é a quantidade de informações necessárias por ele. Quando ele está quase certo ou chegou a decidir o que fazer, pouca informação precisa ser fornecida. Um grande número de sugestões e recomendações foram dados por vários escritores, comprometidos e órgãos contábeis para melhorar a quantidade e a qualidade de divulgação em relatórios anuais corporativos.

O conselho sugere várias divulgações além de balanço e demonstração de resultados, divulgação separada dos componentes importantes das demonstrações financeiras, divulgação de componentes de capital de giro, divulgação de notas necessárias para divulgação adequada, contingente passivos, importantes compromissos de longo prazo, mudanças de princípios e

práticas contábeis, informações sobre os termos do capital próprio e da dívida de longo prazo, lucro por ação, divulgação de eventos subsequentes e demonstrações financeiras das declarações subsidiárias.

É indicado que os relatórios contábeis não sejam enganadores, pois demonstrações financeiras preparadas com base em princípios contábeis geralmente aceitos seriam considerados não enganosos e mostrariam apresentações da posição financeira e resultados das operações da empresa. Além disso, recomendou a divulgação dos seguintes itens de informação para cumprir os objetivos, o que teria um efeito inevitável nas práticas de divulgação no futuro:

- i) Pressupostos subjacentes básicos em relação a matérias sujeitas a interpretação, avaliação e predição;
- ii) transações e outros eventos que fazem parte de ciclo incompleto de ganho;
- iii) mudanças no valor refletidas em sucessivas afirmações; e
- iv) previsões financeiras, quando aumentam a confiabilidade das previsões dos usuários. (HAIR, 2005).

No entanto, é importante mencionar que detalhes excessivos podem causar confusão na mente dos usuários. Assim, o relatório anual conterá apenas os itens de informações úteis em decisões econômicas e necessárias pelos usuários para seus propósitos.

A questão da adequação da divulgação não é apenas identificar os usuários e determinar as informações e seu propósito, mas também significa o método de divulgação em formação. A adequação de qualquer método de divulgação financeira em qualquer circunstância deve ser julgado pelo seu sucesso em prosseguimento dos objetivos desse relatório financeiro.

A apresentação deve ser concebida de modo a melhorar a compreensão dos dados e minimizar a possibilidade de deturpação. Todas as informações divulgadas nas demonstrações financeiras devem ser organizadas e agrupadas de alguma maneira lógica. Assim, as empresas PMEs, devem apresentar a classificação, disposição e resumo de informação com a finalidade de indicar semelhança, dissimilaridade, importância relativa e inter-relação entre os dados.

A divulgação deve ser feita no corpo das demonstrações financeiras na medida em que seja prático. Para promover a compreensão total dos usuários, a divulgação pode ser feita através de cronogramas e notas de apoio anexadas a demonstrações financeiras. (STEVENSON, 1981).

Existe uma relação entre a divulgação e informação nas demonstrações financeiras e as notas. Se mais divulgação for feita nas demonstrações financeiras, menos séria na forma de notas e vice-versa.

Assim, as divulgações dos Relatórios Contábeis por parte das PMEs devem dispor de informação significativa que deve ser apresentada a um lugar no relatório anual que não pode ser facilmente ignorado. Deve-se ter o devido cuidado ao colocar os itens que são relevantes e materiais e, portanto, útil para tomar decisão, já as notas e às demonstrações financeiras e correspondentes cronogramas representam um grande potencial para ajudar na divulgação justa de informações financeiras.

Nenhuma forma particular de apresentar a informação presume-se melhor do que outras para todos os fins, e assim, várias formas são usadas. A comunicação realizada dentro do prazo é um elemento essencial de divulgação. O valor dos dados financeiros reportados para as decisões dos investidores depende de sua utilidade e pontualidade. (MORAIS, 2017).

Morais (2017, p. 12) argumenta que "a divulgação oportuna é fundamental para boas relações com investidores" considerando a divulgação oportuna é a responsabilidade para relatar prontamente e com precisão qualquer notícia corporativa que pode afetar materialmente o valor da segurança ou influência decisões dos investidores. Assim, fica amplamente claro acima discussão que o relatório anual corporativo é vital fonte de informação que está disponível para as empresa acionistas.

3.10. Características qualitativas na divulgação

Informação, que é relatada para facilitar decisões, tem várias características. Tais atributos ou características tornam as informações financeiras úteis com objetivos qualitativos de divulgação.

Esses atributos denotam a qualidade da informação e, portanto, satisfazer as necessidades dos usuários. Isso ajudaria a alcançar a concentração de divulgação adequada nos relatórios financeiros. As características podem ser listadas da seguinte maneira:

01 Relevância

02 Materialidade

03 Entendimento

04 Comparabilidade

05 Consistência

06 Confiabilidade

07 Liberdade de preconceito. (MORAIS, 2017).

A relevância está intimamente e diretamente relacionada ao conceito de informação útil. Relevância implica que todos esses itens de informação que devem ser relatados podem auxiliar os usuários na tomada de decisões econômicas.

Silva (2000, p. 17) define relevância como "o padrão primário e requer que a informação deve suportar ou ser utilmente associado com ações que é projetado para facilitar ou resultados desejados para ser produzido".

A este respeito, uma tarefa importante é determinar as necessidades dos usuários e os itens de informação que devem ser relevantes para atingir o alvo do (s) usuário (s). A questão da relevância surge após a identificação da finalidade para a qual a informação será usada. Isto significa que as informações relevantes para uma finalidade podem não serem necessariamente relevantes para outros fins. Em informação que não é relevante, é inútil, porque isso não vai auxiliar os usuários na tomada de decisões. Informação relevante também reduz a incerteza do tomador de decisão sobre atos futuros.

Em julgar a relevância de uma informação de propósito geral, a atenção é focada nas necessidades comuns dos utilizadores e necessidades específicas de usuários que não serão considerados neste julgamento de 'relevância'. É difícil preparar um relatório para todos os fins que pode comandar relevância universal. No entanto, isso tem sido reconhecido como uma solução potencialmente satisfatória.

Assim, a relevância é o critério dominante para se tomar decisão sobre divulgação de informações. De acordo com a materialidade é necessário que as demonstrações financeiras devem divulgar todo o "material", ou seja, todos esses itens devem ser divulgados em relatório que provavelmente influenciarão as decisões econômicas dos usuários.

O conceito de materialidade implica que nem todas as informações financeiras devem ser divulgadas em um relatório anual - somente informações relevantes devem ser relatadas. Assim, a materialidade é esse pedaço de financeira informação que é absolutamente essencial no contexto de uma decisão a ser tomada pelo usuário. No entanto, a materialidade de um item depende não apenas de seu tamanho, mas também em sua natureza ou combinação ou ambos, isto é, em qualquer característica quantitativa e / ou qualitativa. (MORAIS, 2017).

Isso significa que alguns itens podem ser materiais, embora menor em tamanho ou quantidade. A materialidade envolve o uso do julgamento. Basicamente, juízos de materialidade devem relacionar-se com a importância da informação e seu impacto nas decisões econômicas do usuário. O efeito em ganhar é o padrão primário para avaliar a materialidade em uma facilidade. Ainda decisões de materialidade são altamente subjetivas e o julgamento do contador é um forte fator para tornar uma decisão de materialidade. Nenhum critério de materialidade é apropriado ou aplicável a todas as situações.

Pode ser enfatizado aqui que há a necessidade de estabelecer padrões mais objetivos para julgar a materialidade. Silva (2000), um forte defensor da objetividade afirma “que estabelecemos padrões definidos, que deram circunstâncias, ajudará os contadores a chegarem de forma significativa às conclusões semelhantes sobre questões de materialidade”.

Deste modo, reitera-se que a relevância geralmente se refere à natureza do item com respeito a usos específicos ou gerais de relatórios, enquanto a materialidade se refere à significância um item específico em um contexto específico. Lugares de materialidade uma restrição sobre quanto deve ser divulgado. Isso é, determina um limite superior na quantidade

de informação que as empresas podem divulgar significativamente por causa de limitações humanas na capacidade de processamento da informação, argumenta-se que existe um ponto além do qual apenas a divulgação confunde o tomador de decisão. No entanto, ainda não foi capaz de especificar onde está este ponto crítico. (BRASIL, 2001).

As informações no relatório anual devem ser apresentadas de uma maneira que pode ser entendida por razoavelmente bem informados e sofisticados. Apresentando informação que só pode ser entendida com meios sofisticados por usuário e não por outros, cria um viés inconsistente com o padrão de divulgação adequada. Apresentação de informação não deve apenas facilitar a compreensão, mas também evitar a interpretação errada das demonstrações financeiras. Assim, informação contábil apresenta dados que podem ser entendidos pelos usuários da informação e é expressa em uma forma e com terminologia adotada para o entendimento dos usuários. O critério de compreensibilidade requer que os usuários têm alguma compreensão das atividades econômicas da empresa, o processo de contabilidade financeira e terminologia técnica utilizada nas demonstrações financeiras. (BRASIL, 2005)

Ao decidir a compreensibilidade do item de informações, todas as necessidades relevantes dos usuários devem ser consideradas, ou seja, as informações contábeis não devem se limitar aos interesses do investidor médio ou de um usuário sofisticado, mas, de fato, a informação deve ser ordenada e ordenada para atender a uma ampla gama de usuários. (DYE, 2015).

As decisões econômicas requerem uma escolha entre possíveis cursos de ações. Ao tomar decisões, o usuário fará comparações entre alternativas facilitadas por informações financeiras. Comparabilidade implica o relatório, de coisas semelhantes de uma forma semelhante e ao contrário das coisas relatado de forma diferente. O objetivo preliminar da comparabilidade deve ser para facilitar a realização de previsões e decisões financeiras de credores, investidores e outros.

Informações contábeis comparáveis apresentam semelhanças e diferenças que surgem na empresa além de suas transações e não apenas de diferenças no tratamento da contabilidade financeira. Em formação, se comparável, ajudará o tomador de decisão a determinar forças e fraquezas financeiras e perspectivas relativas para o futuro, entre duas ou mais empresas ou entre diferentes períodos em uma única empresa. (DANTAS, 2004).

Os relatórios financeiros não são capazes de obter comparabilidade por causa das diferenças nas operações de negócios das empresas, ponto de vista da administração a respeito de suas transações, e devido a diferentes práticas contábeis para descrever basicamente atividades semelhantes. Duas gerências corporativas podem ver a risco similar, incerteza, benefício ou sacrifício em diferentes modas e, portanto, levaria a diferentes implicações de declarações financeiras. Com todas as informações que facilitam interpretação, os usuários são capazes de comparar e avaliar resultados de transações similares e outros eventos entre empreendimentos. (GOMBOLA, 2009).

Os esforços, portanto, devem ser direcionados para desenvolvimento de normas contábeis a serem aplicadas em circunstâncias para facilitar a comparação e interpretação de dados. Áreas de diferenças nas práticas contábeis, que não são justificadas por diferenças nas circunstâncias, devem ser estreitadas.

A consistência de um método ao longo de um período de tempo é um valioso adjunto à comparabilidade. Este é um fator importante dentro de uma única empresa, pois a abordagem qualitativa do padrão de apresentação justa nas demonstrações financeiras depende, em parte, da consistência do método.

Os procedimentos contábeis são amplamente convencionais, a consistência na sua utilização permite a comparação ao longo do tempo. Isto é relativamente pouco importante para o investidor que regras precisas ou convenções são adotadas por uma empresa em relatar seus ganhos, se ele está certo de que é seguido.

Na contabilidade, a consistência tem sido usada para se referir ao uso dos mesmos procedimentos contábeis por uma única firma e/ou entidade contábil de período a período, o uso de conceitos e procedimentos de medição similares para itens dentro da declaração de uma empresa por um único período e o uso dos mesmos procedimentos por empresas diferentes. Se uma mudança no procedimento, divulgação da mudança e seus efeitos permitem alguma comparabilidade, embora os usuários possam raramente fazerem ajustes que tornam os dados completamente comparáveis.

Embora a consistência seja um critério importante em tomada de decisões de divulgação de informações, não deve provar um gargalo para trazer melhorias em políticas contábeis, práticas e procedimentos. As necessidades comerciais podem mudar ao longo de

um tempo que exigiria uma mudança nos objetivos contábeis, bem como no padrão contábil e métodos. (BRAGA, 2001).

Essas melhorias são necessárias para atender as necessidades em circunstâncias variáveis. Quando é descoberto que práticas atuais ou apresentações que estão sendo seguidas não são cumprir as finalidades dos usuários, uma nova prática ou procedimento deve ser adotado. No entanto, a consistência é desejável, até que surja a necessidade de melhorar práticas, políticas e procedimentos.

A confiabilidade das informações financeiras é uma importante característica. É necessária informação fiável para formar julgamentos sobre o potencial de ganhos e posição financeira de uma empresa. A confiabilidade difere de item para item. Alguns itens apresentam informação num relatório anual que pode ser mais confiável do que outros. Por exemplo, informações sobre instalações e maquinário podem ser menos confiáveis do que informações sobre ativos circulantes devido à diferença incerteza de realização. (SILVA, 2000).

É da responsabilidade da gerência relatar informações confiáveis nos relatórios anuais. A informação pode ser obtida pela gerência se ela aplicar princípios contábeis geralmente aceitos, apropriados para as circunstâncias da empresa.

Como o propósito da informação em um relatório anual é atender às diferentes necessidades dos usuários na tomada de decisões de processo, não deve haver um viés intencional nos relatórios isto é, para favorecer qualquer grupo. Informação, livre de preconceitos, ou seja, objetiva e justa, aumentaria a relevância de informações para propósitos e usuários selecionados. Liberdade de viés significa que os fatos foram imparcialmente determinados e relatados. Objetividade na contabilidade como uma qualidade que deve existir quando os dados financeiros são apresentados de uma maneira estabelecer conexão entre os eventos que ocorrem em uma determinada entidade de negócios.

Capítulo IV – Objetivos e questões de investigação

4.1. Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa, de abordagem teórica e empírica utiliza-se do método indutivo para a compreensão dos fenômenos investigados. Trata-se de uma pesquisa, que foi escolhida como forma de investigação empírica da realidade das Pequenas e Médias Empresas com foco nas questões propostas em nossos objetivos. A pesquisa eleita seguirá metodologia exploratória, com a utilização de bibliografia e aplicação de inquéritos aos profissionais da contabilidade financeira da cidade de Goiânia – Go, como procedimento de pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2007, p. 86), indução é

[...] um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Então pode-se perceber que método indutivo é responsável pela generalização, onde o pesquisador parte de algo que é particular para uma questão que é mais ampla, mais geral.

4.2. Questões de investigação

Acredita-se que divulgação dos relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado pode vir a ser uma ferramenta para transparência e responsabilidade social das empresas. Está indagação dá lugar a duas questões de investigação:

Questão 1: a divulgação de relatórios contábeis serve como uma ferramenta de transparência e instrumentos de controle.

Questão 2: mesmo as PMEs têm que se preocuparem com a responsabilidade social, dada a sua importância no cenário econômico a que estão inseridas.

A pesquisa em questão está dividida em dois blocos, onde o primeiro bloco busca fazer a caracterização dos pesquisados, já o segundo bloco visa obter respostas para os objetivos principais propostos nessa pesquisa, que é a divulgação de relatórios contábeis pelas PMEs.

Tabela 8 - Instrumento de Coleta de Dados

Questão principal a ser respondida: divulgação dos relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado pode vir a ser uma ferramenta para transparência e responsabilidade social das empresas?		
<u>Bloco</u>	<u>O que se pretende averiguar</u>	<u>Instrumento de coleta de dados</u>
1º	<p>Objetivo</p> <p>Caracterizar o perfil dos pesquisados.</p>	<p>Questões:</p> <p>1.1. Sua Categoria Profissional?</p> <p>1.2. Gênero?</p> <p>1.3. Idade?</p> <p>1.4. Qual a sua área de Atuação?</p> <p>1.5. No momento você está exercendo sua profissão na cidade de Goiânia?</p> <p>1.6. Sua experiência na área de contabilidade</p>
2º	<p>Objetivo Específico 1</p> <p>As seguintes perguntas têm como objetivo a verificação da opinião, dos profissionais da área de contabilidade, a respeito da divulgação dos relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado, especificamente os relatórios das PMEs, onde o número 1 – Discorda Totalmente e o número 5 – Concorda Totalmente</p>	<p>Questões:</p> <p>2.1. No Brasil, para as empresas de capital fechado, a publicação dos relatórios contábeis é facultativa devido à inexistência de Leis para regulamentar estas divulgações. Você concorda que a publicação dos relatórios contábeis seja facultativa, tendo em vista que não há leis que regulamentem essas divulgações?</p> <p>2.2. Dada a importância no cenário econômico brasileiro das micro, pequenas e médias empresas você considera importante a divulgação dos relatórios contábeis por parte dessas empresas?</p> <p>2.3. Com um mercado cada vez mais competitivo somado a globalização, com o emprego de inovações tecnológicas e com consumidores cada vez mais exigentes as empresas devem buscar sempre a melhoria e inovação de seus produtos e processos. Você considera que os relatórios contábeis</p>

	<p>são instrumentos importantes para serem usados como fontes de informações e/ou métodos de controle?</p> <p>2.4. No Brasil há uma cultura, por parte dos empresários, em não divulgar relatórios contábeis tornando estes documentos fechados e não abrindo nem mesmo a seus empregados. Em sua opinião os empresários têm razão em não tornar público estes relatórios contábeis?</p> <p>2.5. Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, você considera importante que se tenha clareza de informações perante a sociedade, sendo apresentada as ações da empresa e os custos demandados para tanto?</p> <p>2.6. A partir de janeiro de 2008, foi divulgado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o pronunciamento conceitual básico, tendo como título “Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis”, que estabelece os conceitos que fundamentam e apresentam as demonstrações financeiras destinadas a usuários externos. Com base neste documento, você considera importante a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de todas as empresas, mesmo não estando obrigadas?</p> <p>2.7. Na capital do estado de Goiás, Goiânia, há constantemente denúncias nos órgãos de proteção ao consumidor, em desfavor das empresas da área de eventos, sejam elas de turismo, formaturas e bodas. Muitas dessas empresas têm lesado vários consumidores acabando com seus sonhos. Do seu ponto de vista, se os consumidores tivessem acesso às informações contábeis dessas empresas, como, endividamento, rentabilidade e faturamento, tais transtornos poderiam ser evitados?</p> <p>2.8. Você concorda que é vantajoso para</p>
--	--

		<p>as empresas a divulgação ao público dos seus relatórios contábeis e financeiros?</p> <p>2.9. Você concorda que, quando uma empresa omite dados relacionados a endividamento, rentabilidade e faturamento pode ser considerada socialmente responsável?</p>
--	--	---

Capítulo V - Metodologia

5.1. Caminho Metodológico

Quando da realização de uma pesquisa tem que se estabelecer uma metodologia, ou seja, um caminho metodológico, para que se alcance respostas do problema proposto. É essencial que seja estabelecido uma metodologia para o desenvolvimento de uma pesquisa de natureza científica para que o sucesso do estudo seja alcançado e os objetivos atingidos.

Segundo Andrade (2010, p.117) “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Diante disso, ao propor uma pesquisa, de natureza científica, o pesquisador deve estabelecer a metodologia para a realização do estudo, apresentando os métodos e as técnicas adotadas e o porquê da necessidade de tal abordagem.

Do ponto de vista de Tartuce (2006), a metodologia científica consiste em método e ciência, de modo que o método consiste em um caminho traçado para atingir um fim específico, tornando-se o caminho que se busca em busca de um objetivo. Portanto, a metodologia consiste, portanto, no estudo do método, ou seja, forma um corpus de regras, regras e procedimentos estipulados para a realização de uma pesquisa.

O autor continua afirmando que a ciência, por sua vez, deriva da ciência, cujo entendimento paira sobre o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em um campo específico do conhecimento. Portanto, segundo Tartuce (2006), a metodologia científica consiste no estudo sistemático e lógico dos métodos utilizados nas ciências, bem como de seus fundamentos, validade e relações com as teorias da ciência.

Lakatos e Marconi (1996) definem: pesquisa não está apenas procurando a verdade; Está encontrando respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos, para que seja possível perceber que no início a pesquisa é algo mais amplo do que podemos imaginar. Segundo os autores, a pesquisa não é identificada apenas como um processo de pesquisa ou um modelo simples de pesquisa, seu objetivo é ter uma compreensão mais

profunda do tópico levantado e da questão que norteia a pesquisa (LAKATOS e MARCONI, 1996). .

Segundo os autores, a pesquisa requer um planejamento organizado e detalhado, que inclui as etapas a serem seguidas e observadas durante o seu desenvolvimento, como a seleção do tópico, a definição do problema, o processo que será adotado para a coleta. e como serão realizadas a análise e o processamento dos dados, bem como a apresentação dos resultados. Em relação ao método de pesquisa, Fiorese (2003, apud. Lima et al.) Explica que é necessário escolher um em qualquer pesquisa que esteja disposta a realizar, a escolha do método acaba validando o resultado final da pesquisa. Portanto, o autor define: “O método (metodologia) é o conjunto de processos pelos quais se torna possível desenvolver procedimento que permitam alcançar um determinado objetivo” (FIORESE, 2003).

Araújo (2010, p. 19) complementa que “A ciência é, portanto, metódica. Pretende fornecer um modelo de realidade na forma de um conjunto de enunciados, que permitem obter explicações acerca de fenômenos e que são, além disto, suscetíveis de algum tipo de confirmação ou refutação, enfim de validação”. Segundo Santos e Candeloro (2006, apud. Silva, p. 16-17) existem duas diferentes naturezas para uma pesquisa metodológica: a qualitativa e a quantitativa. Sendo assim:

A pesquisa de natureza qualitativa é aquela que permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. [...]

A pesquisa quantitativa é a que tem o objetivo de mensurar algumas variáveis, transformando os dados alcançados em ilustrações como tabelas, quadros, gráficos ou figuras. [...] Em geral, o instrumento de levantamento de dados mais adequado a este tipo de pesquisa é o questionário, em que questões fechadas correspondem a respostas codificadas (SANTOS e CANDELORO, 2006, p.71-72).

Oliveira (2002) argumenta que existem problemas e hipóteses que só podem ser investigadas com uma metodologia quantitativa, enquanto outros só podem ser realizados com uma metodologia qualitativa.

Portanto, a natureza escolhida para a criação deste trabalho é qualitativa, mesmo havendo alguns dados de natureza quantitativa, buscando assim, levantar informações bibliográficas, documentais e entrevistas a fim de se chegar à conclusão.

A pesquisa eleita seguirá metodologia exploratória, com a utilização de bibliografia e aplicação de inquéritos aos profissionais da contabilidade financeira da cidade de Goiânia capital do Estado de Goiás, e terá como procedimento de pesquisa uma entrevista estruturada.

Portanto, para Gil (2007), escolhendo o objetivo exploratório, tende-se a tornar explícito o problema, ou até a hipotetizar o caso, e a maioria das pesquisas nesse sentido inclui: pesquisa, literatura e entrevistas com indivíduos que experimentaram o problema. problema analisado e a análise de exemplos que favorecem a compreensão.

Para LAKATOS & MARCONI *et al* (2006) *apud* TOLEDO, C. D. A. A., & GONZAGA, M. T. C. (2011), uma entrevista estruturada: trata-se de uma entrevista que se apoia em um questionário fechado, ou seja, todas as perguntas devem ter sido elaboradas previamente sendo vedado ao pesquisador alterar o conteúdo das questões ou mesmo sua sequência no momento da aplicação. Isso deve ser observado em razão desse tipo de entrevista refletir as diferenças entre os entrevistados e não entre as perguntas, logo nenhuma pergunta pode ser inserida ou modificada no momento da aplicação sem que isso implique em prejuízo para a comparação.

5.2. Questionário

Nesta pesquisa foi feita a opção pela aplicação de um questionário⁷ estruturado e fechado e com respostas do tipo Escala de Concordância, onde o resultado apresentado nessa escala é dado a partir do grau de concordância que o participante da pesquisa dá em relação à afirmação apresentada.

Lakatos e Marconi (2017, p. 322), definem o questionário “como um conjunto de perguntas previamente elaboradas que, diferentemente da entrevista, deve ser respondido por escrito e enviado ao pesquisador”. Este tipo de instrumento de coleta de dados pode ser

⁷ O Questionário está disponível no Apêndice 1

composto por perguntas abertas e fechadas. Nesta pesquisa, foi feita a opção pelas questões fechadas por atender melhor aos objetivos propostos.

Segundo Gil (2007) uma das vantagens do questionário é a aplicação a um grande grupo, além de outras como o custo. O questionário, por exemplo, pode ser aplicado via e-mail para todos os participantes da pesquisa o que diminui os custos, além de manter o anonimato.

Gil (2007), diz que as fontes primárias e secundárias, bem como as técnicas indicadas, definem a pesquisa realizada como *survey*, bibliográfica e documental.

A pesquisa foi realizada, por meio de um Levantamento, tipo survey, encaminhado via formulário eletrônico. O levantamento tipo survey, leva a obtenção das características ou opiniões de determinado grupo de pessoas, representante de uma população alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 33).

Os dados primários foram coletados, através questionário aplicado aos profissionais contábeis da cidade de Goiânia, com perguntas fechadas. Já os dados secundários foram coletados através de revisões bibliográficas de autores da área de contabilidade, bem como informações retiradas das legislações pertinentes.

5.3. Pré-Teste

Antes da coleta de dados, o questionário foi devidamente submetido a um grupo de quatro (04) profissionais, para realização de um pré-teste, onde (03) deles são pertencentes ao grupo de investigados que contribuiu como informantes da pesquisa, e o quarto foi um profissional formado em letras para a verificação da coerência e coesão do questionário aplicado. O objetivo do pré-teste foi de verificar possíveis falhas quanto à forma e conteúdo do questionário para assegurar a validade, tempo adequado, precisão e coerência com o objeto.

5.4. População, processo de recolha de dados e amostra

5.4.1. População

Este estudo será aplicado aos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, que estejam devidamente registrados no Conselho de Regional de Contabilidade - CRC. Estes profissionais são os que melhores poderão responder ao inquérito proposto, uma vez que são os mesmos que, em se tratando de relatórios contábeis e financeiros, preparam todo tipo de informação demandada pelos *stakeholders*. O questionário será aplicado aos profissionais que estão atuando em diferentes frentes de sua área de atuação, como, os Contadores, Peritos, Auditores e Docentes da área de contabilidade. Contudo, na impossibilidade de abranger a todos estes profissionais, o estudo que é conduzido aos contabilistas, que serão no total de 160 (cento e sessenta), profissionais a serem inquiridos, de modo que a amostra será composta pelos questionários respondidos virtualmente.

5.4.2. Recolha de dados

O processo de recolha de dados se deu através de questionário, aplicado aos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia – Goiás, que foi elaborado e enviado por meio da ferramenta eletrônica do Google, também conhecida como Google Forms, esta é ferramenta gratuita para quem possui uma conta em sua plataforma, com isso se tem permissão para elaborar questionários e fazer a tabulação dos dados. O questionário foi enviado no dia 02 de janeiro de 2019 e ficou disponível para receber respostas até o dia 31 de Março de 2019.

Para que esta pesquisa fosse realizada, houve a necessidade que a mesma fosse submentida a um Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, devido ao envolvimento de seres humanos. Esta submissão no CEP se deu através da inclusão dos dados da pesquisa na

*Plataforma Brasil*⁸, para ser que fosse emitido um parecer aprovando ou não a pesquisa pelo CEP.

Devido a isto foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁹, dando ciência a todos os participantes dos objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como as garantias de confidencialidade. O TCLE faculta aos participantes a decisão de participar ou não da pesquisa. A presente pesquisa foi aprovada pelo CEP em 16 de dezembro de 2018, através do parecer¹⁰ número 3.086.214.

5.4.3. Alcance da pesquisa

Com os dados coletados o trabalho de investigação das amostras obtidas foi realizado com os profissionais da área de contabilidade e os questionário aplicado serviu para confrontação entre os itens coletados, principalmente por intermédio das respostas obtidas nos questionários perante os profissionais em diferentes frentes de sua área de atuação.

Assim, esta pesquisa possui alcance limitado, se restringindo à realidade vista sob a ótica dos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia – Goiás, todavia, possibilita que outros profissionais tenham contato com a importância da divulgação de relatório contábil em empresa de capital fechado.

5.4.4. Limitações

⁸ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da s fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas).O sistema permite, ainda, a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Pela Internet é possível a todos os envolvidos o acesso, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo o sistema CEP/CONEP. Disponível em <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf?jsessionid=A4418AB7C067E39AF65F15FBB2BBBDCC.server-plataformabrasil-srvjpdf130>

⁹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, está disponível no apêndice 2

¹⁰ O parecer número 3.086.214, está disponível no apêndice 3

O presente projeto não possui intenção de informar o que é certo ou errado que vá de encontro a divulgação das informações sobre o assunto, apenas apreciar se tais divulgações tem alguma importância para PMEs, segundo a visão dos profissionais da área de contabilidade.

Capítulo VI – Análise descritiva dos dados e discussão dos resultados

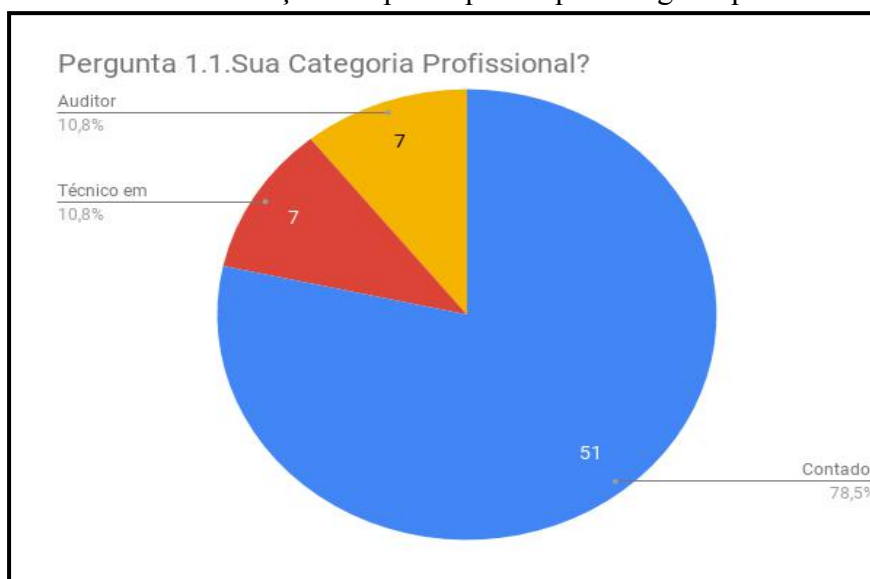
6.1. Análise descritiva dos dados

6.1.1. Caracterização dos participantes

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa que versa sobre divulgação de relatórios contábeis. Esta pesquisa foi aplicada em forma de questionário eletrônico a todos os profissionais da área de contabilidade selecionados. A pesquisa foi iniciada em 02 de janeiro de 2019 e ficou disponível para receber respostas até o dia 31 de Março de 2019. Foram convidados para participar da pesquisa 160 profissionais, porém somente 65 atenderam ao convite (40,62%), concordando com o TCLE e enviando suas respostas.

A primeira questão do questionário aborda a categoria profissional do participante da pesquisa e os dados obtidos estão apresentados no gráfico 6.

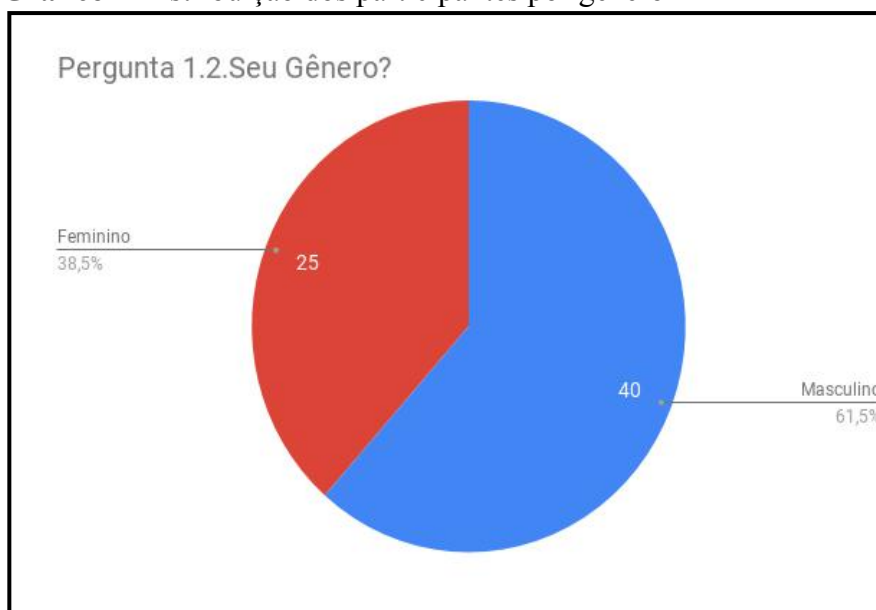
Gráfico 6 Distribuição dos participantes por categoria profissional



Fonte: Elaboração própria

Em se tratando de categoria profissional o gráfico 6 demonstra, que, dos 65 profissionais da área de contabilidade que participaram da pesquisa, em sua grande maioria, os participantes da pesquisa em tela, são compostos por contadores, com 78,5% respondentes, perfazendo um total de 51. A categoria de auditores e técnico em contabilidade tiveram 7 participantes na pesquisa, representando 10,8% cada categoria.

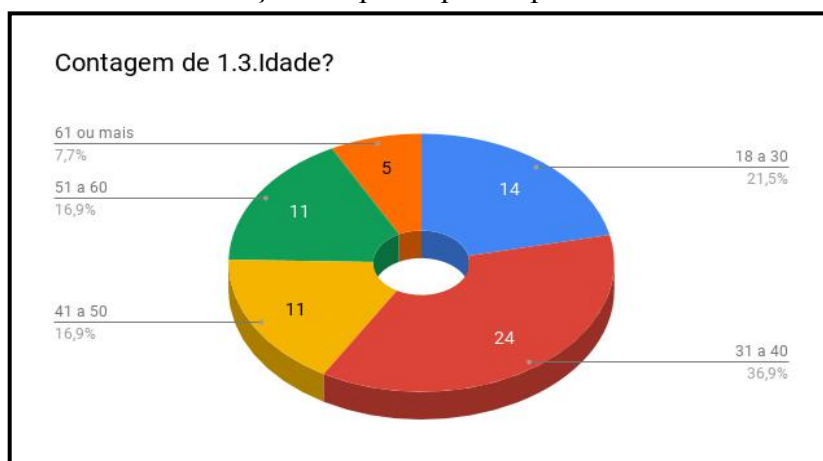
Gráfico 7 Distribuição dos participantes por gênero



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 7 representa o gênero dos profissionais que participaram da pesquisa em questão, e como pode ser percebido, a maioria é composta por participantes que se declaram, como sendo do sexo masculino. Este público representou 61,5%, o que representa em valores absolutos um total de 40 profissionais. Os participantes que se declaram, como sendo do sexo feminino, mesmo sendo maioria na sociedade, contribuíram com 38,5% como respondentes, totalizando 25 profissionais em valores absoluto, isto significa que o número de profissionais, da área de contabilidade, representada pelo sexo feminino, ainda hoje está bem menor em relação aos profissionais do sexo masculino.

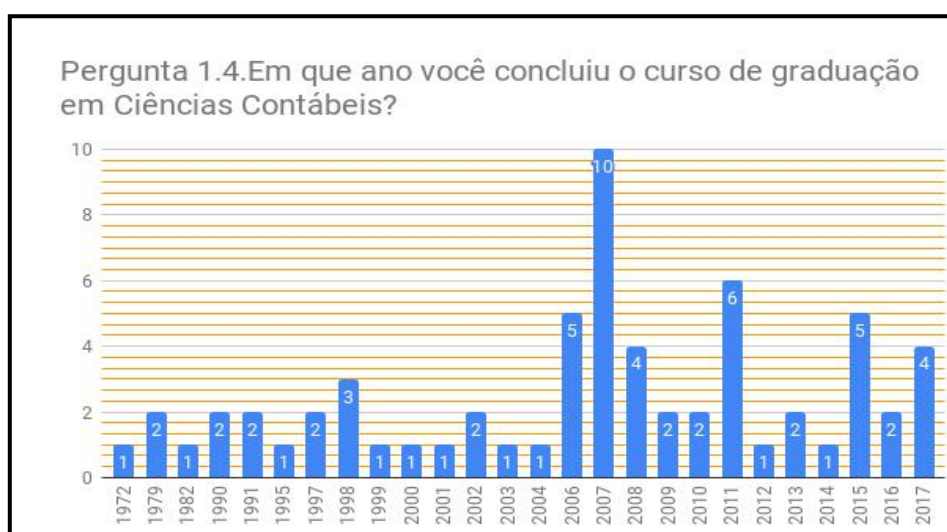
Gráfico 8 Distribuição dos participantes por faixa etária



Fonte: Elaboração própria

Dos 65 profissionais, que participaram da pesquisa respondendo ao questionário eletrônico proposto, em sua maioria apresenta uma idade média entre 31 a 40 anos, o que representa aproximadamente 37% (24 profissionais), logo em seguida com 14 participantes, com pouco mais de 21%, está a faixa etária de 18 a 30 anos. Já as faixas etária compostas pelas idades de 41 a 50 anos e 51 a 60 anos de contribuíram com 16,9%, ou seja, cada uma destas faixas etárias tiveram, em valores absolutos, 11 profissionais que se dispuseram para responderem o questionário da pesquisa proposta. A faixa etária que apresentou a menor parcela dos respondentes foi a de 61 anos ou mais, que contribuiu com pouco mais 7,69% (5 participantes). Como pode se observado no gráfico 8 logo acima.

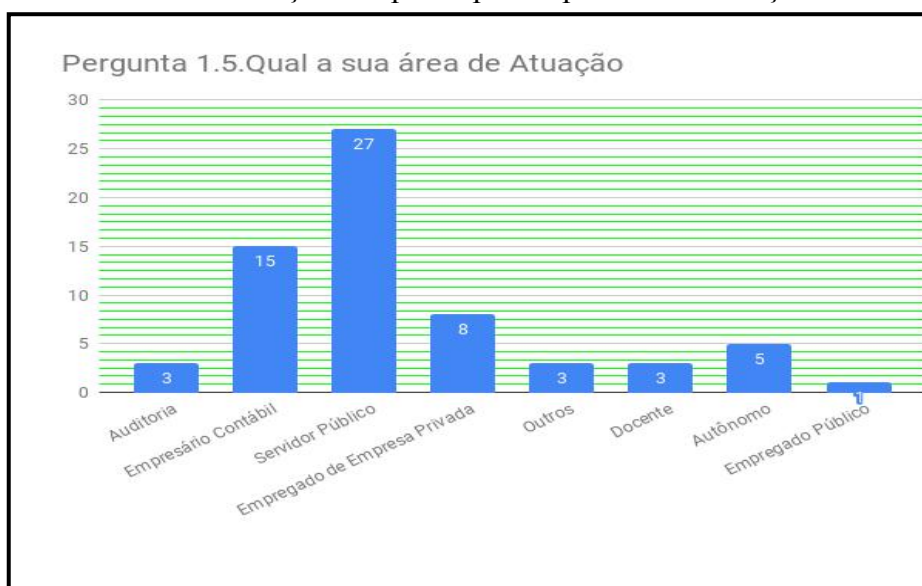
Gráfico 9 Distribuição dos participantes por ano de graduação



Fonte: Elaboração própria

Conforme demonstrado no gráfico 9, pode ser percebido que, o período em que os participantes da pesquisa concluíram seus cursos de graduação está compreendido entre 1972 a 2017, isto corresponde a um lapso temporal de 45 anos. Estes números servem para demonstrar o grau de diversificação dos dados coletados, pois ao longo destes 45 anos houve grandes mudanças na maneira de se tratar as informações contábeis. Com o avanço trazido pela tecnologia da informação e com as constante mudanças nas legislações que versam sobre contabilidade, o profissional contábil se na obrigação de sempre estar buscando se atualizar.

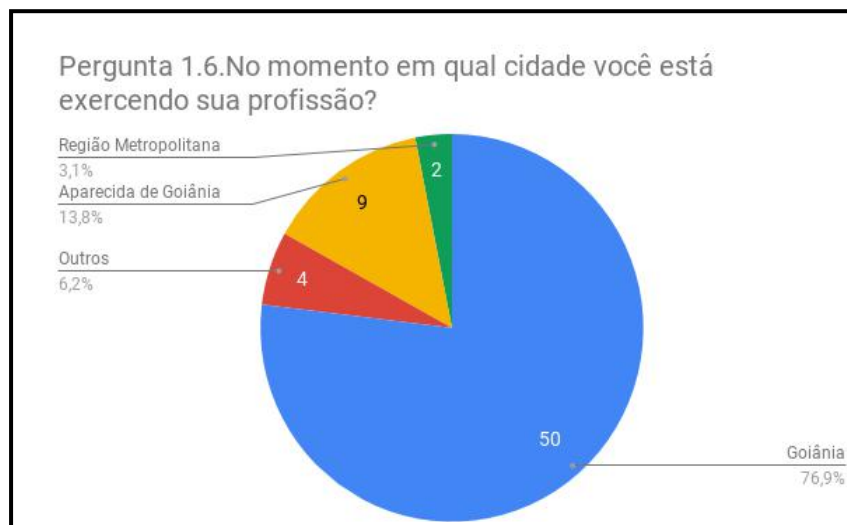
Gráfico 10 Distribuição dos participantes por área de atuação



Fonte: Elaboração própria

Pode-se inferir do gráfico 10 que em relação a distribuição dos participantes por área de atuação, perceber-se, que mais de 64% dos respondentes que atenderam ao convite para participação na pesquisa são empresários contábeis e servidores público, sendo que os servidores público somaram um total de 27 participantes, o que representa 41,5% do total dos profissionais da área de contabilidade com contribuições. Os profissionais das outras áreas de atuação como: empregado em empresas privadas, autônomos, auditoria, docente, empregado público e outros representaram 36%.

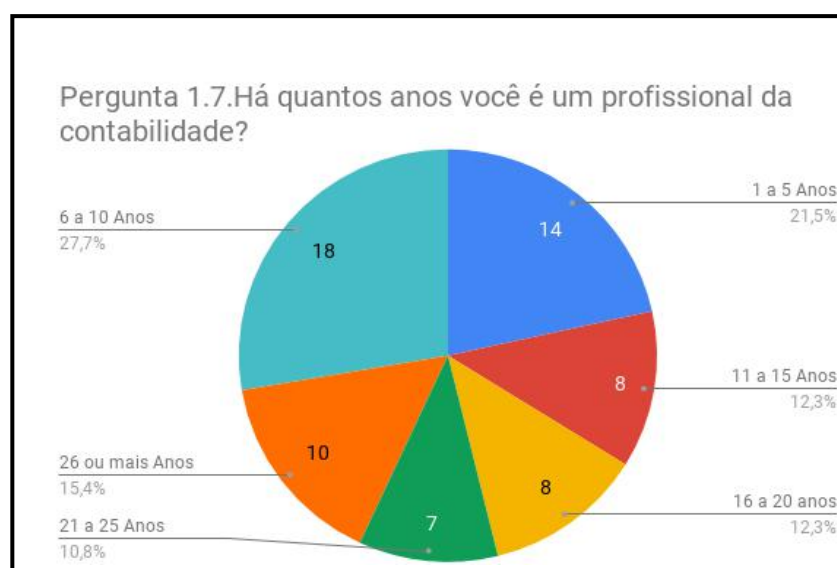
Gráfico 11 Distribuição dos participantes por local de exercício da profissão



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao local de exercício da profissão dos participantes desta pesquisa, restou constatado no gráfico 11 que dos 65 respondentes, a maioria dos profissionais atuam na cidade de Goiânia, o que corresponde a 76.9% da amostra coletada, isto representa em valores absolutos um total de 50 profissionais da área de contabilidade. Houve ainda a participação de 9 profissionais de Aparecida de Goiânia, cidade esta que está ligada territorialmente a cidade de Goiânia. Entre os participantes da região metropolitana e outras regiões houve a participação de pouco mais de 9%.

Gráfico 12 Distribuição dos participantes por tempo de atuação



Fonte: Elaboração própria

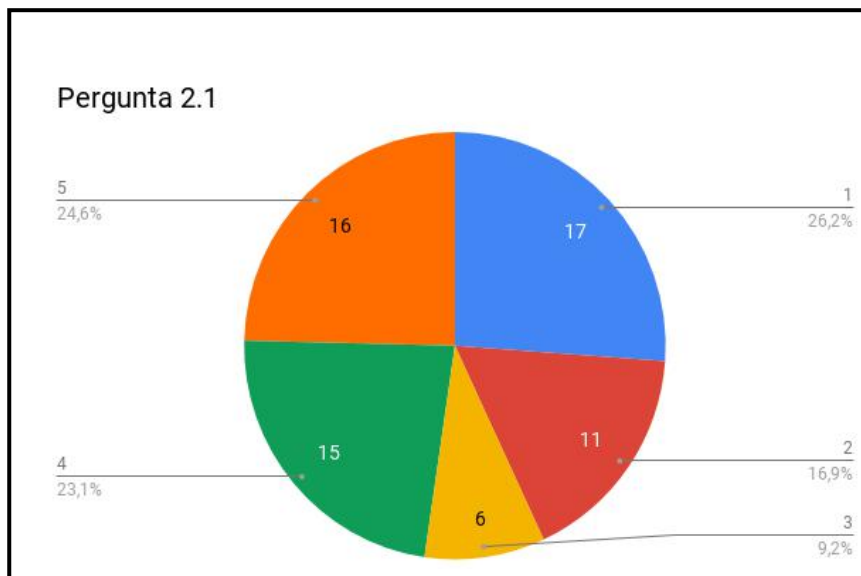
Em Relação à distribuição dos participantes por tempo de atuação na área de contabilidade, que foram distribuídos de 5 em 5 anos, onde a primeira escala vai de 1 a 5 anos e a última 26 ou mais anos, inferiu-se do gráfico 12 que dos 65 profissionais que participaram desta pesquisa, a maior parcela destes profissionais estão atuando a mais 6 e menos 10 anos, estes profissionais representaram 27,7%. A segunda faixa de tempo de serviço que mais respondeu foi a que está entre 1 e 5 anos, com um total de 14 respondentes, ou seja, 21,5%. Logo depois com 15,4% está a faixa de 26 ou mais anos de profissão, seguida das faixas 11 a 15 anos e 16 a 20 anos que contribuíram com mais de 12% cada. A faixa que menos contribuiu foi a daqueles profissionais que estão com mais de 21 anos e menos de 25 anos exercendo a profissão contábil, esta faixa representou 10,8%, o que corresponde em valores absolutos a um total de 7 respondentes.

6.1.2. Percepção dos profissionais da área de contabilidade sobre a divulgação de informações contábeis

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa que versa sobre divulgação de relatórios contábeis, onde os inquiridos tiveram que responder a nove perguntas sobre o tema proposto. Estes inquiridos foram convidados a responder a um questionário estruturado e fechado e com respostas do tipo Escala de Concordância, onde o resultado apresentado nessa escala é dado a partir do grau de concordância que o participante da pesquisa dá em relação à afirmação apresentada, sendo 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

Pergunta 2.1 – “No Brasil, para as empresas de capital fechado, a publicação dos relatórios contábeis é facultativa devido à inexistência de Leis para regulamentar estas divulgações. Você concorda que a publicação dos relatórios contábeis seja facultativa, tendo em vista que não há leis que regulamentem essas divulgações”?

Gráfico 13 Aferição da possibilidade da divulgação de relatórios contábeis ser facultativa

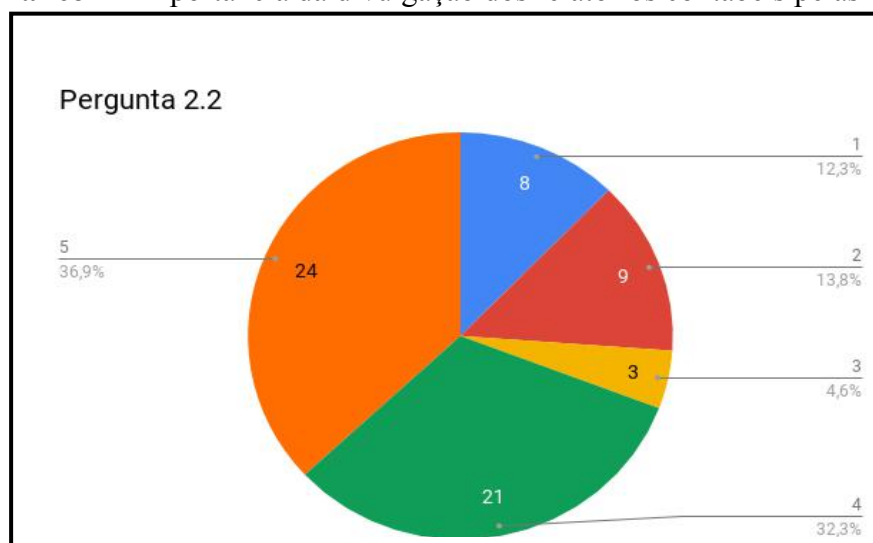


Fonte: Elaboração própria

Em resposta a afirmação sobre a concordância ou não, que a publicação dos relatórios contábeis seja facultativa, tendo em vista que não há leis que regulamentem essas divulgações”, observa-se que os inquiridos, que concordam totalmente e parcialmente é relativamente maior que o grupo, que discordam totalmente e parcialmente da afirmação. O primeiro grupo representa pouco mais de 47% enquanto que o segundo 43%, e 9,2% não tiveram nenhuma opinião a respeito. Para esta afirmação houve um equilíbrio nas respostas e isso sugere que há uma divergência sobre a afirmação proposta. Percebe-se então que um percentual está atrelado diretamente às leis, ou seja, só fazem aquilo que a lei determina, isso ocorre devido a dispositivo constitucional que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Pergunta 2.2 – “Dada a importância no cenário econômico brasileiro das micro, pequenas e médias empresas você considera importante a divulgação dos relatórios contábeis por parte dessas empresas”?

Gráfico 14 Importância da divulgação dos relatórios contábeis pelas PMEs



Fonte: Elaboração própria

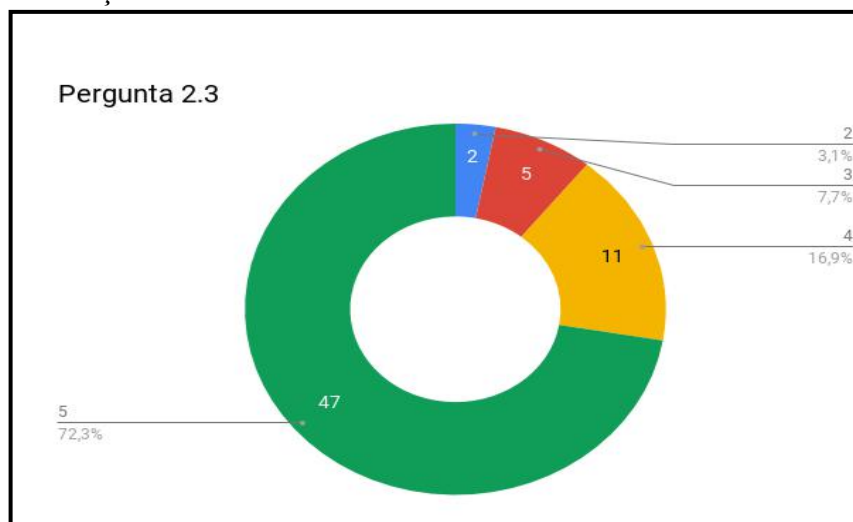
Em relação a afirmação referente a importância da divulgação dos relatórios contábeis, depreende do gráfico 14, na visão dos profissionais da área de contabilidade, que a grande maioria dos inquiridos compreenderam e concordaram totalmente que é importante que as PMEs divulguem os seus relatórios contábeis. Os que concordam totalmente representa 36,9%, logo em seguida estão os que concordam parcialmente com 32,3%. Dos 65 entrevistados, 12,3% (8 profissionais), afirmam não ser importante a divulgações destes relatórios, enquanto que 13,8% discordaram parcialmente da afirmação formulada e apenas uma pequena parcela de 4,6% não tiveram nenhuma opinião a respeito do assunto tratado.

De acordo com Silva (2015), a divulgação de relatórios por micro e pequenas empresas colabora para aumentar a credibilidade em seus controles e na condução do negócio, revertendo, dessa maneira, em investimentos para a organização. A transparência na gestão também é favorecida, o que melhora a imagem corporativa perante a sociedade e *stakeholders*, retornando-lhe melhores oportunidades de negócio, de acordo com Gomes e Santos (2016).

Pergunta 2.3 – “Com um mercado cada vez mais competitivo somado a globalização, com o emprego de inovações tecnológicas e com consumidores cada vez mais exigentes as empresas devem buscar sempre a melhoria e inovação de seus produtos e processos. Você

considera que os relatórios contábeis são instrumentos importantes para serem usados como fontes de informações e/ou métodos de controle”?

Gráfico 15 Relatórios contábeis utilizados como fontes de informações e métodos de controle



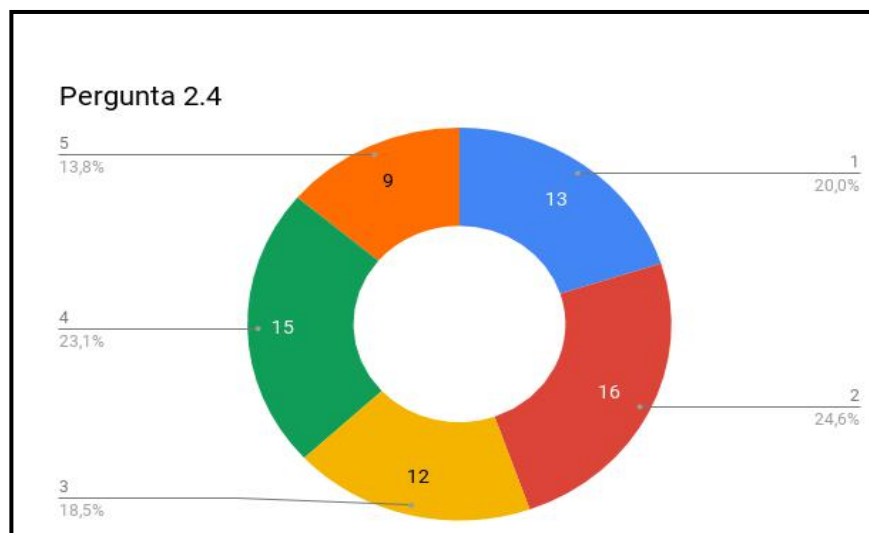
Fonte: Elaboração própria

Em resposta a afirmação, se os profissionais da área de contabilidade, considera que os relatórios contábeis são instrumentos importantes para serem usados como fontes de informações e/ou métodos de controle, pode-se inferir do gráfico 15, quase que uma unanimidade dos que concordam totalmente com esta afirmação, pois 72,3% dos respondentes, ou seja 47 profissionais confirmaram tal importância, seguido de 16,9% que concordaram parcialmente, enquanto que apenas 3,1% discordaram parcialmente e 7,7% não tiveram nenhuma opinião a respeito. Nesta afirmação não houve nenhum profissional que discordou totalmente.

Percebe-se uma concordância entre os inquiridos de que os relatórios contábeis são importantes instrumentos no processo de tomada de decisão, pois estes relatórios permite que os usuários destas informações possam ter uma visão mais clara e precisa a real situação de determinada empresa. Segundo Marion (2003, p.23), uns dos estudiosos da contabilidade no Brasil, afirma que uma decisão importante mal tomada pode prejudicar toda uma vida.

Pergunta 2.4 – “No Brasil há uma cultura, por parte dos empresários, em não divulgar relatórios contábeis tornando estes documentos fechados e não abrindo nem mesmo a seus empregados. Em sua opinião os empresários têm razão em não tornar público estes relatórios contábeis”?

Gráfico 16 Não publicação de relatórios contábeis por partes das empresas de capital fechado

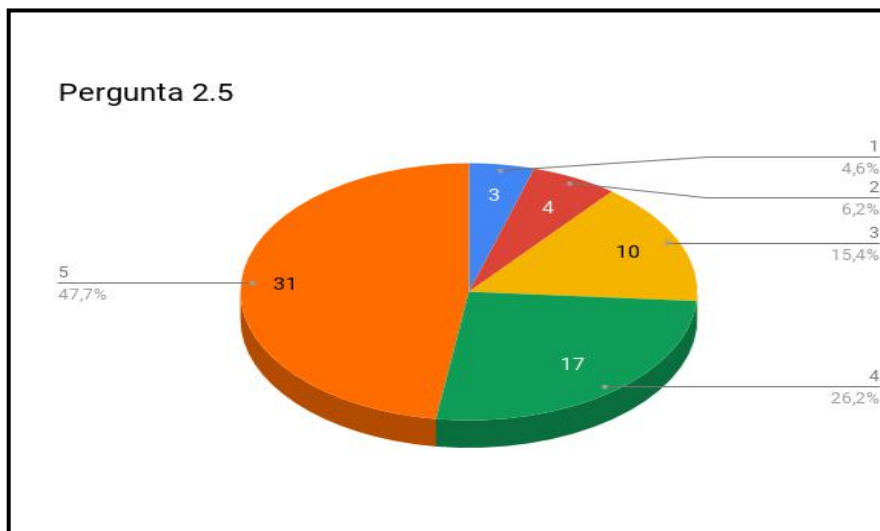


Fonte: Elaboração própria

Conforme o gráfico 16, na visão dos profissionais participantes da pesquisa, percebe-se que não há um consenso em relação a afirmação proposta, pois 13,8% e 23,1% estão totalmente e/ou parcialmente de acordo com a cultura, que os empresários brasileiros têm, de não tornar públicos os relatórios contábeis, tornando estes documentos fechados e não abrindo nem mesmo a seus empregados. Porém 20% discordaram totalmente destas práticas seguidos por 24,6% que discordam parcialmente superando assim àqueles que seguem a cultura dos empresários de não divulgarem seus relatórios nem mesmo para seus empregados. Os que não tiveram nenhuma opinião a respeito do tema representou 18,5%, ou seja 12 profissionais que se abstiveram de dar uma opinião, e isto é preocupante, pois são estes profissionais que detém o conhecimento sobre a matéria aqui discutida. Estes profissionais têm que ser os maiores incentivadores e fomentadores de boas práticas que visam a transparência e responsabilidade social dentro das empresas.

Pergunta 2.5 – “Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, você considera importante que se tenha clareza de informações perante a sociedade, sendo apresentada as ações da empresa e os custos demandados para tanto”?

Gráfico 17 Responsabilidade social e transparência dentro da empresas



Fonte: Elaboração própria

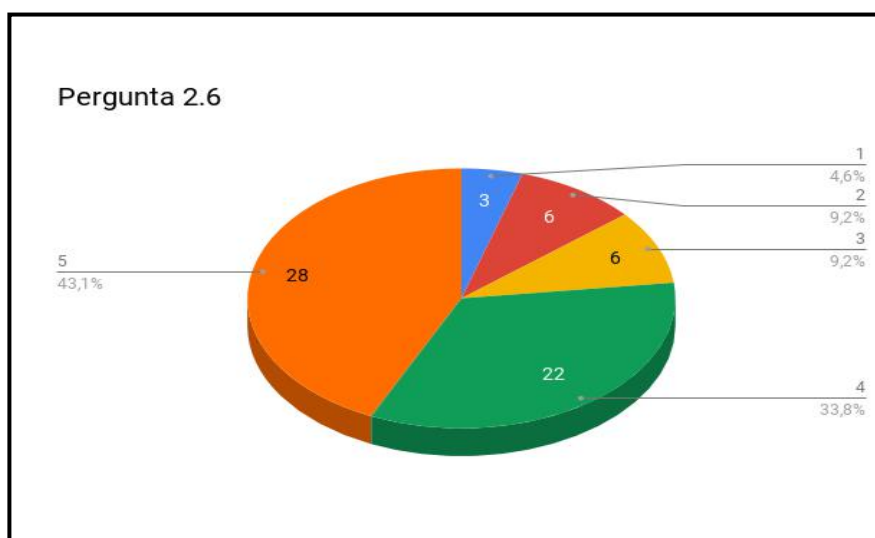
Uma outra afirmação levantada foi a questão da responsabilidade social e da transparência, pois estes são temas de muita relevância nos tempos atuais. A responsabilidade social vai além das questões ambientais, fator como, melhorar a qualidade de vida dos colaboradores e de suas famílias, pode fazer uma empresa mais saudável, competitiva e produtiva. Quanto a transparência nos negócios, devido a globalização as empresas estão sendo forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações.

Diante do exposto no gráfico 17, verifica-se, que os respondentes concordam com a afirmação propostas, pois 47,7% (31 profissionais) afirmam que concordam totalmente, seguido por 26,2% que concordam parcialmente e apenas 4,6% e 6,2% discordam totalmente e/ou parcialmente. Contudo verifica-se que, 15,4% (10 profissionais), não tem nenhuma opinião a respeito, o que é preocupante da a relevância dos temas tratados.

Pergunta 2.6 – “A partir de janeiro de 2008, foi divulgado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o pronunciamento conceitual básico, tendo como título “Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis”, que estabelece os conceitos que fundamentam e apresentam as demonstrações financeiras

destinadas a usuários externos. Com base neste documento, você considera importante a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de todas as empresas, mesmo não estando obrigadas”?

Gráfico 18 A importância da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis



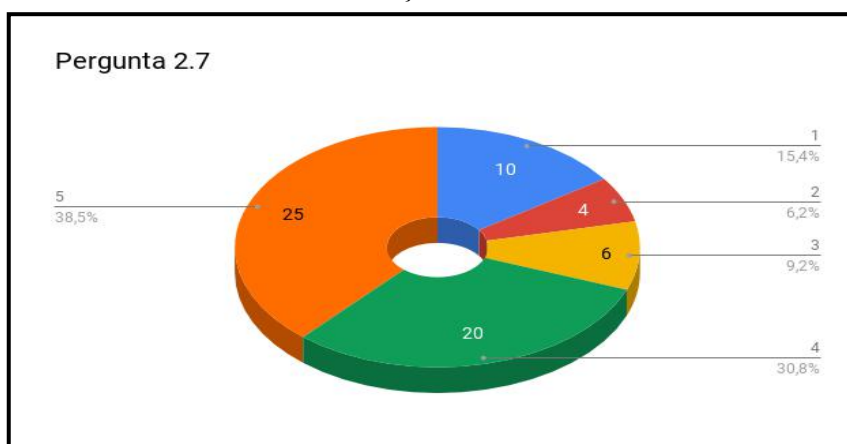
Fonte: Elaboração própria

Em janeiro de 2008, foi divulgado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o pronunciamento conceitual básico, tendo como título “Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis”, que estabelece os conceitos que fundamentam e apresentam as demonstrações financeiras destinadas a usuários externos. Com base nesta afirmação foi questionado aos respondentes se consideravam importante a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de todas as empresas, mesmo não estando obrigadas.

Com base nas respostas sintetizadas no gráfico 18, ficou evidente que 43,1% concordam totalmente e 33,8% concordam parcialmente que é importante a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de todas as empresas, mesmo que não haja uma lei que as obrigue. Com base nestes percentuais, pode-se perceber que os que concordam são a maioria, totalizando 76,9%. Seguindo de 4,6% dos profissionais que discordam totalmente e 9,6% discordam parcialmente e por fim, 9,2% participantes da pesquisa dizem não terem nenhuma opinião a respeito.

Pergunta 2.7 – “Na capital do estado de Goiás, Goiânia, há constantemente denúncias nos órgãos de proteção ao consumidor, em desfavor das empresas da área de eventos, sejam elas de turismo, formaturas e bodas. Muitas dessas empresas têm lesado vários consumidores acabando com seus sonhos. Do seu ponto de vista, se os consumidores tivessem acesso às informações contábeis dessas empresas, como, endividamento, rentabilidade e faturamento, tais transtornos poderiam ser evitados”?

Gráfico 19 Acesso às informações contábeis

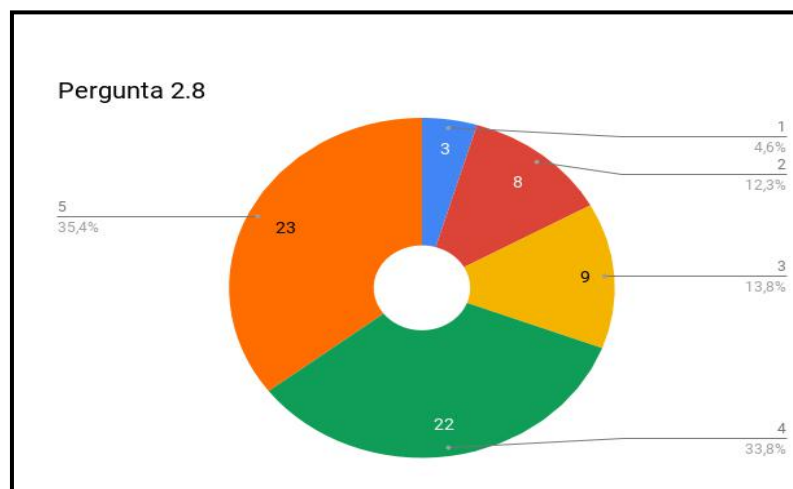


Fonte: Elaboração própria

Referente a afirmação “Se os consumidores tivessem acesso às informações contábeis das empresas, como, endividamento, rentabilidade e faturamento, muitos transtornos poderiam ser evitados”, podemos observar que 38,5% concordam totalmente com a afirmação e 30,8% concordam parcialmente, com base nestes percentuais, pode-se perceber que os que concordam são a maioria, totalizando 69,3% dos que afirmam que quando os consumidores têm acesso às informações contábeis das empresas com quem pretendem contratar algum serviço, evitam muitos transtornos, como por exemplo o incumprimento dos contratos firmados. Seguindo de 15,4% dos profissionais que discordam totalmente e 6,2% discordam parcialmente e por fim, 9,3% participantes da pesquisa dizem não terem nenhuma opinião a respeito.

Pergunta 2.8 – “Você concorda que é vantajoso para as empresas a divulgação ao público dos seus relatórios contábeis e financeiros”?

Gráfico 20 Divulgar relatórios contábeis é vantajoso



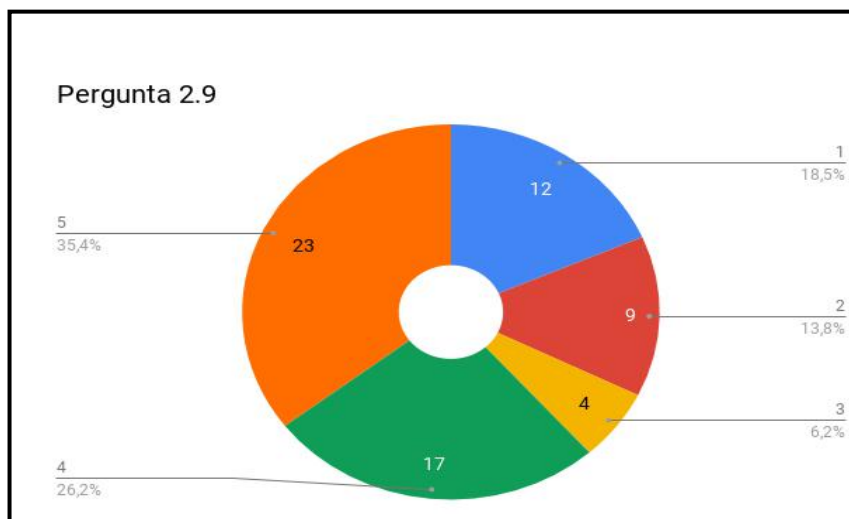
Fonte: Elaboração própria

A transparência deve ser o principal foco dos interessados pelas publicações, no mundo globalizado atual, a velocidade e até a necessidade de informação é relevante em todos os aspectos, desta forma, também é de extrema importância a clareza de dados financeiros das empresas. É uma satisfação legal aos funcionários, credores, clientes e a sociedade como um todo.

A respeito da afirmação se é vantajoso para as empresas divulgarem seus relatórios, podemos perceber, observando o gráfico 20, que há um consenso entre os inquiridos, pois, 35,4% destes concordam totalmente afirmando assim, que as empresas que divulgam suas informações tem algum tipo de vantagem. Os que concordam parcialmente atingiu um percentual bastante significativo também, pois 33,8% deste público foram na mesma direção. Os que discordaram totalmente não chega ser um percentual significativo, já que somente 4,6% afirmam em não concordarem com a afirmação proposta, logo em seguida temos os que discordam parcialmente com 12,3%. Já os que optaram por não dar nenhuma opinião a respeito teve um percentual 13,8%, representado em valores absolutos um total de 9 participantes, o que é um número bastante alto já que a pesquisa foi direcionada a profissionais que tem conhecimento sobre a matéria.

Pergunta 2.9 – “Você concorda que, quando uma empresa omite dados relacionados a endividamento, rentabilidade e faturamento pode ser considerada socialmente responsável”?

Gráfico 21 Empresas que omite informações pode ser considerada socialmente responsável!



Fonte: Elaboração própria

Quando indagado aos profissionais da área contábil se a omissão por parte da empresa de dados relacionados a endividamento, rentabilidade e faturamento, pode ser considerada socialmente responsável, houve-se, de acordo com os dados expostos no gráfico 21, uma surpresa nas afirmações por parte dos respondentes, já que até o momento todas as afirmações estavam coerentes com o que se esperava. Já que se esperava que a maioria dos inquiridos discordassem da afirmação, no entanto não foi o que ocorreu, pois, os que discordam totalmente, de que empresas que omite informações não podem ser consideradas socialmente responsáveis, atingiu um percentual de apenas 18,5% e os que discordam parcialmente teve um percentual de 13,8%, somando-se estes percentuais chega-se a 32,3%, enquanto que, àqueles que concordaram totalmente e/ou parcialmente, que mesmo omitindo informações as empresas podem ser consideradas socialmente responsáveis, teve um percentual total de 61,6%, sendo que 35,4% concordaram totalmente e 26,2% concordaram parcialmente. Como pode ser percebido os que concordaram superou em quase 50% os que discordaram. Somente 6,2% não tiveram nenhuma opinião a respeito.

6.2. Discussão dos Resultados

Visando ter uma investigação cujos resultados sejam verdadeiros, esta dissertação foi desenvolvida de maneira que primeiramente, ocorreu uma pesquisa documental nos materiais bibliográficos existentes, seguido de uma pesquisa que se deu através de questionário, aplicado aos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia – Goiás, que foi elaborado e enviado por meio da ferramenta eletrônica do Google, também conhecida como Google Forms, para complementar a análise documental e aprofundar o conhecimento sobre a divulgação dos relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado que pode vir a ser uma ferramenta para transparência e responsabilidade social destas empresas. E esta afirmação deu lugar a duas questões de investigação: **Questão 1:** a divulgação de relatórios contábeis serve como uma ferramenta de transparência e instrumentos de controle. **Questão 2:** mesmo as PMEs têm que se preocuparem com a responsabilidade social, dada a sua importância no cenário econômico a que estão inseridas.

No que diz respeito à divulgação de relatórios contábeis como ferramenta de transparência e instrumentos de controles, foi aferido dos resultados da pesquisa em questão, especificamente das perguntas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.6 e 2.8, aspectos que corroboram o que levantado na literatura. Isso porque, de acordo com Mendonça, Galvão e Loures (2011), a transparência fiscal, no Brasil, é um princípio constitucional implícito. Conforme os autores, é ele quem aponta para a necessidade de a atividade financeira se desenvolver conforme os ditames de abertura, clareza e simplicidade. Sendo assim, segundo Carvalho (2018), trata-se de aspecto que se dirige ao Estado, com o acompanhamento da sociedade em geral. O seu substrato, conforme o autor, está pautado na parametrização e modulação que promove à problemática estabelecida sobre a elaboração do orçamento, abrangendo, também, a sua gestão responsável.

Nesse sentido, entendem Medeiros et al. (2017) que a transparência deve ser contemplado como espécie de subprincípio da responsabilidade fiscal (*accountability*), princípio este que, muito embora tenha previsão de longa data no direito financeiro anglo-americano, no Brasil, passou a integrar o ordenamento jurídico pátrio somente a partir da edição da LRF.

Com relação a responsabilidade social que as PME's têm que terem, dada a sua importância no cenário econômico a que estão inseridas, inferiu-se dos resultados obtidos das

pesquisa, especificamente dos resultados das perguntas 2.5, 2.7 e 2.9. Importantes a esse respeito são as considerações de Ashley et al (2005), que argumentam que a crescente complexidade dos negócios resultante do processo de globalização e a velocidade das inovações tecnológicas e da informação impõem um novo caminho para a comunidade empresarial realizar transações. Para confirmar isso, também mencionamos Oliveira (2014), que leva a uma compreensão do complexo relacionamento entre sociedade e sociedade, incluindo comunidades, funcionários, governos e até outras empresas, que diz respeito ao estudo da responsabilidade social corporativa.

Para Tenório et al (2006), a questão da responsabilidade social corporativa é uma questão recente, controversa e dinâmica, que envolve a geração de lucros pelos empreendedores, em uma visão bastante simplificada, para a implementação de ações sociais no plano de negócios. de empresas, em um contexto global e complexo. Nesse sentido, são mencionados Bertonecello e Júnior (2007), que mostram que, com as transformações ocorridas no século XXI, foi necessária a mudança no contrato social entre sociedade e negócios, deixando claro para as organizações que era necessário assumir responsabilidades para atender aos novos requisitos. Com isso, ele acrescentou, eles começaram a questionar sua posição a esse respeito.

Capítulo VII – Considerações Finais

Esta dissertação buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: **A importância da divulgação de relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos contadores certificados?**

Com o propósito de obter indícios da resposta desta questão, foi submetido um questionário junto aos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia – Goiás, que estavam com registro ativos no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Em linhas gerais buscou compreender como os profissionais da área de contabilidade vêm a questão da divulgação de informações contábeis por parte das empresas de capital fechado. A opinião destes profissionais é importante, já que são eles que preparam tais informações e têm conhecimento de todo o arcabouço legal que regem as práticas contábeis vigentes.

Em relação as PME's, concluiu-se que estas são definidas pelo sua ROB segundo o BNDES, ou pela relação de funcionários dentro da empresa segundo o SEBRAE. Estas PME's são fundamentais para o processo econômico-social de qualquer país, pois elas representam aproximadamente 99,5% do total de empresas formalizadas, são responsáveis por mais de 1/4 do PIB nacional, gera mais de 68% dos empregos formais além de serem responsáveis por mais de 61% da massa salarial, ou seja elas têm um papel fundamental para alavancar a economia de um país. Segundo Longenecker et al. (2007), as pequenas empresas, sem dúvida, contribuem para o bem-estar econômico da nação, produzindo uma parte substancial do total de bens e serviços. As MPEs também contribuem para novos empregos, introduzem inovação, estimulam a concorrência, ajudam grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência.

A responsabilidade social corporativa é uma questão atual e a crença de que as empresas devem desempenhar um papel importante na sociedade foi estabelecida, uma vez que não podem mais se dedicar a seus próprios esforços apenas para aumentar os lucros e a riqueza.

De fato, a crescente complexidade dos negócios, o progresso de novas tecnologias, o aumento da produtividade levaram a um aumento significativo da competitividade entre as empresas e, portanto, tendem a investir mais em processos de gestão para obter diferenciais. Competitivo. Para as empresas, a responsabilidade social pode ser vista como outra estratégia para manter ou aumentar sua lucratividade e melhorar seu desenvolvimento. Isso é explicado pela descoberta de uma maior conscientização dos consumidores que procuram produtos e práticas que melhoram o meio ambiente e a comunidade.

A partir deste trabalho, temos um guia de análise, que também é uma ferramenta básica para estudos futuros sobre a importância da responsabilidade social corporativa, bem como sua relação com diferenciais competitivos sustentáveis, fontes de vantagem competitiva. Esses diferenciais podem ser devidos à imagem, às associações de produtos ou serviços, ao serviço, à relação de satisfação do público interno e externo, bem como ao favoritismo da organização com outras partes interessadas.

A prova científica dessa relação pode ser feita com pesquisas qualitativas ou quantitativas, público interno ou externo, fatores mais ou menos próximos da organização, mas sabe-se que a responsabilidade social como uma ferramenta importante para qualquer organização não é uma moda passageira ou prática de marketing. , mas uma conscientização importante que deve estar vinculada ao gerenciamento estratégico e fazer parte dos objetivos corporativos como um tópico irreversível e contínuo.

Vale destacar a proposta de Tachizawa (2010), apresentada nesse estudo, segundo a qual as empresas passam por cinco estágios até serem consideradas responsáveis socialmente, desde o primeiro, quando ainda não promovem a ética nas relações com seus stakeholders, até o último, quando é capaz de se antecipar aos problemas públicos. Nesse sentido, há que se considerar que a organização que realmente terá excelência no futuro será a que descobrir como inserir o compromisso e a capacidade de aprender das pessoas em todos os níveis da organização.

Apresentar para a sociedade o quanto a organização tem investido na responsabilidade social, demonstrando isto com atitudes plausíveis e reais, é o que faz a diferença no momento que a mesma for analisada em relação ao seu engajamento ou não da ideia de RS. Isso é o que denotará a diferenciação da organização em relação aos seus concorrentes do mercado.

No Brasil, há diversos estudos sobre os fatores que influenciam na divulgação de demonstrações financeiras, porém mais focados em empresas de capital aberto. As que analisam as empresas de capital fechado, limitam-se apenas as Sociedades Anônimas Fechadas e de base de dados diferentes. Nessa pesquisa, contudo, direcionou-se o olhar para as MPE's, considerando-se a relevância dessas empresas no contexto econômico do país, e da necessidade de se dedicar atenção especial a este segmento, pois, como demonstrado, é elevado o índice de negócios que antes de completar um ano de atividade, sucumbem, pois com as contínuas mudanças e aumentos de competitividade entre essas empresas, é cada vez mais necessária uma política de gestão especializada.

Portanto, é necessário que o proprietário da pequena empresa esteja ciente do fato de que, com o uso da gestão contábil como ferramenta de suporte na gestão da empresa, sua empresa pode se tornar mais competitiva, pois o uso de todas as ferramentas disponíveis que permitem a geração de informações úteis para o gerenciamento de negócios será crucial para a empresa permanecer no mercado. Isso também inclui a divulgação de demonstrações financeiras.

Os resultados obtidos junto aos contadores de pequenas e médias empresas de capital fechado de Goiânia – GO apontam, também, para o reconhecimento da importância da divulgação de relatórios contábeis por parte delas, acreditando-se, dessa forma, que o estudo atingiu os objetos propostos, alcançando os resultados que se esperava. No entanto, há que se ressaltar que este estudo não pode ser generalizado, devido a recorte da pesquisa, já que somente 65 profissionais de uma capital participaram da pesquisa.

Este trabalho teve algumas limitações como: Ter sido aplicado apenas aos profissionais da área de contabilidade da cidade de Goiânia - Goiás, deixando de lado os profissionais registrados no mesmo órgão e que atuam na mesma área; Algumas dificuldades na obtenção de autorização, junto ao CEP, para coleta dos dados; Outra dificuldade está no fato dos inquiridos apesar de serem todos contabilistas com formação superior não mostrarem interesse pelo estudo empírico, demonstrando uma total falta de empatia para com aqueles que estão buscando fomentar ainda mais o conhecimento;

Este assunto não se esgota por aqui. Como sugestão para trabalhos futuros é possível inquirir juntos aos empresários no intuito de perceber os que eles acham da divulgação dos relatórios contábeis e o porquê deles serem tão inseguros fechados nesse quesito. Ou ainda

fazer uma aplicação desta mesma pesquisa a administradores de empresas para confrontar os resultados. Também é possível fazer uma comparação de uma empresa que divulga os seus relatórios contábeis com as que não divulgam para poder mostrar as vantagens que têm ou terão com esta divulgação.

Referências

- ANDRADE, M. M. (2010). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- ARAÚJO, I. L. (2010). Introdução à filosofia da ciência. Curitiba: Ed. UFPR.
- ARRUDA, M. (2002). A inserção de produtos no mercado. Revista SEBRAE, Brasília, n.º 6, p. 69-73, set./out.
- ASHLEY, P.; et al. (2005). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva.
- Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. (2019). Classificação de porte dos clientes. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- BARROS, F. R. D.; (2011). Pequena e média empresa e política econômica. Um desafio a mudança. Ed. Apec. Rio de Janeiro.
- BERTONCELLO, S. L. T.; JÚNIOR, J. C. (2007). A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. Facom, São Paulo, n. 17, p. 70-76.
- BEUREN, Ilse Maria (2009). Um Recurso Estratégico no Processo de Gestão Empresarial. São Paulo. Atlas.
- BEZERRA, A. L. D. S. (2016). A responsabilidade social em Portugal nas PMEs: realidade ou utopia? Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- BILLINGS, B. K. ; MORTON, R. M. (2002). A relação entre o SFAS Nº. 95 fluxo de caixa das operações e risco de crédito. Jornal de Finanças e Contabilidade Empresarial, v. 29, n. 5 e 6, p. 787-805, jun-jul.
- BIZAIO, E. A. F. R. (2019). O design como nova perspectiva para vantagem competitiva em pequenos negócios. Dissertação de Mestrado Profissional UNIFATEA.
- BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. (2008). Mudanças contábeis na lei societária. São Paulo: Atlas.
- BRAGA, R. ; MARQUES, J. A. V. C. (2001). Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo: FIECAFI, v. 14, n. 25, p. 6-23.
- BROWN, S. (2001). Qualidade de divulgação e probabilidade de comércio informado. p. 1-52, dez.. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=297371>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CARDOSO, L. G; BOMTEMPO, J. V; PINTO Jr., H. Q. (2006). Compreendendo o crescimento das firmas: ferramentas de análise baseadas em Chandler e Penrose. O&S, v. 13, n. 37, p. 69-85.
- CARVALHO, J. M. de. (2018). Cidadania no Brasil: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 236p.

- CHAN, Y. BHARGAVA, N. & STREET, C. (2006). Having Arrived: The Homogeneity of High-Growth Small Firms*. *Journal of Small Business Management*. 44. 426 - 440.
- DANTAS, J. A. (2004). A dualidade entre os benefícios da divulgação e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28, 2004, Curitiba-PR. Anais... CD-ROM.
- DECHOW, P. M. (1994). Lucro contábil e fluxos de caixa como medidas de desempenho da empresa: o papel dos acréscimos contábeis. *Jornal de Contabilidade e Economia*, v. 18, p. 3-42.
- DYE, R. E. (2015). Divulgação de informações não-proprietárias. *Journal of Accounting Research*, v. 23, n. 1, p. 123-145.
- FEDATO, G. A. L.; ALMEIDA, E. I.; OLIVEIRA, P. J. S. (2011). A contabilidade aplicada como ferramenta de gestão econômico-financeira em micro e pequenas empresas: um estudo de caso. *Revista Contabilidade e Amazônia*. v. 4, n. 1.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA – FENAINFO. (2017). Lucro Real, Presumido ou Simples Nacional. Disponível em: <http://fenainfo.org.br/noticias_ver.php?id=983>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- FIGUEIREDO, R. (2003). Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico. João Pessoa: Ed. UFPB.
- FONSECA, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC. Apostila.
- GIL, A. C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A.B.S. (2011). Contabilidade para gestores – Uma abordagem, para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas.
- GOMBOLA, M. J.; KETZ, J. E. (2009). Uma nota sobre fluxos de caixa e padrões de classificação de índices financeiros. *The Accounting Review*, v. 58, n. 1, p. 105-114, jan..
- GREEN, J. P. (1999). O impacto da qualidade do ganho na relevância da avaliação das divulgações de fluxo de caixa. *British Accounting Review*, v. 31, n. 4, dez.
- HAIR, J. F. Jr; et al. (2005). Análise multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.
- IUDÍCIBUS, S. (1995). Teoria da Contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas. 305 p.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (2017). Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- LIMA, M. J. O. (2009). As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. Available from Scielo Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/cbyx4/pdf/lima-9788579830372-04.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- KASSAI, J. & KASSAI, S. (2001). Balanço perguntado: solução para as pequenas empresas. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Custos, São Leopoldo – RS.

- LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. (1997). *Administração de Pequenas Empresas: Ênfase na Gerência Empresarial*. São Paulo: Makron Books.
- LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W.; PALICH, L. E. (2007). *Administração de pequenas empresas*. 13. ed. São Paulo: Thomson.
- LOPES, S. F. A. D. L.; ATAURI, I. C. (2009). Responsabilidade Social e Serviço Social: Desafios para A Cidadania. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social*, v. 13, n. 24. Disponível em: <<http://moodle.ite.edu.br/ojs/index.php/css/article/view/96/143>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- MARION, J. C. (2003). *Contabilidade empresarial*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- _____. (2009). *Análise das demonstrações contábeis - Contabilidade empresarial*. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas. 302p.
- MEDEIROS, K. R. de; et al. (2017). Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1759-1769. DOI: 10.1590/1413-81232017226.22852016.
- MENDONÇA, H. F. de; GALVAO, D. J. C.; LOURES, R. F. V. (2011). Regulação e transparência: evidências a partir da crise do subprime. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 23-44.
- MICRO, S. B. D. A. À. (2014). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e,20>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- MORAIS, L. A. (2017). O conteúdo de informação incremental de accruals versus fluxos de caixa. *The Accounting Review*, v. 62, n. 4, p. 723-747, out.
- OLIVEIRA, O. J. (2014). *Curso básico de Gestão da Qualidade*. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning.
- PASANEN, M. (2007). SME growth strategies: Organic or non-organic?. *Journal of EnterprisingCulture*, v. 15, n. 04, p. 317-338.
- PLATAFORMA BRASIL. (2019). Registra todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos submetidos ao Sistema CEP/CONEP. Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. (2003). *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. (2006). *Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas*. Porto Alegre.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2017). Entenda o que é uma EIRELI. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-uma-eireli,4fe2be300704e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

- SILVA, T. G. (2014). Princípio da seletividade tributária: ICMS sobre o consumo de energia elétrica. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte) monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- SILVA, R. F. P. B. D. (2015). A responsabilidade social e o programa de voluntariado on demand community – IBM Portugal. Tese de Doutorado Universidade Fernando Pessoa – Porto.
- SILVA, T. M. (2000). Usando o fluxo de caixa para melhorar a análise de crédito. Revisão de Empréstimos Comerciais, v. 16, n. 1, p. 55-59.
- SILVA, J. M.; RODRIGUES, A. I. (2006). LALUR – Guia Prático de Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real 2006. 4. ed. São Paulo: Cenofisco.
- SOUZA, L. R. B.; PAVÃO, A. C. (2012). A necessidade do planejamento tributário visando a redução dos custos nas organizações. Londrina/ PR. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_19_1346771456.pdf> .Acesso em: 13 abr. 2018.
- STEVENSON, W. J. (1981). Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harper & Row do Brasil.
- TACHIZAWA, T.; FARIA, M. D. S. (2004). Criação de novos negócios. Gestão de micro e pequenas empresas. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV.
- TACHIZAWA, T. (2010). Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- TARTUCE, T. J. A. (2006). Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior.
- TENÓRIO, F. G.; et al. (2006). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 259 p.
- TOLEDO, C. D. A. A.; GONZAGA, M. T. C. (2011). Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá: Eduem.

- Legislação

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013. Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12814.htm. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em 13 fev. 2018.

_____. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera Receita Bruta para Enquadramento no Simples Nacional nas Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp155.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19718compilada.htm>. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. Projeto de Lei nº 1572, de 14 de junho de 2011. Institui o novo Código Comercial. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Resolução nº 444, de 26 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/bres2001444.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Parecer de Orientação Nº 24/1992. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

Apêndices

Apêndices 1 Instrumento de Coleta de Dados

Guia do Questionário

Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado (a) contador (a) público (a) atuante em Goiânia e grande Goiânia:

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada: “A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia – GO, Sob a Ótica dos Contabilistas Certificados”. O objetivo desta pesquisa é mostrar que devido a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto. Pois são os consumidores que suportam a maior carga tributária, as empresas ficam apenas com as obrigações acessórias de repassar estes impostos a quem de direito, e com a divulgação dos relatórios contábeis estes consumidores podem verificar se realmente aqueles impostos que foram pagos por eles estão realmente chegando ao seu destino.

Acreditamos que o estudo resultante da presente pesquisa justifica-se, pois pretende contribuir para o âmbito acadêmico oferecendo através da pesquisa em tela uma visão diferenciada acerca do tema, ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado a fim de desenvolver estudos e pesquisas posteriores, estimular o aprofundamento sobre o tema, assuntos relacionados e demais vertentes científicas que possam originar-se a partir do interesse por este.

Além da relevância acadêmica, a pesquisa em questão também intenciona servir como fonte de informações para o âmbito social, podendo oferecer dados relevantes para que os públicos de interesse envolvidos na área colham dados para notar a importância da abordagem e aplicabilidade do tema em estudo.

A presente pesquisa é operacionalizada por meio de um questionário formatado em plataforma online. Ao (À) participante caberá o preenchimento do questionário, o qual conta com questões de múltipla escolha relativas ao perfil e aos temas pesquisados.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são indiretos, não havendo nenhum benefício direto ao (à) participante. Esses benefícios indiretos são em termos sociais, pois o estudo visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido somente em formato de dissertação e artigos acadêmicos.

Quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários online, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas a motivações, percepções e comportamentos. Sendo assim, o (a) participante poderá desistir do preenchimento do questionário a qualquer momento sem penalidade alguma.

Durante todo o período da pesquisa, o (a) participante terá a possibilidade de esclarecer qualquer dúvida ou solicitar assistência. Para isso, basta que entre em contato com o pesquisador ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira, e, também, não haverá custos para o (a) participante. A identidade do (a) participante permanecerá em sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente na publicação dos resultados. Além disso, destaca-se que não será identificada a organização em que o participante atua e que as informações colhidas serão utilizadas única e exclusivamente para esta pesquisa.

Será disponibilizado ao (à) participante um link para download deste TCLE na íntegra em formato PDF, possibilitando seu arquivamento e/ou impressão.

Pesquisador:

Juarez Rodrigues dos Santos. Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, Câmpus Aparecida de Goiânia, Av. Universitária Ver. Vagner da Silva Ferreira Q-01 L-01-A Parque Itatiaia – Aparecida de Goiânia – CEP 74.968-755 – Telefone: 062 3507 - 5950> E-mail: juarezrs75@gmail.com. Telefone: (062) 9 9999 7909

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG Site: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep> Telefone: (62) 3612-2237 E-mail: cep@ifg.edu.br

Parte I, Caracterização dos entrevistados.

1.1. Sua Categoria Profissional?

☐ Contador ☐ Técnico em Contabilidade

1.2. Gênero?

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outros

1.3. Idade?

☐ 20 a 30 ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 a 60 ☐ 61 ou mais.

1.4. Qual foi o ano que concluiu o curso de graduação em Ciências Contábeis?

1.5. Qual a sua área de Atuação?

☐ Empresário Contábil ☐ Empregado de Empresa Privada ☐ Servidor Público ☐ Empregado Público ☐ Autônomo ☐ Auditoria ☐ Perícia ☐ Docente ☐ Outros.

1.6. No momento onde você está exercendo sua profissão?

☐ Goiânia ☐ Região Metropolitana ☐ Outros

1.7. Quantos anos de experiência você tem na área de contabilidade?

☐ 1 a 5 anos ☐ 6 a 10 ☐ 11 a 15 ☐ 16 a 20 ☐ 21 ou mais.

Parte II, as seguintes perguntas têm como objetivo verificar a sua opinião a respeito da divulgação dos relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado.

2.1. No Brasil, para as empresas de capital fechado, a publicação dos relatórios contábeis é facultativa devido à inexistência de Leis para regulamentar estas divulgações. Você concorda que a publicação dos relatórios contábeis seja facultativa, tendo em vista que não há leis que regulamentem essas divulgações?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.2. Dada a importância no cenário econômico brasileiro das micro, pequenas e médias empresas você considera importante a divulgação dos relatórios contábeis por parte dessas empresas?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.3. Com um mercado cada vez mais competitivo somado a globalização, com o emprego de inovações tecnológicas e com consumidores cada vez mais exigentes as empresas devem buscar sempre a melhoria e inovação de seus produtos e processos. Você considera que os relatórios contábeis são instrumentos importantes para serem usados como fontes de informações e/ou métodos de controle?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.4. No Brasil há uma cultura, por parte dos empresários em não divulgar relatórios contábeis, tornando estes documentos fechados e não abrindo nem mesmo a seus empregados. Em sua opinião os empresários têm razão em não tornar público estes relatórios contábeis?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.5. Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, você considera importante que se tenha clareza de informações perante a sociedade, sendo apresentada as ações da empresa e os custos demandados para tanto?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.6. A partir de janeiro de 2008, foi divulgado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o pronunciamento conceitual básico, tendo como título “Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis”, que estabelece os conceitos que fundamentam e apresentam as demonstrações financeiras destinadas a usuários externos. Com base neste documento, você considera importante a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de todas as empresas, mesmo não estando obrigadas?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.7. Na capital do estado de Goiás, Goiânia, há constantemente denúncias nos órgãos de proteção ao consumidor, em desfavor das empresas da área de eventos, sejam elas de turismo, formaturas e bodas. Muitas dessas empresas têm lesado vários consumidores acabando com seus sonhos. Do seu ponto de vista, se os consumidores tivessem acesso às informações contábeis dessas empresas, como, endividamento, rentabilidade e faturamento, tais transtornos poderiam ser evitados?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

2.8. Você concorda que é vantajoso para as empresas a divulgação ao público dos seus relatórios contábeis e financeiros?

2.9. Uma empresa que omite seus dados relacionados a endividamento, rentabilidade e faturamento pode ser considerada socialmente responsável?

Respostas: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Nem Concordo ou Discordo, 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “**A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia – GO, Sob a Ótica dos Contabilistas Certificados**” Meu nome é Juarez Rodrigues dos Santos, Contador, atua no IFG campus Aparecida de Goiânia como Técnico em Contabilidade e discente do Mestrado em Contabilidade e Finanças do ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Portugal) sob orientação do Professor Dr. Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao (à) pesquisador (a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail **Juarez Rodrigues dos Santos** e-mail: **juarezrs75@gmail.com** e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do (s) seguinte (s) contato (s) telefônico(s): **(062) 9 9999 7909**. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** do Instituto Federal de Goiás de Goiás, situado na Av. Assis Chateaubriand, nr. 1.658, Setor Oeste. CEP 74.130.012, Goiânia – Goiás, pelo telefone (62)3612-2237 ou pelo e-mail: cep@ifg.edu.br.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1.1 . Título, justificativa, objetivos:

Essa pesquisa intitulada “A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia – GO, Sob a Ótica dos Contabilistas Certificados” busca compreender a importância da legislação contábil vigente, admitindo a pauta dedicada à divulgação de relatórios contábeis e às empresas de capital fechado. As análise acerca das obrigatoriedades que são inerentes as empresas de capital aberto e capital fechado quanto as divulgações públicas de seus resultados financeiros. Observa-se que há uma resistência diante da exposição de seus balanços e demonstrativos para a sociedade, sobretudo, pelas empresas limitadas de capital fechado que, em maior parte do Brasil não são obrigadas a declarar publicamente seus dados financeiros acerca de faturamento, rentabilidade e endividamento sequer para seus

funcionários, com a alegação de sigilo e não exposição da real situação da empresa. Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto.. Em termos específicos, objetiva-se:

- Conceituar os tipos de empresas e enquadramentos tributários;
- Abordar sobre a divulgação dos relatórios contábeis;
- Tratar sobre as demonstrações contábeis e a teoria da divulgação; e,
- Debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado de Goiânia – Go, sob a ótica dos contadores através de aplicação de inquérito.

Compreendemos que o estudo resultante do presente projeto justifica-se, pois pretende contribuir para o âmbito acadêmico oferecendo através da pesquisa em tela uma visão diferenciada acerca do tema, ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado a fim de desenvolver estudos e pesquisas posteriores, estimular o aprofundamento sobre o tema, assuntos relacionados e demais vertentes científicas que possam originar-se a partir do interesse por este.

Além da relevância acadêmica, a pesquisa em questão também intenciona servir como fonte de informações para o âmbito social, podendo oferecer dados relevantes para que os públicos de interesse envolvidos na área colham dados para notar a importância da abordagem e aplicabilidade do tema em estudo.

Esperamos com este trabalho construir uma importante ferramenta de pesquisa para enriquecer o debate sobre a gestão educacional e a qualidade do ensino no IFG-Campus Aparecida e colaborar para os processos investigativos que produzem a compreensão, a crítica e, por conseguinte, a melhoria da gestão nesta instituição.

Esta pesquisa, de abordagem teórica e empírica utiliza o paradigma indutivo para a compreensão dos fenômenos investigados. Trata-se de um estudo de caso, que escolhemos como forma de investigação empírica da realidade do campus com foco nas questões propostas em nossos objetivos. Pretendemos utilizar métodos quantitativos e qualitativos – com aplicação de questionários aos gestores, ao corpo docente e técnico-administrativo, e análise documental da instituição escolhida - para o campo de pesquisa.

O pesquisado pode, a qualquer momento, manifestar o interesse em continuar ou não na pesquisa. A sua participação é de suma importância, para continuidade da pesquisa. Será garantido o sigilo e o anonimato dos participantes da pesquisa. Os pesquisados não serão identificados por seus nomes, mas por símbolos, letras ou números a julgar pelo pesquisador no momento da análise dos dados. Cada participante poderá solicitar cópia do conteúdo respondido e terão acesso, sempre que solicitado ao conteúdo. A qualquer

instante o pesquisado poderá se recusar a participar da pesquisa e/ou solicitar a retirada do seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

Os resultados obtidos pela pesquisa serão divulgados e tornados públicos, sejam favoráveis ou não e seguirão os trâmites éticos estipulados pelo CEP.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia – GO, Sob a Ótica dos Contabilistas Certificados”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

1.3 Sobre os Riscos e benefícios:

RISCOS

Conforme resolução 466/2012 todas as pesquisas com seres humanos podem implicar em riscos aos participantes. No caso desta pesquisa em especial os riscos e constrangimento serão mínimos ao responder ao instrumento de coleta de dados. Neste sentido os benefícios que esta pesquisa pode trazer para a sociedade superam os riscos, no sentido em que a pesquisa trará aos consumidores, fornecedores e governo a possibilidade de tomar decisões mais assertivas.

Neste sentido, diante da possibilidade de desconforto emocional, constrangimento, angústia, mal-estar, insatisfação, entre outros, é assegurado ao participante da pesquisa, em qualquer hipótese, a escolha por participar ou não, também tendo a liberdade de recusar a responder as questões que lhe cause desconforto em qualquer fase da pesquisa. Há ainda o comprometimento de que será garantida a Assistência Integral e Imediata ao participante durante todo o período da pesquisa, sendo os mesmos encaminhados, pelo pesquisador, a um

dos centros médicos de saúde públicos especializados para o devido atendimento por um profissional especializado.

Os TCLE devidamente assinados serão arquivados pelo pesquisador por cinco anos após o término da pesquisa.

BENEFÍCIOS

Os benefícios que esta pesquisa pode trazer a sociedade superam os riscos, no sentido em que a pesquisa trará aos consumidores, fornecedores e governo a possibilidade de tomar decisões mais assertivas. Pois devido a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto. Pois são os consumidores que suportam a maior carga tributária, as empresas ficam apenas com as obrigações acessórias de repassar estes impostos a quem de direito, e com a divulgação dos relatórios contábeis estes consumidores pode verificar se realmente aquele imposto que foi pago por ele está chegando ao seu destino.

1.4 Sobre o esclarecimento de dúvidas:

O participante da pesquisa pode sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa através do e-mail: juarezrs75@gmail.com ou pelo telefone: 062 9 9999 7909.

1.5 Sobre a interrupção da participação:

O pesquisado pode, a qualquer momento, manifestar o interesse em continuar ou não na pesquisa. A sua participação é de suma importância, para continuidade da pesquisa. Será garantido o sigilo e o anonimato dos participantes da pesquisa. Os pesquisados não serão identificados por seus nomes, mas por símbolos, letras ou números a julgar pelo pesquisador no momento da análise dos dados.

Ao participante será garantido que danos previsíveis serão evitados, garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do TCLE, além da garantia de plena liberdade do participante, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, conforme preconiza a resolução 466/2012.

1.6 Sobre a divulgação dos resultados:

Independente dos resultados da pesquisa, estes serão divulgados através da publicação de artigos científicos em revistas e eventos especializados. Além de que, uma cópia do trabalho será destinada a biblioteca, e os resultados serão de domínio público e após defesa da dissertação de mestrado, o texto final será disponibilizado no banco de dissertações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, de modo a divulgar ainda mais os resultados finais da pesquisa. Deste modo os resultados serão devidamente encaminhados à publicação.

Será disponibilizado ao (à) participante um link para download deste TCLE na íntegra em formato PDF, possibilitando seu arquivamento e/ou impressão.

Pesquisador:

Juarez Rodrigues dos Santos. Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, Câmpus Aparecida de Goiânia, Av. Universitária Ver. Vagner da Silva Ferreira Q-01 L-01-A Parque Itatiaia – Aparecida de Goiânia – CEP 74.968-755 – Telefone: 062 3507 - 5950> E-mail: juarezrs75@gmail. Telefone: (062) 9 9999 7909

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG. Site: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep>. Telefone: (62) 3612-2237. E-mail: cep@ifg.edu.br

Autorização eletrônica

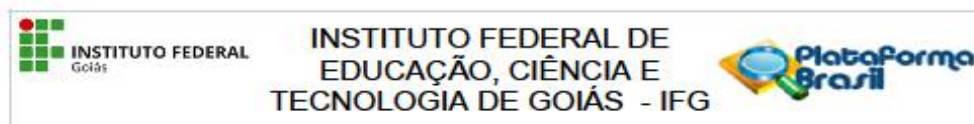
Eu, participante da pesquisa, após a leitura deste TCLE, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento sem penalidades. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo ao marcar a opção “Declaro que concordo em participar da pesquisa”, disponível no questionário online ao final do texto referente ao TCLE.

Aparecida de Goiânia, 10 de Dezembro de 2018.

Assinatura por extenso do (a) participante

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndices 3 Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Importância da Divulgação dos Relatórios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas de Capital Fechado de Goiânia e GO, Sob a Ótica dos Contabilistas Certificados.

Pesquisador: JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 00961318.0.0000.8082

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- Campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.086.214

Apresentação do Projeto:

Relata-se:

"Analisar a demonstração de relatórios contábeis por empresas de capital fechado será o objetivo desta dissertação que utilizará como metodologia uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos voltados para o assunto. Será observada a legislação contábil vigente, admitindo a pauta dedicada à divulgação de relatórios contábeis e às empresas de capital fechado. As análises acerca das obrigações que são inerentes às empresas de capital aberto e capital fechado quanto às divulgações públicas de seus resultados financeiros, observa-se que há uma resistência diante da exposição de seus balanços e demonstrativos para a sociedade, sobretudo, pelas empresas limitadas de capital fechado que, em maior parte do Brasil não são obrigadas a declarar publicamente seus dados financeiros acerca de faturamento, rentabilidade e endividamento sequer para seus funcionários, com a alegação de sigilo e não exposição da real situação da empresa. Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto."

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se:

"Em vista do cenário supra exposto, desenha-se como objetivo central do trabalho a ser realizado

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658
Bairro: SETOR OESTE
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3612-2237 **CEP:** 74.130-012
E-mail: cep@ifg.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer nº 000.014

a partir desse projeto, debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte de empresas de capital fechado de Goiânia - Go, sob a ótica dos contadores certificados."

"A fim de traçar um caminho coerente para o desenvolvimento do tema, elencam-se como objetivos específicos:

Conceituar os tipos de empresas e enquadramentos tributários;

Abordar sobre a divulgação dos relatórios contábeis;

Tratar sobre as demonstrações contábeis e a teoria da divulgação; e,

Debater sobre a importância da divulgação de relatórios contábeis por parte das pequenas e médias empresas de capital fechado de Goiânia - Go, sob a ótica dos contadores através de aplicação de inquérito."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se:

"Conforme resolução 466/2012 todas as pesquisas com seres humanos podem implicar em riscos aos participantes. No caso desta pesquisa em especial os riscos e constrangimento serão mínimos ao responder ao instrumento de coleta de dados. Neste sentido os benefícios que esta pesquisa pode trazer para a sociedade superam os riscos, no sentido em que a pesquisa trará aos consumidores, fornecedores e governo a possibilidade de tomar decisões mais assertivas.

Neste sentido, diante da possibilidade de desconforto emocional, constrangimento, angústia, mal-estar, insatisfação, entre outros, é assegurado ao participante da pesquisa, em qualquer hipótese, a escolha por participar ou não, também tendo a liberdade de recusar a responder as questões que lhe cause desconforto em qualquer fase da pesquisa. Há ainda o comprometimento de que será garantida a Assistência Integral e Imediata ao participante durante todo o período da pesquisa, sendo os mesmos encaminhados, pelo pesquisador, a um dos centros médicos de saúde públicos especializados para o devido atendimento por um profissional especializado.

Os TCLE devidamente assinados serão arquivados pelo pesquisador por cinco anos após o término da pesquisa."

"Os benefícios que esta pesquisa pode trazer a sociedade superam os riscos, no sentido em que a pesquisa trará aos consumidores, fornecedores e governo a possibilidade de tomar decisões mais assertivas. Pois a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.655

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-0-2

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3612-2257

E-mail: cosp@ifg.edu.br

Página 02 de 10



INSTITUTO FEDERAL
de Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer nº 3.066/2014

financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto. Pois são consumidores que suportam a maior carga tributária, as empresas ficam apenas com as obrigações acessórias de repassar estes impostos a quem de direito, e com a divulgação dos relatórios contábeis estes consumidores pode verificar se realmente aquele imposto que foi pago por ele está chegando ao seu destino."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema e Objeto da Pesquisa:

Relata-se:

"Analisar a demonstração de relatórios contábeis por empresas de capital fechado será o objetivo desta dissertação que utilizará como metodologia uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos voltados para o assunto. Será observada a legislação contábil vigente, admitindo a pauta dedicada à divulgação de relatórios contábeis e às empresas de capital fechado. As análises acerca das obrigações que são inerentes às empresas de capital aberto e capital fechado quanto às divulgações públicas de seus resultados financeiros, observa-se que há uma resistência diante da exposição de seus balanços e demonstrativos para a sociedade, sobretudo, pelas empresas limitadas de capital fechado que, em maior parte do Brasil não são obrigadas a declarar publicamente seus dados financeiros acerca de faturamento, rentabilidade e endividamento sequer para seus funcionários, com a alegação de sigilo e não exposição da real situação da empresa. Com a questão da responsabilidade social, da transparência e da globalização, é extremamente necessário clareza de informações perante a sociedade, com as demonstrações financeiras sendo capaz de trazê-las, apresentando as ações da empresa e os custos demandados para tanto"

Relevância Social:

Relata-se:

"Os participantes da pesquisa terão ciência de todos os procedimentos da pesquisa e das garantias de confidencialidade, assinarão o Termo de Livre e Esclarecido após a explicitação por parte do pesquisador dos objetivos da pesquisa e sua relevância para a comunidade acadêmica envolvida"

Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:

Relata-se:

"Esta pesquisa, de abordagem teórica e empírica utiliza o paradigma indutivo para a compreensão dos fenômenos investigados. Trata-se de uma pesquisa, que foi escolhida como forma de investigação empírica da realidade das Pequenas e Médias Empresas com foco nas questões

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656

Bairro: SETOR OESTE

UF: GO

Município: GOIÂNIA

CEP: 74.150-02

Telefone: (62) 3612-2257

E-mail: cosp@ifg.edu.br

Página 06 de 12



INSTITUTO FEDERAL
de Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer: 3.365.814

propostas em nossos objetivos. A pesquisa eleita seguirá metodologia exploratória, com a utilização de bibliografia e aplicação de inquéritos

aos profissionais da contabilidade financeira da cidade de Goiânia – Go, como procedimento de pesquisa. A pesquisa de campo terá 2 meses de duração (dezembro/2018 e janeiro/2019), em que serão aplicados questionários aos profissionais da área contábil de Goiânia. Essa investigação se realizará em Goiânia, com os profissionais liberais, sendo que estes profissionais não têm vínculo algum com nenhuma empresa, pois em sua maioria são profissionais autônomos e/ou professores, e sem previsão de orçamento para a sua realização.”

Parecer: Atende a legislação

Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

Relata-se:

“Sobre o processo de obtenção do TCLE, este será apresentado presencialmente ao público alvo, explicitando a importância da participação, os possíveis desconfortos, as possibilidades de assistência, a liberdade de recusa, a garantia de sigilo e privacidade, garantia de ressarcimento e/ou indenização, e os dados de contato do pesquisador. O TCLE será disponibilizado em vias para os participantes que concordarem participar e assinar o Termo. Os questionários serão enviados por meio eletrônico e será utilizado uma ferramenta do Google para a elaboração e coleta dos dados, onde não será em hipótese alguma perguntado o nome do participante ou qualquer dado que possa identificá-lo”

Parecer: Atende a legislação.

Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

Relata-se:

“Os participantes da pesquisa terão ciência de todos os procedimentos da pesquisa e das garantias de confidencialidade, assinarão o Termo de Livre e Esclarecido após a explicitação por parte do pesquisador dos objetivos da pesquisa e sua relevância para a comunidade acadêmica envolvida”

“Neste sentido, diante da possibilidade de desconforto emocional, constrangimento, angústia, mal-estar, insatisfação, entre outros, é assegurado ao participante da pesquisa, em qualquer hipótese, a escolha por participar ou não, também tendo a liberdade de recusar a responder as questões que lhe cause desconforto em qualquer fase da pesquisa. Há ainda o comprometimento de que será garantida a

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656

Bairro: SETOR OESTE

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3612-2257

CEP: 74.150-012

E-mail: osp@ifg.edu.br

Página 94 de 129

Continuação do Parecer: 9.069.814

Assistência Integral e Imediata ao participante durante todo o período da pesquisa, sendo os mesmos encaminhados, pelo pesquisador, a um dos centros médicos de saúde públicos especializados para o devido atendimento por um profissional especializado"

"Os participantes da pesquisa terão ciência de todos os procedimentos da pesquisa e das garantias de confidencialidade, assinarão o Termo de Livre e Esclarecido após a explicitação por parte do pesquisador dos objetivos da pesquisa e sua relevância para a comunidade acadêmica envolvida"

Parecer: Atende a legislação.

Critérios de Inclusão e Exclusão:

Relata-se:

"O público alvo desta pesquisa serão os profissionais da área de Ciências Contábeis que estão atuando em diferentes frentes de sua área de atuação na cidade de Goiânia, como: Contadores, Auditores, Peritos e Docentes da Área de Contabilidade.

Serão excluídos os indivíduos que não fizerem parte destes grupos, tais como, técnico em contabilidade e profissionais que atuam fora da cidade de Goiânia.

Vale ressaltar que o entrevistado a qualquer momento poderá manifestar o interesse em interromper sua participação e portanto, os mesmos não terão as informações fornecidas computadas para fins de análise."

Parecer: Atende a legislação

Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:

Relata-se:

"O encerramento da pesquisa se dará a partir da finalização prevista em cronograma, e/ou a partir do alcance dos objetivos, ou no caso do falecimento do pesquisador. Caso haja a suspensão da pesquisa por qualquer motivo, os pesquisados serão informados.

Os TCLE devidamente assinados serão arquivados pelo pesquisador por cinco anos após o término da pesquisa."

Parecer: Atende a legislação

Resultados do Estudo:

Relata-se:

"Os resultados serão de domínio público e após defesa da dissertação de mestrado, o texto final será disponibilizado no banco de dissertações do Instituto Superior de Contabilidade e

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.150-012

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62) 3612-2257

E-mail: osp@ifg.edu.br

Página 02 de 10



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer: 3.090.814

Administração do Porto"

Divulgação dos Resultados:

Relata-se:

"o texto final será disponibilizado no banco de dissertações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto."

Cronograma:

Relata-se:

"Disciplinas obrigatórias

Momento de orientação

Levantamento/ estudo bibliográfico

Elaboração do primeiro capítulo da dissertação Referencial Teórico

Coleta de dados

Elaboração do segundo capítulo da dissertação Metodologia

Análise dos dados

Produção da Redação Final da Dissertação

Qualificação/ Entrega da dissertação

Defesa"

Parecer: Atende a legislação.

Orçamento:

Relata-se:

"1000 Fotocópias de documentos e outros materiais 150,00 Própria

Gastos com combustíveis/transporte (pesquisa empírica) 200,00 Própria

Total 350,00 Própria"

Parecer: Atende a legislação

Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa.

Parecer: Atende a legislação

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.130-0-2

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3612-2257

E-mail: ocp@ifg.edu.br

Página 05 de 12

Continuação do Parecer: 3.369.87-1

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto

Parecer: Atende a legislação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

- justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;

Parecer: Atende a legislação

- explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação e apresentação das providências para reduzir esses efeitos, além dos benefícios esperados;

Parecer: Atende a legislação.

- esclarecimento sob a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa;

Parecer: Atende a legislação

- garantia de liberdade de recusa da participação e/ou retirada da pesquisa sem penalizações;

Parecer: Atende a legislação

- garantia de sigilo e privacidade;

Parecer: Atende a legislação

- garantia do recebimento do TCLE (em vias e não em cópias);

Parecer: Atende a legislação

- explicitação da garantia de ressarcimento / indenização;

Parecer: Atende a legislação

- dados de contato do pesquisador e do CEP;

Parecer: Atende a legislação

Termo de Compromisso;

Parecer: Atende a legislação

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656		CEP: 74.150-012
Bairro: SETOR OESTE		
UF: GO	Município: GOIÂNIA	
Telefone: (62)3612-2257	E-mail: cesp@ifg.edu.br	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer: 3.066/2014

Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes

Parecer: Atende a legislação

O projeto detalhado

Parecer: Atende a legislação

Os termos e demais documentos anexados foram:

- Autorização da Direção
- Cronograma
- Currículo Juarez
- Currículo Rui Bertiz
- Orçamento
- Pedido ao Comitê de Ética
- Questionário

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP/IFG aprova seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado pesquisador, o CEP/IFG APROVA seu projeto de pesquisa.

Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação, via Plataforma Brasil.

É imprescindível que, ao final da pesquisa, seja submetido o relatório final via Plataforma, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013. Segundo essa normativa, o prazo para o envio do relatório final será de, no máximo, 60 dias após o término da pesquisa. O modelo do relatório final está disponível no site do CEP/IFG.

Conforme preconizado pela Resolução CNS nº 466/2012 é preciso: "f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa".

Em caso de submissão de novos projetos de pesquisa, os documentos somente serão aceitos se estiverem em conformidade com os modelos disponíveis no site do CEP/IFG: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep?showall=&starl=4>

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656

Bairro: SETOR OESTE

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3612-2257

CEP: 74.150-3-2

E-mail: cep@ifg.edu.br

Página 02 de 02

Atenciosamente,

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG

Sítio: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep?showall=&limitstart=>

Horário de Funcionamento: de 14h às 18h

Telefone: (62) 3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1222157.pdf	29/11/2018 12:24:11		Aceito
Outros	RespostasPendencias.doc	29/11/2018 12:23:07	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Informacoesprojctobasiconovo.docx	29/11/2018 12:22:00	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Documentoparaprojetonovo.doc	29/11/2018 12:19:26	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAlterado.doc	29/11/2018 12:19:00	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	02/10/2018 09:33:45	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Pedidoacomissao.PDF	17/09/2018 16:02:08	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao da Direcao.PDF	17/09/2018 16:01:32	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto01.PDF	17/09/2018 16:01:05	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromisso.PDF	17/09/2018 16:00:52	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.doc	17/09/2018 15:43:32	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.656

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.150-0-2

UF: GO Município: GOMÂS

Telefone: (62)3612-2237

E-mail: cep@ifg.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG



Continuação do Parecer: 3.365.811

Orçamento	orcamento.docx	17/09/2018 15:41:55	JUAREZ RODRIGUES DOS	Aceito
Outros	CurriculoLattesJuarezRodrigue.pdf	17/09/2018 15:38:56	JUAREZ RODRIGUES DOS	Aceito
Outros	CurriculoLattesRuiBernuzi.pdf	17/09/2018 15:38:20	JUAREZ RODRIGUES DOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIÂNIA, 18 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Simone Palvão Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: ASSIS CHATEAUBRIAND nº 1.658

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.150-012

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (61)3612-2257

E-mail: cosp@ifg.edu.br

Página 10 de 10